



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CARMECI DOS REIS VIANA



**DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO
JORNAL “FOLHA DO NORTE” EM BELÉM DO PARÁ: PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**BELÉM
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CARMECI DOS REIS VIANA



**DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO
JORNAL “FOLHA DO NORTE” EM BELÉM DO PARÁ: PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Laura Maria Silva Araújo Alves.

Área de concentração: Educação

**BELÉM
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

V614d VIANA, CARMECI DOS REIS VIANA
DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA
NAS NOTÍCIAS DO JORNAL “FOLHA DO NORTE” EM
BELÉM DO PARÁ: PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO NO
INÍCIO DO SÉCULO XX / CARMECI DOS REIS VIANA
VIANA, LAURA MARIA SILVA ARAÚJO ALVES ALVES . —
2019.
123 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Professora Doutora Laura Maria Silva
Araújo Alves Alves
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal
do Pará, Belém, 2019.

1. História da infância no Pará. Violência. Educação.. I.
Título.

CDD 370



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CARMECI DOS REIS VIANA

**DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO
JORNAL “FOLHA DO NORTE” EM BELÉM DO PARÁ: PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Laura Maria Silva Araújo Alves.

Área de concentração: Educação

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Laura Maria S. Araújo Alves (PPGED/UFPA)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Livia Sousa da Silva (ICED/UFPA)
Examinador interno

Prof^a. Dra. Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco (UFRA)
Examinador externo

Prof. Dr. César Augusto Castro - Suplente interno (PPGED - UFPA)

BELÉM
2019

DEDICATÓRIA

A todas as crianças vítimas de violência, especialmente a violência sexual, que ao longo da História, foram violadas por suas famílias na forma de pais e tutores, pelas autoridades, pelos governantes, e muitos outros que perturbaram suas infâncias com o fantasma do medo, que mesmo na vida adulta os assombrou e/ou assombra.

Para João e Odirley, meus maiores incentivadores, como expressão do meu amor e desejo de que possam, hoje e no futuro, viver dias melhores e mais prazerosos, num mundo cuja infância fora e ainda é alvo da barbárie e perversidade humana. Que um e outro tomem suas posições no mundo e que em suas particularidades, o tornem mais terno e feliz aos que ainda virão. Que você, João, seja parte de uma infância saudável e segura e você, Ody, de uma vida adulta que respeita e ampara a criança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Rei soberano, fonte de todo conhecimento e sabedoria. Gratidão, Senhor, por todas as faculdades intelectuais e pelo privilégio de encerrar esta etapa com saúde e por todos os anjos que me enviou durante o processo de construção.

À família, pelo apoio, torcida e compreensão nos momentos de ausência e sensibilidade, principalmente minhas irmãs Gal e Vânia que viveram bem próximo de mim esta etapa tão importante.

Ao meu amado esposo Odirley, companheiro de estudos, amigo nas horas de aflição e incentivador nos momentos de desânimo e descrença, esta etapa é resultado de nosso esforço, uma **conquista nossa**, meu amor.

Aos amigos e amigas de todas as horas que de maneira tão compreensiva aceitaram minha ausência e nunca me abandonaram, como por exemplo, Natalina, Soninha, Taty e Izan, vocês foram alento quando precisei.

À minha orientadora professora Laura Alves – Grata por tudo, mas principalmente por acreditar que era possível quando eu mesma já havia desistido. Sua sensibilidade fez grande diferença, sua escuta e apoio foram fundamentais para a conclusão deste trabalho que é nosso.

À querida Lívia, pela atenção dispensada e por compartilhar de seus conhecimentos, oportunizando o avanço dos estudos e conduzindo com incentivos e sucessivas orientações as análises com base nos estudos de Bakhtin, uma de minhas principais dificuldades para a conclusão da pesquisa. Grata por sua gentileza e disponibilidade; sua participação foi fundamental para que a pesquisa chegasse aos resultados que temos hoje.

Aos professores do PPGED por todo conhecimento compartilhado.

Aos membros da banca de qualificação, professores César Castro e Tatiana Pacheco, pelas contribuições valiosas que me deram para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Aos colegas da turma de Mestrado e Doutorado em Educação da UFPA (2017), especialmente Adriana Moura, Albert Cordeiro, Uislley, Regina Célia, Izan Rodrigues e Paulo Demétrio, pelos bons momentos em turma. Aprendi muito com vocês!

A Andréia Albuquerque que se tornou neste percurso uma amiga muito querida e que gentilmente fez a tradução do resumo para a língua estrangeira.

Aos amigos e colegas do grupo de pesquisa Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – ECOS, especialmente Welinton Pereira por todo incentivo e pelas dicas na fase de seleção para o Mestrado.

Aos colaboradores do Arquivo Público do Pará, Centro de Memórias da Amazônia, Biblioteca Arthur Vianna por todo apoio dispensado no processo de investigação das fontes que compõem o corpus deste estudo.

Ao CNPq pelo apoio e incentivo financeiro para a manutenção e conclusão do Mestrado em Educação.

Aos colegas e colaboradores do PPGED por estarem sempre tão disponíveis as demandas e necessidades dos estudantes deste Programa, especialmente William e Dani.

E por fim, agradeço a todos e todas que de maneira direta e indireta torceram por mim para a conclusão desta etapa de formação que foi tão desafiadora em todos os seus aspectos.

EPIGRAFE

Dediquei-me a investigar e a usar a sabedoria para explorar tudo
que é feio debaixo do céu [...] (ECLESIASTES, 1:13).

RESUMO

Envolvida com as Temáticas Infância, Violência e Educação busco nesta Dissertação de Mestrado investigar a violência contra a criança, por meio dos discursos presentes em matérias do Jornal Folha do Norte no início do século XX em Belém do Pará. À vista disso, aponta-se como questão norteadora do estudo: “Que discursos/práticas de violência contra a criança são apresentados nas matérias do Jornal Folha do Norte no início do século XX em Belém do Pará?” Na intenção de promover o debate sobre tema tão relevante para a compreensão da construção do sujeito criança e suas infâncias em Belém, trouxemos como objetivo geral: Analisar as situações de violência contra a criança em Belém do Pará no início do século XX e sua relação com o contexto social, educativo e cultural do período investigado. Quanto aos objetivos específicos temos: (1) Identificar a tipologia de violências contra a criança que eram registradas mais frequentemente nas notícias do Jornal; (2) Desvelar os discursos que estão relacionados à violência e à educação da infância nas fontes investigadas; (3) Elucidar de que maneira a cultura da violência perpetrada contra a criança incidia sobre idades, gênero, e nível socioeconômico; (4) Compreender que discursos sobre a violência contra a criança e a educação da infância se relacionavam ao contexto social, político e econômico, cultural e educacional da época. Trata-se de pesquisa documental tendo o corpus constituído por matérias específicas do fenômeno da violência contra a criança no Jornal Folha do Norte, na primeira década do século XX. O referencial teórico utilizado como aporte para a análise dos dados coletados está baseado nas teorizações de Mikhail Bakhtin sobre o discurso. A partir desta empreitada, percebemos que os jornais da época construíram em meio à sua tessitura jornalística um discurso sobre a criança e/ou sobre violência e sua relação com a criança. E que esses sentidos são representativos do ideal nacionalista, higienista e de progresso que se defendiam à época.

Palavras-chave: História da infância no Pará. Violência. Educação.

ABSTRACT

Concerned with the themes of Childhood, Violence and Education, I seek in this Master's Dissertation to investigate violence against children, through the discourses present in the Folha do Norte newspaper at the beginning of the 20th century in Belém do Pará. as a guiding question of the study: "What discourses / practices of violence against children are presented in the Folha do Norte newspaper in the early 20th century in Belém do Pará?" In order to promote the debate on a subject so relevant to the understanding of construction of the child subject and his childhood in Bethlehem we brought as general objective: To analyze the situations of violence against children in Belém do Pará at the beginning of the 20th century and its relation with the social, educational and cultural context of the period investigated. As for the specific objectives we have: (1) To identify the typology of violence against the child that was registered more frequently in the News of the Journal; (2) To reveal the discourses that are related to violence and to the education of the infancy in the investigated sources; (3) Elucidate how the culture of violence perpetrated against the child affected age, gender, and socioeconomic status; (4) Understand that discourses on violence against children and early childhood education related to the social, political, economic, cultural and educational context of the time. This documentary research has the corpus constituted by specific subjects of the phenomenon of violence against the child, in the Folha do Norte Journal, in the first decade of the twentieth century. The theoretical reference used as input for the analysis of the collected data is based on the theorems of Mikhail Bakhtin on discourse. From this work, we realized that the newspapers of the time built a discourse about the child and / or about violence and its relationship with the child. And that these senses are representative of the nationalist, hygienist and progress ideal that defended themselves at the time.

Palavras-chave: History of childhood in Pará. Violence. Education.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Levantamento das matérias de Jornais sobre a Violência Contra Criança | 61 |
| Figura 2: Dados sobre as tipologias de violência contra criança nas fontes documentais | 62 |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| SEÇÃO I | 13 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE DISSERTAÇÃO | 14 |
| 1.2 INTERESSE PELA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA | 15 |
| 1.3 ALGUMAS NOTAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA | 19 |
| 1.4 ESTADO DO CONHECIMENTO | 22 |
| SEÇÃO II | 26 |
| INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NO BRASIL | 26 |
| 2.1 CULTURA DA EDUCAÇÃO PELO CASTIGO NO BRASIL | 27 |
| 2.2 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA NAÇÃO | 36 |
| 2.3 INFÂNCIA, SAÚDE E VIOLÊNCIA: QUESTÃO DO ESTADO | 40 |
| 2.4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA | 46 |
| SEÇÃO III | 52 |
| A PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM JORNAL IMPRESSO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 52 |
| 3.1 CAMINHOS CONSTRUÍDOS PARA ORGANIZAÇÃO DAS FONTES | 53 |
| 3.1.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E MANEJO DE DOCUMENTOS | 55 |
| 3.1.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO | 56 |
| 3.1.3 DEFINIÇÃO DAS FONTES | 60 |
| 3.1.4 O USO DO JORNAL COMO FONTE DOCUMENTAL | 64 |
| 3.1.5 TRATAMENTO ANALÍTICO DO <i>CORPUS</i>: O DISCURSO BAKHTINIANO | 67 |
| SEÇÃO IV | 70 |
| DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE | 70 |
| 4.1 DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE | 71 |
| 4.2 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA | 78 |
| 4.3 RELAÇÃO CRIANÇA E SOCIEDADE NO ÂMBITO INSTITUCIONAL | 81 |
| 4.4 TIPOS DE VIOLÊNCIA E SUAS INTERCESSÕES COM AS QUESTÕES DE GÊNERO, IDADE E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS | 91 |
| REFLEXÕES CONCLUSIVAS | 103 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 110 |

| | |
|--------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS | 117 |
| APÊNDICE A | 121 |
| APÊNDICE B | 123 |

SEÇÃO I

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE DISSERTAÇÃO

Abordar o tema da violência contra a criança no contexto histórico é explorar uma relação complexa e singular, uma vez que se revela como ação desafiadora, haja vista que o tempo histórico evidencia sua particular peculiaridade. Portanto, transitar pelo campo da infância tendo como foco a violência vivida por estes sujeitos históricos, nos provoca a enfrentar os empecilhos que uma pesquisa histórica possa vir a apresentar e nos motiva a construir caminhos que nos apontam evidências da violência vivida por crianças no início do século XX, em Belém do Pará.

É sabido que a violência atravessa toda a história humana e que a criança não está alheia a este fenômeno. Muchembled (1944) declara que a violência não desaparece, mas que ela se banaliza de geração em geração. Ou seja, a violência está posta em todas as sociedades, nos mais diferentes tempos e contextos sociais.

As mídias sociais sinalizam diariamente o quadro da violência sofrida pelas crianças dos Estados brasileiros e do mundo. São notícias que revelam a crueza humana em face da fragilidade de crianças. A violência contra a criança choca boa parte da população pela brutalidade e perversidade a que as crianças estão sujeitas.

Os dados trazidos para este estudo nos permitem compreender que o fenômeno da violência vem se arrastando por séculos e atinge crianças de todas as idades, etnias e condições sociais, ou seja, não é uma prerrogativa que acometa crianças pobres, apenas, sendo uma ação à qual todas estão sujeitas.

As investigações trazidas aqui, revelam que dentre as principais violências a que crianças foram (e ainda são) expostas, se destacam o espancamento, os maus tratos, o abuso sexual, o abandono e o trabalho infantil.

Desta maneira, a presente dissertação intitulada “*Discursos sobre violência contra a criança nas notícias do Jornal ‘Folha do Norte’ em Belém do Pará: perspectiva da Educação no início do século XX*”, tem como objetivo analisar as situações de violência praticadas contra a criança em Belém do Pará no início do século XX e sua relação com o contexto social, educativo e cultural do período investigado.

O estudo ora apresentado se insere no campo da História da Infância. É uma preleção que busca desvelar os meandros da violência contra a criança no contexto histórico de sua constituição e existência, utilizando notícias da referida época, veiculadas no Jornal Folha do Norte, como documentos históricos, capazes de revelar os discursos produzidos sobre a criança e suas infâncias ao longo da primeira década do século XX, em Belém do Pará. Estudos de autores como Rizzini, Venâncio e outros, revelam que o

índice de violência contra a criança nas primeiras décadas do século passado era crescente.

A história da infância é marcada pela violência, e os abusos contra a criança atuam quais mutiladores para o desenvolvimento da criança. A depender da violência perpetrada à criança, é possível que a vítima tenha problemas em suas diferentes fases de seu desenvolvimento (GUERRA, 2005, p. 69).

A história, no entanto, revela que, num passado não tão distante, crianças foram vítimas das mais variadas formas de violência e que, diferentemente do que temos hoje, muito em voga pela ação dos Direitos Humanos, suas vidas estavam atreladas às ações de médicos, juristas, pedagogos e por um corpo religioso que ditava as regras de convivência, de moral e de bons costumes, como exemplo, os relatos trazidos por Nascimento (2008) que revelam um tempo de cruel dissabor para a vida infantil. Um tempo cuja moral, em muitos momentos, obrigava mães solteiras a abandonarem seus filhos e/ou filhas – produtos de relações consideradas ilícitas – em razão de manter a aparência e a reputação de suas famílias.

O infanticídio, uma das práticas comuns no final do século XIX e início do século XX, fora condenado pela moral cristã de então, pois era considerado uma prática condenável, “bárbaro” e “incivilizado”, e as mães que o faziam eram taxadas como “cruéis”.

Os achados para este estudo nos mostraram que estupro, espancamento, maus-tratos, abandono, infanticídio e outras formas de violência, eram praticadas contra a criança de forma constante e recorrente nas sociedades do final do século XIX e início do século XX, o que despertou o interesse em adentrar o campo da violência contra a criança, pois a história é capaz de revelar que muito do que vivemos hoje, no século cujas medidas de proteção e cuidados à criança estão em voga, é reflexo deste passado.

1. 2 INTERESSE PELA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

A infância é uma fase da vida que me desperta atenção especial desde muito cedo, não apenas pelo fato de haver trabalhado como cuidadora de crianças, mas principalmente pelo universo surpreendente que essa fase da vida aponta aos que decidem navegar em suas profundas águas.

A trajetória acadêmica me permitiu acurar o olhar acerca da infância quando ingressei no curso de graduação em Pedagogia (2012 – 2016), curso que em sua maior parte prioriza a formação para a educação infantil e, com isso, desperta as atenções para

esta fase especial da vida humana. Em sua grade curricular, o curso aborda temas como: 1) ensino e aprendizagem, 2) aquisição da linguagem, 3) desenvolvimento motor, 4) ludicidade e outros.

A formação acadêmica na área de Pedagogia me permitiu transitar por diferentes campos da educação, dentre os quais o da educação infantil me deteve especial atenção, sobretudo na experiência que pude ter com os estágios para a docência. Os estágios em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental foram os potencializadores nesta descoberta, pois foi onde pude, de maneira particular, conviver com as crianças no contexto educacional de modo a perceber o quanto de herança social e cultural carregam em seu processo inicial de formação.

Embora sensível aos preceitos trazidos pelas crianças em sua fase inicial de aprendizado, a vivência se materializa de diferentes formas, pois no contexto da educação, ou do ambiente educacional escolar, é possível rever conceitos derivados dos ranços sociais que estigmatizam as formas de aprender e se fazer educação, e expandir novas possibilidades acerca do desenvolvimento educacional da infância e, desta forma, vislumbrar novas possibilidades, e mais: perceber e apreender que educação infantil e história da infância são comuns, mas também opostas.

Durante os períodos de estágio mencionados anteriormente, pude compreender também a importância e relevância que o educador(a) desempenha na vida dos infantis, haja vista ser uma das primeiras funções sociais da qual se ocupam os pequenos, e isso se dá por meio das relações estabelecidas entre aluno e educador(a)/professor(a) no processo de mediação do desenvolvimento das crianças, por meio das atividades e brincadeiras propostas no ambiente de ensino e aprendizagem (PINHEIRO, 2013).

Considero importantíssimo o momento da decisão pelo tema a ser pesquisado, pois, apesar de árduo, é compensador. As dúvidas, os medos, o sentimento de fracasso, às vezes permeiam o pensamento do pesquisador, mas isso tudo é superado quando ele conta com o suporte do Professor orientador e dos amigos, e quando se propõe a estudar e entender seu objeto de estudo de modo que, no percurso, tenha autonomia e maturidade para construir seus problemas de pesquisa, e objetivos, para que estes venham refletir na escolha do seu método de pesquisa.

Descrevo a aproximação com o objeto de estudo escolhido, o que está relacionado com minha trajetória de investigação enquanto Pedagoga recém-formada.

Durante a graduação, ingressei no Grupo de Estudos Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – ECOS, da linha de pesquisa em Educação Cultura e Sociedade, do

Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), importante grupo sobre estudos da Infância na região Amazônica, coordenado pela professora Dr^a Laura Maria Araújo Alves. A vivência no grupo aproximou-me da história da infância e seus contextos, gerando fortes inquietações e anseio por conhecer mais sobre a constituição da infância no Brasil e no Pará.

Embora haja em minha trajetória de vida, e acadêmica, o interesse pela infância, foi na Iniciação Científica que minha percepção acerca do tema foi se consolidando mais precisamente, em particular o assunto sobre história da infância, pois foi ali que meu trajeto pela pesquisa documental iniciou a fim de desvendar uma história da infância, que até pouco tempo se fazia à sombra da dos adultos (DEL PRIORE, p. 23 1995).

Como bolsista da iniciação científica (2014 – 2016), o desafio era conhecer e ingressar nos meandros da história da infância no Brasil e, mais especificamente, em Belém do Pará. O desafio foi possível por intermédio de um dos projetos de pesquisa da professora Dr^a Laura Maria Araújo Alves, coordenadora do grupo de estudos Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – ECOS, grupo este que vem desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, estudos sobre a história da infância no Pará, construindo então uma historiografia da infância nesta região e tornando-a mais conhecida no contexto nacional.

Meu “rito” de iniciação se deu com um plano de trabalho que visava encontrar nos livros perpétuos de sepultamento de menor do Cemitério de Santa Izabel do Pará, indícios sobre a mortalidade infantil na região. Foram, então, traçados planos para as visitas ao Cemitério, manuseio e tratamento dos livros, bem como mecanismos para catalogação dos dados e análises destes.

O resultado foi animador, pois a partir dos achados nos Livros Perpétuos de Sepultamento de menores de 1910 a 1914 pude elaborar não só relatórios de pesquisa, mas também artigos, publicados em diferentes eventos, um deles ANPED nacional e, também, a elaboração da monografia para a conclusão do curso de Pedagogia (2016).

A partir de então meu interesse pela infância só expandiu, de modo que, no final do ano de 2016, elaborei um projeto com a temática da infância com a intenção de aprimorar as investigações acerca da infância na Amazônia e dar continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo junto com a professora Laura Alves e o Grupo de pesquisa ECOS.

Para a seleção do mestrado, submeti um projeto que pretendia investigar os rituais que envolviam a mortalidade infantil na região, no intuito de conhecer mais a fundo os rituais pelos quais passavam as crianças na morte. O projeto foi aceito e aprovado e iniciei

as investigações em busca de documentos históricos que revelassem dados acerca dos rituais de velório de crianças na morte, contudo, foi necessário dar uma pausa nas buscas, haja vista o tempo que se tem para a conclusão do curso, um tempo relativamente curto em face às dificuldades que se tem de acesso às fontes. Porém, os achados nos levaram a um novo caminho, qual seja: o da violência contra a criança.

O que determinou a delimitação do período e do novo objeto a ser investigado foram as orientações com a Prof^a Laura Alves, que sabiamente percebeu que não havia possibilidade de dar prosseguimento àquela investigação, naquele momento, em virtude do tempo, muito embora a temática proposta fosse objeto de nosso interesse desde muito cedo.

Apresentei-lhe o quadro com o resumo dos documentos que havia encontrado e este constatou que a temática a ser investigada deveria ser de fato a violência contra a criança. Foi então que sugeri a análise discursiva de Mikhail Bakhtin como referencial metodológico e analítico para as fontes encontradas, mas no momento, a única convicção que tinha era a de que precisava fazer um estudo acerca desta temática: Violência contra crianças no início do século XX em Belém do Pará.

Dessa maneira, passei a estudar sobre a violência contra as crianças registradas na história de modo a investigar suas dimensões e percursos. Para aprofundamento dessa temática foi realizado, num primeiro momento, uma pesquisa que utilizou fontes bibliográficas ou material elaborado, tais como livros, artigos científicos, publicações em periódicos, impressos diversos e artigos de internet, para a revisão de literatura existente, visando a construção da dissertação, na perspectiva de encontrar caminhos que me ajudassem a entender melhor a temática proposta.

Neste percurso, foi necessária uma mudança completa no projeto de pesquisa e o tracejado de um novo plano de desenvolvimento. E, para isso foi necessário tempo, dedicação, cuidado, pois ingressava numa área completamente desconhecida, mas desafiadora, o que me animava a prosseguir. Com a ajuda e colaboração de amigos e de minha orientadora pude dar prosseguimento às investigações.

Ao ocupar-me da história da infância salta-me o interesse pelo período referente ao final do século XX e aos anos iniciais do século XXI, momento em que a infância alcança novos olhares sob a perspectiva da constituição de um cidadão ideal para a nação, isto é, aquele que atenderia os padrões de desenvolvimento que vivia a nação brasileira. Portanto, houve neste período uma intensa preocupação com os cuidados e educação das crianças, fato reverberado nas políticas de cuidado e higiene infantil – corpos e mentes –

assim como com as discussões e leis referentes à proteção e ao atendimento da criança e suas infâncias. O período delimitado é reflexo também do *corpus* encontrado para estudar o objeto.

O percurso em busca das fontes permitiu que inaugurássemos uma nova modalidade acerca dos estudos sobre a violência infantil, pois o levantamento feito no banco de dados da CAPES revelou que pouco se tem investigado sobre a história da infância em Belém do Pará, sobretudo, a violência contra a criança em seu contexto histórico. As pesquisas sobre a violência contra a criança são mais comuns nos campos da Psicologia, da Medicina – com ênfase na violência intrafamiliar – e na sociologia. Há presença de investigações no campo da educação, mas muito mais no contexto da educação do campo. O que se observa é que em sua maioria as investigações se dão no contexto contemporâneo.

Galgar as veredas que tratam da violência contra a criança é imergir em um terreno de areias movediças. Embora tenhamos muitos registros acerca do tema, este é um assunto que traz desconforto, desconfiança e, em muitos aspectos, insegurança, por se tratar de um tipo de violência que recorrentemente tem como cenário as dependências e adjacências do lar, ambiente em que a criança deveria ser assistida pela família com conforto e segurança e, no entanto, é um dos principais lugares em que este tipo de violência acontece.

Portanto, passamos a discorrer, a partir de então, sobre a violência que atingiu (e ainda atinge) um contingente significativo de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo e que se torna, neste estudo, objeto de investigação.

1. 3 ALGUMAS NOTAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

A partir da presente pesquisa intitulada - Discursos sobre violência contra a criança nas notícias do Jornal ‘Folha do Norte’ em Belém do Pará: perspectiva da Educação no início do século XX - pretendemos abordar a problemática da violência contra a criança na perspectiva dos discursos jornalísticos. Para tanto, foram analisadas as notícias sobre casos de violência contra criança veiculadas pelo Jornal Folha do Norte. O Jornal foi um importante veículo de comunicação na Região e está inserido no contexto das transformações sociais e econômicas de Belém na passagem do século XIX para o século XX. Por ser um veículo de comunicação em massa, o Jornal se constituiu no período como um instrumento importante no projeto de modernização da cidade de Belém, sobretudo, por promover mudanças no paradigma educacional, haja vista suas

páginas e seções serem usadas por médicos educadores com a finalidade de transmitir informações sobre hábitos de vida saudável para as diversas mães e leitoras do Jornal, uma das propostas para a infância brasileira na época. Uma característica que aponta a relevância e a importância da escolha da proposta investigativa, pois o Jornal assume caráter inovador no setor educacional da sociedade paraense no início do século XX ao veicular medidas socioeducativas em suas páginas.

Uma das preocupações que marcaram o final do século XIX e início do Século XX no Brasil diz respeito à infância que, com o ideário republicano, passa a ter maior visibilidade quando juristas, médicos higienistas e sanitaristas, educadores, jornalistas passam a denunciar as mazelas sociais vividas pela infância, em que crianças recorrentemente morriam em decorrência das epidemias e de condições precárias de higiene física e moral nos aglomerados dos centros urbanos, como nos indica Corrêa (2017) em sua dissertação de mestrado.

Um outro dado trazido pela autora é referente à criminalidade vivida pelas principais capitais do Brasil, realidade que assolava a nação e que promovia temor por parte das oligarquias, cujo objetivo era manter a aparência de salubridade e prosperidade da nação com vistas a aumentar a visibilidade do país e, conseqüentemente, sua economia. Portanto, a estatística criminal era fator preocupante pela possibilidade de subversão das crianças ao mundo do crime e pela propensa situação de perigo que poderiam vir a colocar os Estados e, claro, sob este pretexto, estava a segurança e a preservação da infância a qual se encontrava em iminente risco de corrupção e, conseqüentemente, a desordem social. Por isso era necessário sanear e preservar.

O contexto socioeconômico que levava à preocupação social, estava atrelado ao desordenado crescimento urbano, sobretudo das camadas pobres da população, cuja condição era de miséria e pobreza extremas – condição que fazia com que o número de crianças vindas a óbito fosse alarmante. Sobre tal ponto é pertinente refletir a questão da percepção que se tem sobre a infância enquanto categoria estrutural, que Santos (2017, p. 56) destaca ser definida por um conjunto de parâmetros, e que, portanto, está historicamente vinculada aos limites e padrões sociais, culturais e econômicos, entre outros definidos pelas instituições.

Santos (2017) aponta ainda que, conforme a cultura se transforma, a sociedade muda. Sob tal perspectiva de transformação cultural pode-se observar, no bojo da investigação proposta, que as transformações sociais sofridas nas capitais do Brasil nos finais do século XIX e início do século XX, são reflexos dos padrões de cultura. Isso está

relacionado com a maneira como se concebe a infância diante das transformações, pois para uma sociedade em mudanças, a caridade e a benevolência denotadas nas muitas instituições de acolhimento para educação de crianças pobres, que o cuidado com a educação da criança precisava ser [re]definido. Diante disso, a educação e a formação social da criança passam a ser dever do Estado, conforme nos indica Rizzini (2011):

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado (RIZZINI, 2011, p. 23).

O aligeiramento no cuidado e proteção da infância se dava sobretudo pelo sentido que se denotava para essa fase da vida, pois educar as crianças era garantir desenvolvimento a curto e a longo prazo, uma vez que, primeiro, as crianças nas instituições educativas estariam fora das ruas e, portanto, não manchariam a imagem de cidade limpa e civilizada. E, segundo, que se estaria formando um cidadão para o trabalho e conseqüente desenvolvimento do Estado/nação.

Parada (2011) declara que tanto a infância como a juventude eram vistas como uma categoria social que recorrentemente era moldada aos padrões sociais, políticos e econômicos condizentes com os interesses sociais e oligárquicos da época, pois havia um modelo de ideal social projetado para atender as demandas de um Estado em mudança.

Neste contexto de mudança, estavam inseridas categorias como trabalho, saúde e disciplinamento físico e moral – prerrogativas primordiais para o bom desenvolvimento de um cidadão sadio e próspero para a nação, como indica Parada (2011, p. 356).

Sob esta questão, vale salientar que durante todo o período investigado, a criança é recorrentemente tratada como um agente de fácil modelação, haja vista sua frágil constituição e formação psicossocial, o que facilitaria sua inserção ao mundo do trabalho e garantiria um controle mais incisivo sobre suas práticas cotidianas.

Em face desta discussão, é sabido que todas as sociedades ao longo da história lidam com crianças e suas infâncias e que, em pequena ou grande escala, todas elas necessitam de preparo para a fase adulta. Stearns (2006) destaca que no contexto de modernização, a criança é exposta ao mundo do trabalho muito cedo, o que lhe confere a obrigação de lidar com alguns sentimentos que, em geral, são próprios dos adultos e que,

portanto, o ingresso nas atividades próprias de adultos requerer da criança um amadurecimento mais acelerado.

Para que isto ocorra, a criança passa a ser alvo da atenção e do cuidado de agentes que confirmam a essa fase da vida o cuidado que ela requer, e maior atenção, considerando sua fragilidade e inabilidade para gerir a própria vida – atenção com a saúde, segurança, cuidados físicos, com a alimentação e educação passam a ser próprios da família, onde a criança tem sua formação inicial, inclusive o desenvolvimento da fala e a apropriação dos signos da linguagem, com os quais passa a se comunicar.

As instituições médicas, jurídicas, religiosas e filantrópicas, por sua vez, adentram este contexto, sobretudo o contexto das famílias pobres, consideradas incapazes de imprimir tais cuidados às suas crianças, instituindo maior controle sobre esses cuidados, de modo a participar da vida da criança com vistas a garantir à sociedade um cidadão comprometido com a pátria, de modo que os agentes formados por estas instituições venham a ser os “soldados de amanhã”, os “defensores da pátria”, os “reprodutores da raça”, “cidadãos de direitos e deveres na exitosa sociedade vindoura” (MÜLLER, 2007, p. 64 – 65).

1.4 ESTADO DO CONHECIMENTO

Com a intenção de compor um cenário das produções acadêmicas acerca do tema aqui investigado, buscou-se o levantamento de trabalhos produzidos em programas de pós-graduação, por meio do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de dissertações e teses do “Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia” – BDTD/IBICT e da CAPES, no período de junho a novembro de 2017, foram selecionadas 20 publicações, dos anos de 2008 a 2018, dentre teses e dissertações. Para esse levantamento, foram utilizados os seguintes descritores: “História da infância em periódicos”, que gerou 80 resultados, “Infância no Pará no século XX”, com cerca de 110 resultados, “Discurso de violência contra a criança” cujo diretório gerou 980 resultados, e “história da infância no Pará”, que gerou 27 resultados. A seleção priorizou publicações em História da Infância e da Educação, contudo, as publicações com maior número são da área da psicologia e saúde médica.

Após a leitura de algumas teses e dissertações, foi identificada uma recorrência em temáticas para a Infância cuja fonte de dados revelam a natureza da violência contra a criança presente nos periódicos.

Do total, foram selecionadas 13 dissertações (ver apêndice A) e 7 teses (ver apêndice B) que nos permitiram perceber que:

- ✓ A região Norte apresenta um quantitativo, em número de publicações significativos sobre a temática, mas a área com maior relevância é a da Psicologia;
- ✓ Os estudos que trazem a discussão da violência contra a criança e suas infâncias estão muito atrelados à contemporaneidade;
- ✓ Alguns trabalhos tratam a questão do discurso sobre a violência contra a criança, mas não utilizam Bakhtin;
- ✓ A maior parte das pesquisas são feitas por meio de pesquisa documental com o uso de jornal, revistas, relatórios e outros.
- ✓ Existe uma carência de estudos sobre o tema no viés da história da infância e da educação no Pará.

É importante ressaltar que do levantamento que realizamos foi possível constatar que esta pesquisa é compreendida como inédita por desenvolvermos um estudo no campo da História da Infância no Pará no período em tela.

Portanto, o tema de dissertação de mestrado vem contribuir para a Historiografia da Infância no Pará e para o Grupo de pesquisa ECOS, grupo que vem ao longo dos anos se consolidando como um dos grupos referência nos estudos históricos sobre a infância paraense. Torna-se inédita também em razão da utilização do Jornal como fonte documental, nos quais foram veiculadas matérias de casos de violência contra a criança no período aqui investigado.

Envolvida com as Temáticas Infância, Violência e Educação busco nesta Dissertação de Mestrado investigar a violência contra a criança, por meio dos discursos presentes em matérias do Jornal Folha do Norte no início do século XX em Belém do Pará. Assim, para este estudo, temos como questionamento:

“Que discursos/práticas de violência contra a criança são apresentados nas matérias do Jornal Folha do Norte no início do século XX em Belém do Pará? ”

As questões que nortearam o estudo foram:

- a - Que atos de violência contra a criança são apresentados nas fontes investigadas?
- b - Que discursos estão relacionados à violência contra criança e à educação da infância estão presentes nas fontes investigadas?

- c - De que forma a violência praticada contra a criança, nas fontes investigadas, são atravessadas pelas questões de gênero, idade e condição socioeconômica?
- d - Que contexto cultural, educativo e político se fazia presente na realidade das infâncias de Belém do Pará no período investigado?
- e - Que significados estão presentes nos discursos da imprensa sobre os casos de violência contra a criança?

Para se alcançar estas questões, foram traçados alguns objetivos que nortearão a seleção e análise do corpus. São eles:

▪ **Objetivo geral:**

- 1) Analisar as situações de violência contra a criança em Belém do Pará no início do século XX e sua relação com o contexto social, educativo e cultural do período investigado.

▪ **Objetivos específicos**

- 1) Identificar a tipologia de violências contra a criança que eram registradas mais frequentemente nas notícias de jornal;
- 2) Desvelar os discursos que estão relacionados à violência e à educação da infância nas fontes investigadas;
- 3) Elucidar de que maneira a cultura da violência perpetrada contra a criança incidia sobre idades, gênero, e nível socioeconômico;
- 4) Compreender que discursos sobre a violência contra a criança e a educação da infância se relacionavam ao contexto social, político e econômico, cultural e educacional à época.

As fontes privilegiadas para a realização do estudo foram as notícias sobre violência contra a criança veiculadas pelo Jornal Folha do Norte no início do século XX na cidade de Belém.

O referencial teórico utilizado como aporte para a análise dos dados coletados está baseado nas teorizações de Mikhail Bakhtin sobre o discurso, que nos permitiu desvelar os discursos presentes sobre a violência contra criança nos variados enunciados propostos pelos agentes históricos: de um lado, a mídia a partir dos jornais; e de outro lado, as autoridades policiais que estabeleceram a denúncia da prática de violência contra a criança que determinavam como crimes.

Neste sentido, o texto está estruturado em três grandes eixos, quais sejam: 1) significados e sentidos das práticas de violência e da infância; 2) relação criança e

sociedade no âmbito institucional (público e privado); 3) tipos de violência e suas interseções com a questão de gênero, idade e condição socioeconômica.

A primeira seção se constitui na introdução onde apresentamos o objeto de dissertação e o interesse pela infância e a violência contra criança. Na segunda seção é discutido a infância, educação e violência contra a criança no Brasil, sobretudo aspectos da cultura dos castigos corporais e um breve debate sobre a violência doméstica contra criança. É destacado ainda a infância relacionada ao projeto de modernização da nação e a violência contra criança como questão do Estado. A terceira seção reserva-se à pesquisa exploratória, as fontes, a construção do *corpus*, o procedimento de análise, ou seja, os caminhos construídos para organização das fontes documentais. Em seguida, seção IV, há a apresentação dos principais achados discursivos sobre a violência contra criança. Nas considerações finais, seção V, destacamos algumas conclusões sobre o tema investigado.

SEÇÃO II

INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NO BRASIL

2.1 CULTURA DA EDUCAÇÃO PELO CASTIGO NO BRASIL

A busca de ampliação do olhar sobre e através da infância tendo como horizonte documentos históricos nos permite, nesta seção em especial, discorrer sobre discursos que trazem diferentes perspectivas da infância na história, na sociedade e na cultura. Este percurso tem como objetivo situar a infância para melhor compreendê-la e, a partir das discussões, poder analisar os conceitos de infância que estão latentes aos discursos presentes nas fontes documentais.

Para tanto, nos dispomos a abordar a história da infância no Brasil, tendo em vista o amplo processo de exploração vivido pela sociedade brasileira, realidade que incide fortemente na constituição da infância neste país, tendo como pano de fundo as teses europeias, que serviram de fonte de inspiração, mas não foram a bússola para a construção da realidade deste povo, onde a valorização da infância se dá pelo convívio em diferentes grupos sociais e que determinam sua diversidade e suas concepções.

A infância brasileira é marcada pelas raízes da colonização, uma infância emergida pelos anseios sociais de mudança, uma infância marcada pela assolação temporal, uma infância que ganhava espaço, esperança e vida. Infância pensada e modelada a partir do ideal de civilização europeia, que foi importante, mas não determinante para a construção dos sentidos de infâncias no Brasil.

A infância constitui-se historicamente como campo de debates, pois há uma gama de querelas acerca do sujeito criança e suas infâncias. Portanto, as ciências humanas e sociais se ocupam em estudar a constituição da criança, suas infâncias e as imagens que denotam suas peculiaridades. Os esforços são os mais diversos, pois o sujeito criança é inventado pelo olhar do outro, contado pela ótica e estética de adultos com marcas próprias e imbricada pelas ideologias do tempo e de culturas diversas trazidas por estes.

Marcadamente, a história da infância tem raízes nos marcos do século XVIII, quando os olhares sobre estes sujeitos ganham destaques e um “novo amanhã” começa a existir para as crianças que passam então a não serem vistas e pensadas como uma “reprodução do ser adulto”, mas como alguém capaz de viver a sua fase, sua história, seu tempo, sua infância e sua própria cultura que é determinada por suas particularidades que denotam suas relações/socialização entre si e entre os adultos. A partir daí constroem seus espaços, sua cultura infantil e suas redes de relações que se efetivam por meio dos diferentes papéis que ocupam na sociedade.

A história da infância é multifacetada, imbricada de valores históricos e permeada pelas culturas, as mais diversas, é perigo, dulçor, é dor e esperança, pois desde muito cedo

a infância é alvo do zelo e do cuidado humano, contudo, sua história não fora sempre assim. Houvera momentos em que a criança teve sua infância roubada e sofrera a dor da crueza dos homens em sua carne, como por exemplo, as crianças embarcadas nas naus que traziam os colonizadores brasileiros.

Nestas embarcações as crianças sofriam diferentes tipos de violência, ora pelas intempéries das viagens, ora pela crueza e sadismo humanos, maltratadas pela fome, frio e pelo afastamento do seio familiar, que em muitos casos eram feitos à revelia daqueles.

Ramos (1999) nos permite compreender parte desta realidade ao descrever cenas da vida infantil no texto em que trata da vida trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.

[...] crianças também estiveram presentes à epopeia marítima. As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente.

Em qualquer condição, eram os “miúdos” quem mais sofriam com o difícil dia-a-dia em alto mar. A presença de mulheres era rara, e muitas vezes proibida a bordo, e o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela inquisição. Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por pedófilos [...] (RAMOS, 1999, p. 21).

Esses fatos revelam que as crianças brasileiras viveram desde muito cedo a perversão do adulto, pois os mesmos homens que maltratavam as crianças nas naus portuguesas é que vieram para o Brasil e que constituíram as famílias no “novo mundo”. E, isso nos faz pensar como os reflexos da violência, cometidas contra as crianças trazidas para terras brasileiras, reverberaram nas condutas posteriores destes como adultos e replicadores da cultura da agressão e da violência, pois o relato de Ramos continua e descreve as muitas facetas das violências vividas e, posteriormente, permeada por estes em seu novo habitat.

Os meninos não eram ainda homens, mas eram tratados como se fossem e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadura pela igreja católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer.

Ao que parece, embarcavam em Lisboa crianças que no decorrer de sua primeira viagem, antes de chegar ao Brasil, tornavam-se adultos, calejados pela dor e pelo sofrimento. [...] o menor mal que podia sofrer após viver alguns meses no mar, quando tinha sorte, era o de sofrer um grande trauma e deixar de ser criança; [...] perder sua inocência para nunca mais recuperá-la (RAMOS, 1999, p 48 e 49).

E assim se processava a infância, em um território ricamente miscigenado, mas marcado pela violência e crueldade de um povo, cujo objetivo era desbravar novos horizontes em busca de riquezas e no qual a criança ingressava cedo ao mundo dos adultos e o trabalho era uma de suas principais atividades.

No Brasil, a chegada dos Jesuítas abria caminho para a construção de uma infância pautada na educação formal com bases eclesiais, e que pretendia (re)educar as crianças nativas com vistas a (re)modelar suas infâncias. Para tanto, outras crianças foram inseridas nestes contextos, pois a associação/convívio com as crianças portuguesas e africanas sinalizavam a necessidade de aquisição de uma nova conduta, cultura, qual seja, aquela sob a égide da educação com bases na catequese que propunha uma mudança cujo fim primeiro era a disciplina e a civilidade, uma vez que os nativos eram considerados rudes e dados as paixões carnis (FREYRE, 2013, p. 86).

Com a inserção da cultura educacional portuguesa, dois ingredientes contraditórios foram percebidos no contexto da educação dos nativos, haja vista não haver entre a cultura destes povos o hábito dos castigos corporais como sendo regenerador ou reformador de condutas como aquela incorporada nos modelos educacionais jesuítas, pois a liberdade e a ternura, com que eram tratados pelos seus, fora trocada pela severidade e disciplina do modelo educacional jesuítico que, constantemente, usavam os castigos/penitências como forma de punir o corpo e moldar a mente na busca de um ser regenerado de suas formas primitivas.

A cultura do castigo não era presente nas comunidades indígenas como nos orienta Freyre (2013) ao relatar que a disciplina física só era inserida pelos adultos no momento em que as crianças eram submetidas a ritos de passagens:

De modo que não havendo castigo corporal nem disciplina de pai e mãe entre os indígenas do Brasil – de que tanto se espantaram os primeiros cronistas – [...] de que estava livre a criança selvagem era do puxante de orelha ou do muxicão disciplinador: até “erros e crimes” observou frei Vicente ficarem sem castigos entre os indígenas do Brasil. E Gabriel Soares escreveu dos Tupinambá no seu *roteiro*: “não dão os tupinambás aos seus filhos nenhum castigo nem os doutrinam, nem os repreendem por cousa que façam” (FREYRE, 2013, p. 103).

O que se pode observar a partir de então é que a cultura do disciplinamento corporal, inserido na constituição do povo brasileiro, surge como um elemento de doutrinação, haja vista a constituição de vida, aparentemente, desprovida de regras a que estavam inseridas as crianças indígenas – o que apontava um despropósito sem fim, que conduzia a vida adulta aos pecados e lasciva. Desta maneira, o disciplinamento, tinha para os jesuítas, ação redentora.

O convívio social com outras crianças revela a possibilidade de sucesso em sua empreitada, pois, talvez, sem prévia intenção, os educadores jesuítas inserissem crianças moldadas aos padrões culturais tentado aos nativos, possibilitassem seu estado de convívio de mais breve assimilação da cultura proposta, pois suas linguagens podiam assemelhar-se devido sua fase de desenvolvimento.

Corsaro (2011) corrobora com este debate ao enfatizar as relações sociais como objeto de construção de modelos, ou seja, o que determina o aprendizado não são as bases genéticas, cognitivas (biologizantes), mas o convívio social, o que permite dizer que o aprendizado se dá por meio do processo de socialização da cultura com a qual o aprendizado se torna mais eficaz. Este assegura que, assim como os adultos, as crianças são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada (CORSARO, 2011, p. 19).

Isso revela que, à medida que as crianças são submetidas à cultura da violência torna-se como um hábito comum, tanto que a educação jesuítica faz com que uma infinidade de crianças passasse a adotar os flagelos ou penitências como algo comum e regenerador que os livrasse dos “demônios” que pudesse estar em seus corpos (FREYRE, 2013).

A educação pela regeneração do corpo e da alma apontavam para uma civilização circunscrita na homogeneização e generalização do ser humano. A investida, muitas vezes fracassada dos jesuítas, implicava na uniformização dos modos de ser e viver dos nativos. E em razão de situações de desvirtuamento, os castigos se faziam presentes como modo de criar uma rede de relações de poder e de hierarquia, que apontava para a “sujeição” e “temor”, princípios pautados na rigidez do sistema disciplinar adotado pelos padres num esforço de conformar o humano segundo seus ideais.

A prática disciplinar, pautada nos castigos, foi algo que atravessou a história da educação brasileira e intencionou a uniformização da sociedade buscando categorizar suas atividades nos princípios cristãos católicos; prática que reverberou para as demais

categorias de povos colonizados, como os escravos negros, por exemplo, que imprimiam menor resistência aos ensinamentos religiosos.

Ribeiro (1979, p. 78) considera que:

No processo de expansão europeia, milhões de homens originalmente diferenciados em línguas e culturas autônomas, cada qual olhando o mundo com visão própria e regendo a vida por um corpo peculiar de costumes e de valores foram conscritos em um único sistema econômico e altamente uniformizados em seu modo de ser e de viver. As múltiplas faces do fenômeno humano se empobreceram drasticamente.

Tal afirmativa nos permite compreender que a cultura dos povos e sobre as infâncias sofrera alienações por meios da educação da criança, elemento que correspondia aos anseios do colonizador e, por meio do qual se edificava a civilização humana.

A institucionalização da educação da infância corrobora para uma aculturação das massas, haja vista que as instituições educativas, representada então pelos jesuítas, propunham que a criança devesse ser afastada de seus adultos e educadas por outros para que fossem formadas para o futuro e conseqüentemente pudessem representar um amanhã mais seguro e próspero para a nação.

A ação educativa, de certo modo repressiva e impositiva, aos povos oriundos de camadas diferentes da dos colonizadores, recebe instrução para a moralização e a desconstrução de hábitos e costumes próprios de suas culturas, que representavam uma ameaça aos planos de civilização. Em face de tal violação Ribeiro declara:

Não tendo o governo de si mesmos no plano político e econômico, [...], estes povos também não possuíam autonomia no comando de sua criatividade cultural. Frustrava-se, assim, qualquer possibilidade de digerir e integrar no contexto cultural próprio as inovações que lhes eram impostas, quebrando-se, irremediavelmente, a integração entre a esfera da consciência e o mundo da realidade. Nestas circunstâncias, ao alimentarem-se de ideias alheias indigeridas, não correspondente à sua própria experiência mas aos esforços europeus de justificação da rapina e de fundamentação moral do domínio colonial, mais aprofundavam sua alienação (RIBEIRO, 1979. p. 81)

Assertivas como estas nos levam a compreender que a violência assumiu lugar não só na dominação dos corpos, mas também na alienação cultural do povo brasileiro. Assumindo uma cultura e um lugar desfavorável na economia e política, as massas se constituíram sob o regime da autoridade de agentes que assumiam o poder econômico do Estado, sobretudo pautado no comércio escravocrata.

O comércio de escravos se intensificou em todo território brasileiro e as violações contra a cultura e os corpos de crianças e suas famílias só aumentavam. A submissão dos povos colonizados, a dominação dos escravos, fazia com que o quantitativo de crianças aumentasse e conseqüentemente o nível de exploração o que implicava no uso recorrente da mão de obra infantil.

Stearns (2006) faz referência ao trabalho infantil declarando que estes se tornavam mais pesados a medida que os países arregimentavam seus interesses econômicos, pois havia o almejo ‘no aumento da produção para a economia mundial’ de modo que viesse a se modernizar e em consequência disso às crianças se desenvolviam num ambiente hostil e repleto de elementos que lhes impulsionavam a traumas que carregavam ao longo da vida.

Todos esses processos incidiram sobre as crianças, raramente com alguma benevolência. [...] – o exemplo mais óbvio foi o trabalho pesado das crianças, o que não representava qualquer novidade. Por vezes a atividade tornava-se ainda mais pesada. Houve também outras conseqüências, levando a novos desafios para a infância e a novas humilhações para as próprias crianças.

Escravidão não era novidade na história mundial, tendo sempre implicado trauma para as crianças (STEARNS, 2006. p. 105 – 107).

Desta maneira percebemos que a história da infância esta imbricada com a história da violência no país e que a criança passa a ser objeto de atenção e afeição, maior, no contexto de modernização do país, quando medidas de atenção e assistência passam a ser pensadas, no intuito de reverter o quadro de degradação social e econômica que o país vivera com os resquícios do período escravocrata.

A segunda metade do século XIX é caracterizada como o momento de modernização do país – motivado pelas ideias da revolução francesa e o interesse da Inglaterra no fim da escravidão (MILLER, 2007. p. 102), ação que imprimiu mudanças também nas políticas pensadas para o desenvolvimento da criança e suas infâncias que a partir de então, ainda pautadas no cunho religioso e filantrópico, passaram a ver a criança como objeto caro da atenção do Estado a fim de sustentar uma aparência social mais eficaz junto aos investidores econômicos do país.

Imbuídos do sentimento de mudança havia necessidade de transformação nas concepções sociais adotadas acerca da infância, pois existia na mentalidade social a ideia de que a criança estava atrelada a curtos períodos de tempo de vida devido as diversas mazelas a que estavam expostas, mas também as crianças muitas vezes representavam ameaças ao ideal social planejado, uma vez que sua vida estava associada à morte, haja

vista muitas delas virem a óbito durante o parto e/ou com poucas horas de vida como salienta KUHLMANN JUNIOR (1998, p. 23) ao trazer números sobre a perspectiva de vida das crianças da França e de outros países, cujos dados apontam que apenas 50% dos nascidos conseguiam chegar aos dez anos de idade com vida, fato que revela a preocupação social em torno do sujeito criança.

Coadunando com o exposto, Santos (2017) declara que

Contraditoriamente, embora sempre tenha existido crianças – estes seres humanos jovens – desde o início de nossa existência, a infância – esta categoria social – nem sempre existiu, uma vez que, a consciência social da infância começou a manifestar-se com o Renascimento (Séc. XVI-VII), tornando-se independente a partir do Iluminismo (Séc. XVIII) (SANTOS, 2017, p. 24-25).

Deste modo, há nos dois comentários a expectativa de uma infância que se faz não à sombra dos adultos, como se costuma pensar, mas uma infância contada a partir do olhar adulto, e que ganha visibilidade em suas particularidades com o avanço das ciências humanas e sociais e da industrialização das capitais brasileiras. Momento de grande investida no crescimento infantil, pois a infância era vista como uma curta fase da vida e fadada à morte prematura, considerando o contexto de epidemias e doenças a que muitas vezes eram expostas as crianças.

A desigualdade social sempre esteve presente na constituição do povo brasileiro, desde os primórdios da colonização já se podia notar os contrastes entre a distribuição de poder e renda, o que fez com que surgissem infâncias distintas para cada classe social. Del Priore (2000) assegura que a historiografia internacional pode servir de inspiração para essa constituição, mas que não é o norte que define os sentidos de infância, como exposto anteriormente.

Declara ainda que a história da criança brasileira muito se assemelha àquela dos adultos, dado o contexto de exploração e colonização, e que viveu cerca de quatro séculos de escravidão, tendo o senhorio como base principal de suas relações sociais. Não obstante todo o processo de escravidão, a modernidade/urbanização trouxe consigo os ranços absorvidos da colônia e império e uma modernização industrial, aligeirada e sem planejamento, trazia consigo os flagelos sociais e as marcas de uma sociedade subserviente a que Ribeiro (1981) chama de condição estrutural impeditiva de progresso. E neste contexto estavam as famílias das crianças que também eram vítimas de todo esse processo.

A infância e os sentimentos para com a infância brasileira não se dão com a emergência da vida burguesa, onde o sentimento de infância fora acariciado ou acolhido, mas como uma necessidade em face à realidade vivida pela população de então.

As capitais brasileiras ingressavam na modernidade. E, com a modernidade desafios eram propostos para o povo brasileiro e um dos principais era o combate à mortalidade infantil que manchava o cenário social e econômico da época.

Os séculos XIX e XX são vistos como momentos de grandes mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo. Momento em que leis de atenção e proteção foram elaboradas com vistas a atender as crianças do país e estabelecer um critério de orientação a respeito do trato com as crianças e garantir que seus direitos fossem mantidos e cumpridos.

As mudanças traziam consigo novos olhares por parte das elites oligárquicas da época, onde o nacionalismo era sempre presente, portanto, medidas médicas e sanitárias passaram a ser implantadas no sentido de [re]organizar e normatizar as cidades brasileiras, no intuito de sanear o espaço público e tornar as cidades higiênicas e salutar para as novas gerações.

Como dito anteriormente, a criança passa então a ser alva da preocupação nacional. Inicialmente fora privilegiada a criança das famílias oligárquicas, mas paulatinamente, com o crescimento industrial, os olhares se voltavam para a criança pobre e desvalida, ao que Ostetto (1990) revela que nem sempre a preocupação resultava em ações práticas. Contudo, a partir de então, tais crianças recebiam atenção e faziam parte das ações médicas que atendiam a “prole dos trabalhadores, súditos das novas relações sociais de produção” (OSTETTO, 1990, p. 94).

O projeto de desenvolvimento da nação estava atrelado ao crescente movimento empreendido pelos países da Europa, e isso fazia do Brasil um país emergente no processo de industrialização. E a autora revela que a cidade passa a ser o “grande chamariz” para quem sonha construir vida nova, e relata que muitos dos imigrantes europeus, que antes trabalhavam nas lavouras cafeeiras, se aventuram nas indústrias, assim como um alto contingente de “mão-de-obra” brasileira “recém-egresso” da escravidão, que sem perspectivas no campo, busca melhores dias na cidade, ao que, sugere a autora, não conseguirá, pois a superioridade da força de trabalho estrangeiro empurra-o para a marginalidade (OSTETTO, 1990, p. 96).

Neste contexto há, nas principais capitais do Brasil, um inchaço populacional e com ele as precárias condições de vida que se evidenciam nas casas habitadas por

numerosas famílias que se aglomeravam aos arredores das fábricas, onde havia escassez de água e a ausência de saneamento básico.

A cidade sofre a pressão do crescimento demográfico: falta habitação, o transporte é insuficiente e de alto custo, faltam serviços básicos à população como água, luz e esgoto. Denúncias começam a ser divulgadas por jornais que se colocam ao lado da população, tornando pública as vexatórias condições de bairros populares (OSTETTO, 1990, p. 97).

Nestes termos, vemos que o crescimento populacional acarretou, às capitais brasileiras, um inchaço populacional e problemas consequentes – por haver falta de atenção por parte do poder público em atender as demandas populares e entre as famílias que habitavam as vilas e cortiços, principais locais habitados por imigrante. Em decorrência de tal situação, as crianças eram penalizadas, pois sua fragilidade fazia com que muitas delas, acometidas por endemias e epidemias, advindas das condições de saneamento e habitação, eram largamente dizimadas e suas infâncias marcadas pelo sofrimento e abandono.

O alto custo de vida nas capitais, a escassez de emprego (a mão de obra farta”), a inexistência de qualquer tipo de amparo social, de atendimento sanitário e educacional contribuem para aumentar o grau de miséria das classes desfavorecidas sendo sintomático o aumento, na mesma proporção, de crianças abandonadas e pobres. Estas elegem as ruas como lar e escola e, quando sobrevivem, aplicam sobre a sociedade as lições que dela tomaram [...] (OSTETTO, 1990, p. 98).

Sob esta perspectiva, é sabido que havia alto contingente de delinquência infantil, medida que, posteriormente, exigiu a ação estatal, na forma de intervenção policial, como medida de sanear as ruas e torná-las livre da ação delinquente dos menores infratores. Para tanto, foram criados institutos correcionais com vistas a atender e regenerar tais crianças por meio do trabalho, como é o caso das casas de educandos artífices, os arsenais de marinha e outros institutos destinados ao atendimento de menores desvalidos.

Estas inserções iniciais nos permitem compreender que, a infância brasileira constituiu-se imbricada no palco das ações da vida adulta e que o trabalho, bem como os castigos corporais, foram elementos constantes em seu processo de formação. As famílias, bem como a igreja, assumiram papel fundante para as inúmeras práticas violentas acometidas contra as crianças desde sua constituição na nação brasileira.

2.2 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA NAÇÃO

Darcy Ribeiro, em seu livro “O povo Brasileiro”, traz em sua introdução um apanhado do que seria este povo. O autor declara que “o povo nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso (RIBEIRO, 1995, p. 23).

O autor faz uma abordagem da situação em que o brasileiro se constituiu como nação, em que a grande massa é historicamente dominada quando, em suas mãos, detém a força que revolucionaria toda a história da nação brasileira. Diante dos avanços e retrocessos do povo, Ribeiro nos convida a problematizar e refletir maneiras e condutas de se encarar a realidade que, depois de séculos, ainda assola este povo rico em cultura e diversos em sua constituição.

Este Brasil, país diverso e tropical, foi e é também o país das contradições. Em um ambiente propício e salutar para o desenvolvimento econômico e social, a exploração foi ganhando vida e espaço, e a humanidade foi sendo usada como instrumento para o avanço dos interesses de uma minoria que via, na nação de então, um povo inculto e que necessitava de civilização.

Os jesuítas foram os precursores desta investida, com a intenção de ganhar adeptos que pudessem propagar a religião cristã/católica. Para tanto, enxergaram na criança o “papel em branco” em que pudessem escrever sua história. E, para isso, precisavam de uma civilização capaz de “[...] adestrar aquelas almas para receberem a palavra de Deus” (DEL PRIORE, 1995, p. 10). Ou seja, ansiavam que as crianças educadas, aos moldes cristãos católicos, pudessem vir a ser o redentor das almas pecadoras desta região “pagã”.

Daí em diante se escreve uma história de tragédias e dissabores, pois a criança, até então livre da normatização, passa a ser regulada e orientada quanto suas ações e escolhas. A educação vinha sendo dirigida de modo a lançar mão de seus objetos de cultura no intuito de promover uma aculturação, pois suas crenças eram sobrepostas por outras, aquelas trazidas pelos padres jesuítas.

Os meninos ensinados na doutrina católica, com bons costumes, sabendo falar, ler e escrever em português, garantiriam a continuidade para outras gerações de um povo “agradável a Cristo” (TAVARES, 2000, p. 18). Ou seja, havia o interesse em mudar seus modos de ser e inserir uma outra qualidade do vir a ser.

Os flagelos seguem, pois, as famílias de negros, escravos, eram soberbamente maltratadas. E, embora a lei do ventre livre tenha sido promulgada em 1871, houve uma falsa liberdade, pois, esta lei conferia maior idade aos escravos somente aos vinte e um (21) anos de idade¹, período no qual deveria ficar sob a tutela de senhor que, por sua vez, deveria oferecer a estes um ofício. O que raras vezes acontecia, pois este usava a mão de obra infantil, neste contexto, como “força de trabalho de grande valia”.

Para muitos dos que fora oferecido um ofício, seu sobrenome carregava a marca de sua profissão e, sob isto, observamos que a educação para as crianças pobres/escravas era instituída a educação para o trabalho, atividade que vai seguir até o final do século XX e, em muitos casos, até o século XXI, claro em outras proporções.

Já as crianças filhas dos senhores, e futuramente das elites oligárquicas do país, cabia-lhes a melhor formação, a formação para a gestão da nação. Em geral, as profissões destes girava em torno da medicina e direito.

A desordem e caos instalados por conta de um avanço sem planejamento acarretou às famílias pobres, negras e escravas, um assolamento terrível, pois diante da “liberdade” muitas crianças foram abandonadas e deixadas nas ruas e terrenos, abandonadas, o que obrigou o poder público a instituir a “Roda dos expostos”² que Tavares (2000) assegura ter sido uma prática que teve início na colônia e perdurou até a república.

Com a extinção da “Roda”, o sistema caritativo e filantropo assume novo papel, pois as práticas de atenção e proteção ao desvalido, nestas condições, passou a ser criticada e combatida pelos médicos higienistas que “viam essa forma de assistencialismo como responsável pelas mortes prematuras de crianças” (IDEM, 2000, p. 35).

Foi um momento de mudanças na operacionalização do modelo assistencial, pois ao invés de as casas de misericórdia atenderem as crianças, dando condições para mais abandonos – legitimando assim as práticas de relações “ilícitas” e o aumento de uma raça híbrida –, as instituições, em parceria com os médicos, passariam a adentrar o contexto familiar e orientar mães e famílias nos cuidados para com as crianças, exercendo um controle vigilante sobre as ações de muitas famílias e, assim, (re)educá-las.

¹ É importante dizer que neste período as crianças alcançavam a idade da razão, determinada pela igreja católica, aos sete anos (7), ao passo que para a criança escrava duas idades foram estabelecidas como infância, qual seja: de zero (0) aos sete/oito (7/8) anos, quando não desempenhava função do tipo econômica; dos sete (7) até os doze (12), quando deixavam de ser crianças para ingressar no mundo dos adultos (TAVARES, 2000, p. 24).

² A roda dos expostos era uma espécie de dispositivo onde eram colocadas as crianças, por quem desejasse fazê-lo, os bebês abandonados. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição (TAVARES, 2000, p. 30).

Com a explosão demográfica, resultante dos processos de urbanização e industrialização, as crianças foram fortemente afetadas, pois a marginalização social ocasionou a morte prematura de muitas crianças, bem como o ingresso de muitas outras ao mundo da marginalidade, haja vista as precárias condições de sobrevivência em que suas famílias estavam expostas, quando tinham famílias.

O aparelho do Estado também criou mecanismos e leis como forma de reprimir as ações dos pequenos transgressores, pois se via na infância a origem do problema dos elevados índices de delinquência. Como nos aponta Santos (1999), “A infância, sempre vista como a 'semente do futuro', era alvo de sérias preocupações. Os criminalistas diante dos elevados índices de delinquência, buscavam por vezes na infância a origem do problema [...]”.

Sob esta perspectiva, as instituições correccionais eram o ambiente para onde as crianças em situação de degeneração eram encaminhadas. E isso fora previsto no código penal de 1890, elaborado pelos juristas e legisladores da então república, com vistas a atender a demanda de criminalidade ocorrida nas cidades. Logo, toda criança que fosse pega em flagrante delito, e se isso fosse feito com discernimento, deveria ser recolhida às casas correccionais e ali permaneciam até os 17 anos.

O código penal da república, bem similar ao antigo, não considerava criminosos os “menores de “nove anos completos” e os “maiores de nove anos e menores de 14, que obrassem sem discernimento”. A principal mudança residia na forma de punição daqueles que, tendo entre nove e 14 anos, tivessem agido conscientemente, ou seja, “obravam com discernimento”: deveriam estes ser “recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer”, não devendo lá permanecer depois dos 17 anos. A recuperação desses menores, portanto daria-se não mais pelo simples encerramento numa instituição de correção, mas sim pela disciplina de uma instituição industrial, deixando transparecer a pedagogia do trabalho coato como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente (SANTOS, 1999, p. 216).

Ou seja, num esforço de mudar a realidade social das ruas e cidades, o poder público, associado às oligarquias, passam então a enviar as crianças abandonadas, pobres e expostas aos institutos de educação, com vistas a conceder, a essas crianças, condições de regeneração social por meio do disciplinamento – e o meio empregado era o trabalho.

Santos (1999) assegura ainda que, as leis se aplicavam de igual modo para meninos e meninas e que, não raros, eram os casos de garotas que ficavam a vaguear pelas

ruas em busca de obter o sustento por meio da mendicância e, às vezes, pela prostituição ou pequenos furtos em estabelecimento.

Com a instituição da república, os avanços econômicos, industriais e urbanísticos, as mazelas trazidas do império e colônia, foram apenas ganhando novas proporções, pois a imagem que se queria vender, a partir de então, exigia da nova prole social um padrão de conduta ao qual não estavam habituados, e as condições de vida, a que foram introduzidos, não lhes dava subsídio para mudar, pois a opressão pelo trabalho era a mesma com a única diferença de não mais “acorrentar o produtor ao local de trabalho”. E, nestes contextos, a infância, que passava a representar o “futuro da nação”, estava tão às margens sociais quanto estivera antes, quando o sentimento de infância, supostamente, era ausente do seio social e familiar.

Abreu (1999) destaca que a “ideologia positiva do trabalho veio acompanhada da difusão de regras ligadas à higiene social e de costumes ordeiros para a população”, e isso baseado, principalmente, no que os médicos e educadores entendiam como uma saudável vida familiar. Desta maneira, a vida familiar era regida pela lógica do ideal de civilização implantado por médicos e educadores para o avanço nacional – uma vez que os indivíduos deveriam demonstrar respeito e amor pela pátria. Como sugere a autora, isso lhes assegurava a obrigação e a necessidade de manter sua família sob a custódia das regras implantadas para que as penalidades da repressão estatal não incidissem sobre eles, fazendo com que suas crianças fossem levadas para instituições educacionais, com vistas a dar um melhor futuro para aqueles cuja família não fora capaz de educar.

Sobre tal questão, Rizzini (2011) traz uma abordagem interessante acerca da ação médica e jurista em relação às famílias pobres, sua ação educacional, e a preocupação destes com a vulnerabilidade de tais famílias, que para eles, a qualquer momento, poderiam “se estragar nos vícios”.

Para eles, a educação era elemento moralizante e, portanto, deveriam assegurar que seus filhos fossem encaminhados à escola e aprendessem a moral e os bons costumes para que viessem a ser bons cidadãos para o país.

[...] a área médica era certamente a mais atuante, seja junto à família, orientando quanto aos cuidados adequados à criança, seja no âmbito social, em campanhas educativas que abordavam os principais problemas, como os efeitos de certas doenças e vícios como a tuberculose, a sífilis e o etilismo sobre a prole ou a importância do exame pré-nupcial para evitar o enfraquecimento da raça. Embalados pela motivação de seu papel na higienização da humanidade (RIZZINI, 2011, p. 60).

A educação moralizadora da população pobre, porém digna, era igualmente reconhecida como parte da missão do jurista. Entretanto, seu “domínio” diferenciava-se daquele do médico. A esfera jurídica encarregava-se de regulamentar matérias que coagissem os indivíduos a respeitarem as normas condizentes com a moral, as quais levariam a nação à sua meta civilizatória [...] (RIZZINI, 2011, p. 63).

Estas e outras questões foram basilares no processo de educação da infância brasileira em face de um Estado que estava em transformação, e que via na criança um campo promissor de trabalho que garantisse o bem-estar social e os avanços políticos e econômicos da nação futura.

Os planos e projetos articulados em prol do desenvolvimento infantil onerava os cofres do governo, mas muito contava com a ação social de famílias que investiam em uma nação forte e produtiva.

As mazelas sociais, a que foram expostas historicamente as crianças do Brasil, revelam-se sempre carregadas de discursos e impregnadas de violências que se imbricam com o anseio de crescimento e desenvolvimento, sobretudo econômico e que nem mesmo a infância escapava a tais anseios.

Houve muitos momentos da constituição desta nação em que a criança fora alvo da atenção e do cuidado governamental, de modo que sua educação, integridade física e moral, chegaram a ser alvo de discussão parlamentar, como o caso da educação de crianças de famílias pobres:

[...] o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino, forçando os pais a enviarem seus filhos à escola; a regulamentação do trabalho infantil, como estratégia para controlar os abusos dos empresários ‘capitalistas’, na sua ânsia por explorar qualquer braço disponível, desviando a criança da educação; a regulamentação do ensino profissionalizante, inculcando desde cedo o ‘hábito do trabalho’, a intervenção sobre o Pátrio Poder e a legislação penal. [...] foram objeto de discussão entre parlamentares e aparecem em vários projetos de lei até a aprovação do Código de Menores, em 1927 (RIZZINI, 2011, p. 63).

Essas qualidades, porém, não apagam a violência vivida pelas crianças e que se reverberam nas ações contemporâneas.

2.3 INFÂNCIA, SAÚDE E VIOLÊNCIA: QUESTÃO DO ESTADO

A infância contemporânea é assistida por leis e medidas que lhes asseguram dignidade humana e apoio social e familiar. São planos e projetos de assistência e apoio a crianças vítimas de abuso, abandono e todas as formas de violência que se possa

imaginar. Contudo, as fontes historiográficas, acerca da história da infância, revelam que crianças, em séculos anteriores, eram severamente espancadas e maltratadas pelas mínimas coisas de que podemos imaginar serem punidas.

O sacrifício de crianças, o abandono e o aparente descaso, em muitos momentos, são ações que assolaram e assolam a infância de crianças não só brasileiras, mas do mundo todo. Recentemente foi noticiado pelos jornais, locais e nacionais, que uma criança indígena fora encontrada enterrada no fundo de um quintal em Canarana, a 838 km de Cuiabá. A criança fora enterrada pela bisavó, mas chegou a ser resgatada com vida após uma denúncia. Este e outros casos revelam que, embora haja leis que amparam as crianças, muitas situações ocorrem com estas sem que o amparo legal lhes alcance, como as violências domésticas, os abusos sexuais praticados por pessoas próximas, enfim, uma infinidade de situações a que crianças, de ontem e de hoje, estão expostas.

O contexto de violência é extenso e se insere em muitas situações. Nascimento (2008) traz um amplo debate sobre a condição das crianças brasileiras, nos idos do século XVIII, e de como as práticas de infanticídio e abandono de crianças foi alarmante neste período histórico. Suas narrativas são as mais diversas e, muitas delas, nos causam tristeza, horror e choque, pois revela que, muitas vezes, crianças eram dilaceradas por animais em plena via pública.

As situações de violência contra criança, como exposto anteriormente, revelam-se desde os primórdios da constituição desta gente. Fato que só foi ganhando proporção com o passar do tempo, especialmente quando o processo de industrialização e urbanização das cidades acentuaram os problemas sociais, em decorrência das péssimas condições de saneamento e higiene, consequência do crescimento desordenado pelo qual vinham passando.

Tal situação indicava que o espaço urbano precisava ser modificado e exigia a atuação do poder público que, por sua vez, viu nas ações de higienização e saneamento a possibilidade de sanar as mazelas apresentadas pelas cidades. Desta forma, as pessoas consideradas ameaçadoras eram excluídas das áreas centrais das cidades em extrema segregação.

A segregação social foi uma das formas de violência acometida contra crianças, pois as doenças, a que muitas eram expostas, revelam a ação médica não como uma ação no sentido de atenuar ou dar condições para o paciente recuperar-se, pelo contrário, eram criados ambientes que acolhessem o doente para que este fosse afastado, isolado do convívio social e assim deixasse de representar perigo aos transeuntes. Como exemplo

podemos citar os doentes de lepra, doença que causava grande horror aos cidadãos da época, como nos indica Pacheco (2017).

[...] a hanseníase, apesar de ter sido extinta da Europa Ocidental no final da Idade Média, permaneceu na memória com as imagens e os valores que foram criados sobre a doença, sobre os acometidos, sobre as crianças que foram isoladas quatro séculos após o desaparecimento da doença na cultura europeia (PACHECO, 2017, p. 50).

Um dado interessante acerca desta questão é trazido por esta autora quando trata do isolamento compulsório de crianças, filhas de hansenianos, que ao nascer eram enviadas para as instituições de recolhimento onde, em geral, eram educadas no regime católico e mantidas sob vigilância por não poder se associar com a comunidade em geral, por serem filhas dos “leprosos” situação largamente disseminada a época. Ou seja, as crianças eram estigmatizadas pelo preconceito social quanto à doença que “definiu o acesso dos grupos aos espaços sociais, dividiu a população em dois grupos os saudáveis e os contaminados”, mantendo todos aqueles que fossem considerados “impuros” distante do seio social.

As crianças, desde muito cedo, foram expostas ao processo de segregação que envolvia a condição social e moral dos agentes sociais, quer sejam pobres, quer doentes ou “dados aos vícios”. Seus descendentes eram estigmatizados por sua condição, pois para a população e o saber médico a degeneração infantil estava fortemente ligada à condição dos pais.

A violência contra a criança assume, no contexto analisado, diferentes formas, pois passamos a adentrar seus pilares e os achados revelam que a família, os tutores legais, parentes próximos e o poder público foram e são responsáveis por sua segurança, cuidado e desenvolvimento.

Para que uma criança tenha um bom desenvolvimento físico, emocional e social é fundamental que ações básicas, como as descritas acima, sejam adotadas e mantidas durante todo o seu percurso de desenvolvimento, do contrário, a probabilidade de crescerem doentes e se tornarem adultos violentos é muito grande (GUERRA, 2005). Para isso é fundamental, sobretudo, a ação da família.

A família, átomo social e civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento social da produção, ela assegura o funcionamento

econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. [...] É a criadora da cidadania e da civilidade. A “boa família” é o fundamento do Estado [...]. Daí o interesse crescente do Estado pela família: em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras (PERROT, 2009, p. 91).

É indicado por Ariès (1981) o contexto no qual se desenvolveu o sentimento de infância, dando-nos a conhecer que a criança ganhou considerável espaço no seio familiar a partir do século XVII. No Brasil, o interesse crescente do Estado pelas famílias, sobretudo, em suas crianças, se dava, e se dá, pelo fato dos pequenos representarem, para essa fatia social, um futuro promissor e um trabalhador dócil e disciplinado (GUERRA, 2005).

Rizzini (2011) nos orienta quanto as demandas sociais investidas pelo Estado em prol do desenvolvimento infantil nos finais do império e início da república. Assegura que, com o crescente desenvolvimento, foram criadas leis de amparo e cuidado para com as crianças que, por sua vez, deveriam ser assistidas, educadas e corrigidas quando necessário. Havia especial preocupação do poder público com as crianças “órfãs e expostas”, declara a autora, uma “preocupação fundada na ideologia cristã de amparar a infância órfã e abandonada”. Papel essencialmente desenvolvido pela igreja que tinha a missão de zelar pelo bem-estar dos expostos.

Havia claras alianças estabelecidas entre igreja, com suas obras de caridade, e o governo. Logo, tanto o Estado quanto a igreja buscavam assistir a infância, especialmente a pobre e desvalida, no intuito de garantir a elas uma infância provida de cuidados com a saúde e com a educação.

A ação médica e jurídica foram duas vertentes que corroboraram fortemente com a formação do caráter infantil neste período histórico, quando a criança deveria ser educada e higienizada para bem servir sua nação.

Os conhecimentos médicos referentes ao saneamento e à higiene coletiva eram aplicáveis a todos os seguimentos da sociedade, por indivíduos de quaisquer classes sociais serem atingidos pelas epidemias. Porém, determinadas as causas e dominados os focos das doenças que assolavam a população, não tardaria a emergir novas aplicações dos conhecimentos adquiridos pela chamada medicina higienista. [...] vale assinalar que, não por acaso, médicos e juristas debruçaram-se sobre a criança, produzindo novos saberes que indicavam a consciência da importância da infância para o ideal de

nação civilizada almejada pelas elites intelectuais que dirigiam o país (RIZZINI, 2011, p. 105).

Rizzini (2011) pontua, ainda, uma dualidade na percepção do sujeito criança, pois esta representava uma nação que requeria cuidado e proteção ao mesmo tempo em que representava perigo. Cuidado, por ser frágil em sua constituição e pelo histórico crescente de abandono herdado das sociedades anteriores, o que levava ao universo da delinquência aferida por estes menores abandonados; e, perigo, por desenvolver ações consideradas ameaçadoras para o desenvolvimento do país.

Para reprimir as ações delinquentes das crianças abandonadas e pobres, a ação médica e jurista foi maciça sob o seio familiar, pois era onde se considerava que o problema seria sanado. A ação médica tinha função educativa e preventiva, atuando diretamente na educação das famílias, sobretudo às mães; ao passo que a ação judicial funcionava como instrumento de controle, repressão e remodelação das ações dos indivíduos, obrigando-os a ‘converter-se’ de seus atos negligentes, assumindo postura moralmente digna diante da sociedade.

Códigos de conduta, leis de reformas, instituição de institutos e casas correcionais foram medidas adotadas pelos juristas da época, com vistas a promover [re]educação moral e cívica para atender a demanda de reordenamento político e social da nação brasileira.

Na dualidade expressa por Rizzini (2011), no que concerne aos sentimentos sobre a infância, temos a seguinte declaração:

A tônica do discurso é, à primeira vista, defesa incondicional da criança – a “gênese da sociedade” [...]. No entanto, uma leitura atenta revela uma oscilação constante entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa criança que se torna uma ameaça “à ordem pública” como lemos em praticamente todos os decretos da época; ou então, como elementos que, entre outros desclassificados da sociedade, “perturbam a ordem, a tranquilidade e a segurança pública” (RIZZINI, 2011, p. 109).

Vê-se nesta declaração a clara preocupação em manter a criança como elemento das discussões para o reordenamento da nação, não com o interesse de lhes atender propriamente, mas de promover subsídios que viessem classificar tais indivíduos e os modelar para o fim primeiro almejado pela nação de então, qual seja, o desenvolvimento capitalista.

O problema da criança começa a adquirir uma dimensão política, consubstanciada no que muitos denominavam de “ideal republicano” na época. Não se tratava apenas de ressaltar a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo “os menores” para que estes se transformassem em indivíduos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade (RIZZINI, 2011, p. 109).

Como dito, a preocupação não estava em simplesmente garantir um desenvolvimento saudável, mas em preparar economicamente, por meio da moral, um cidadão rentável para o país.

Nestes termos, temos aquilo que Chauí (2017) define como ações de inculcação de padrões de conduta. Aquilo que limita e define o ser humano sob um padrão de atitudes e comportamento que é determinado pelas ações que lhes são impostas, pois não há opção de escolha, não há liberdade e a produção de identidade se dá sob a “heteronomia”³. A criança passa então por um padrão de remodelação em face de tudo o que já vivera e deve inculcar o amor à pátria como algo natural e inerente a ele, mas deve incutir tal ação com brandura e mansidão.

O que temos em termos de infância sob esta ótica nos é permitido pelo que fora construído ao longo dos anos por historiadores que revisitaram a infância em suas diferentes constituições. Os dados nos revelam que a infância brasileira foi severamente estigmatizada pelos padrões normativos de uma elite capital que via, nas ações de filantropia e assistencialismo, uma maneira de reagrupar os indivíduos e assim produzir uma sociedade sob seus padrões de exigência.

Para isso as crianças foram submetidas, junto com suas famílias, a uma multiplicidade de violências. Violências motivadas pela desigualdade racial, social e capital. Chauí (2017) traz algumas noções de violência e dentre elas consta as seguintes:

1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, servir, brutalizar); 3. Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar) [...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, pelo medo e pelo terror. É a crueldade (Chauí, 2017, p. 253 e 254).

³ Do grego: *heterós*, outro; *nómos*, regra, norma. Receber de outro a regra ou a norma. (CHAUI, 2017, p. 252).

Embora as ações médica e jurista tenham corroborado para a evolução educacional do país, atendendo crianças pobres, reduzindo as taxas de mortalidade, suas ações foram repressoras e violentas. Sendo assim, é possível compreender que a ação do Estado sobre as crianças foi brutal, cruel e insensível, tratando-as como coisas e coisificando suas infâncias e contribuindo para a adultização da infância, preconizando um adulto doente e moralmente desequilibrado, embora muitos tenham assumido/internalizado as ações como redentoras.

2.4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

A Organização mundial da saúde (OMS) tem a violência doméstica contra crianças e adolescentes como um dos principais problemas da saúde pública enfrentado pela sociedade na atualidade (PINTO JUNIOR et.al. 2015. p. 125,). Tal afirmativa nos leva a ponderar que o debate aqui proposto se faz necessário e pertinente, tendo em vista a quantidade e a qualidade do material escolhido para análise. São notícias que revelam a violência doméstica no ambiente de convívio de desenvolvimento da criança.

A violência doméstica se configura como um fenômeno complexo e que tem seu desdobramento principalmente no âmbito privado do convívio familiar, porém não limita-se apenas a este ambiente, mas permeia a questão de gênero e de gerações no que concerne a autoridade detida por pais, tutores, parentes ou responsáveis que abusam da autoridade e do poder instituído sobre a criança subjugando-as ao abuso e a opressão.

Sobre tal questão Guerra (2005, p. 31 – 32) aponta elementos que reverberam a violência doméstica contra a criança como uma ação que vai além das questões estruturais, uma situação que ascende aos limites das relações interpessoais e subjetivas de modo que o transgressor abusa da autoridade conferida sobre a criança e se vale disto para imprimir sobre o agente violado ações e pactos que desvirtue sua condição de agressor, como por exemplo:

[...] *transgressão do poder disciplinador* do adulto, convertendo a diferença de idade, adulto-criança/adolescente, numa *desigualdade* de poder intergeracional;

[...] *negação do valor da liberdade*: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio;

[...] processo de *vitimização* como forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste (GUERRA, 2005, p. 32).

Ou seja, há uma manipulação por parte do adulto sobre a criança no sentido de coagir este indivíduo a satisfazer seus interesses por meio da vitimização ao que Guerra denomina de *abuso-vitimização*, que consiste no ato de *objetalização* da criança reduzindo-a a condição de objeto de *maus-tratos*.

A ação de violação da integridade física e emocional da criança reverbera em situações de conflito em seu desenvolvimento ocasionando a partir de então limitações que variam desde o campo intelectual até ao desenvolvimento social – fazendo deste indivíduo um sujeito propenso a relações problemáticas, agressivas, introvertidas e com senso de obediência estrita.

Questões como estas surgem para que seja possível delinear o campo da violência doméstica contra a criança, uma vez que o interesse pela infância vem se tornando crescente e com isso, cresce também o interesse em dimensionar os casos de violência intrafamiliar o que não se trata neste estudo já que nossas análises operam com documento históricos.

As conceituações acerca do tema variam de autor para autor, mas todas desembocam num ponto comum, qual seja, a violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Chauí (1984) reconhece a violência como uma conversão dos diferentes em desiguais e a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa – elemento apontado também por Guerra (2005); já o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002), propõe um “modelo ecológico” para ajudar a compreensão da natureza multifacetada da violência. Esse modelo parte do princípio de que a violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais (históricos, biológicos e pessoais), de relacionamentos (próximos e institucionais), sociais, culturais e ambientais.

O que nos leva a entender que todo ato de violência, denunciado através das notícias veiculadas pelo Jornal Folha do Norte, são também elementos de uma cultura que se perpetua ao longo dos anos pela sociedade brasileira e porque não dizer da sociedade mundial?!

Os caminhos percorridos na busca de reversão de ações violentas contra a criança são extensos, mas um marco importante é o estabelecimento de políticas públicas para a prevenção e controle de tais agravos que corrobora para o quadro mais completo deste tipo de problema, um problema que permeia a vida infantil e permanece silenciado no âmbito da esfera privada haja vista que a família vem assumindo diferentes formas ao longo dos séculos.

Muito embora a ação governamental, a partir do final do século XIX e início do século XX, tenha tido uma ação mais presente no contexto de convívio e desenvolvimento da criança no seio familiar.

A ação e o efeito da constituição de famílias vem mudando ao longo dos anos nas diferentes sociedades. A partir do século XVI as famílias vão ganhando outros padrões e as crianças vão ganhando destaque (Müller, 2007, p. 45). Mudanças que são notadas na própria forma de se constituir família Azevedo e Guerra (2015). Modelos pautados na unidade de reprodução até o modelo nuclear vão ganhando destaque e dando maior visibilidade a vida infantil no seio familiar o que permite que crianças assumam espaço dentro deste contexto, isso se dá pela valorização que a família ganha por parte das instituições, como sugere Ariès (1987, p. 186).

A família é vista como o alicerce para a formação do caráter do indivíduo e toda ação empreendida por esta instituição social corrobora para o desenvolvimento da nação em que estão inseridos tais sujeitos. Por isso a ação disciplinadora se torna algo comum e recorrente dentro dos seios familiares, nos quais a criança é moldada aos padrões culturais vigentes e agrega formas e valores que lhe são impostos.

Perrot (2009) declara que em

Em cada grupo, existem sistemas de autoridade que obedecem a lógicas familiares diferentes e influem tanto sobre a relação entre pais e filhos quanto sobre a idade do casamento e as relações entre os cônjuges. “Cada um desses grandes tipos familiares corresponde a um tipo de sentimento familiar. [...] Cada estrutura familiar produz suas tensões e patologias específicas.” [...] propensão ao suicídio, as formas de violência e até as opiniões políticas são, em larga medida, condicionadas por esse parâmetro fundamental (PERROT, 2009, p. 105).

De acordo com Perrot cada família tem seu papel e sua função. Materializam-se suas ações de diferentes formas na sociedade e do público para o privado muitas mudanças foram implementadas. A ação do Estado sobre a família, a ação da igreja e da medicina como formas de reformar as camadas subalternas dando a estas, por meio das ações implementadas, qualidade de vida e segurança para o desenvolvimento da nação, mas também a entrada no contexto privado da vida familiar.

Esse elemento atrai a atenção para a criança tendo nesta o agente do “futuro da sociedade” e conseqüentemente o desenvolvimento de políticas que viesse atender as demandas sociais apresentadas pelo grupo infantil de modo que estas pudessem representar um futuro promissor para seus investidores. Daí a ação de instituições

filantrópicas de cunho caritativo e educacional no sentido de atender as demandas infantis carente.

É importante salientar que desde o final do século XIX e início do século XX a criança fora vista como um problema social decorrente da pobreza ou seja, a violência não está relacionada exclusivamente a esta demanda sócio econômica, mas suas ações, de acordo com Azevedo e Guerra (2015), estão muito atreladas a esta questão uma vez que a “*infância pobre*” é a categoria mais ampla de todas as que compõe a “*infância em dificuldade*”, de modo que as crianças vítimas de violência doméstica são, predominantemente, as que estão nos grupos familiares menos abastados.

Embora toda violência seja social, estas crianças são os filhos da violência que denominamos de social em sentido amplo porque “ou atingem seletiva e preferencialmente certos segmentos da população – os mais desprotegidos, evidentemente – ou, se possuem um alcance mais geral, são apresentados e justificados como condições necessárias para o futuro da sociedade (AZEVEDO e GUERRA, 2015, p. 246).

Considerando que a pobreza é um fator de segregação social, haja vista as camadas pobres da população estarem em desacordo com as mudanças advindas com a proclamação da República, são questões a serem ponderadas, pois as crianças de grupos etários mais abastados também eram expostas a certos níveis de violação, como nos indica Ramos (2013) e outros autores.

Um exemplo disso são os modos de disciplinamento aos quais eram submetidas as crianças até pouco tempo, uma educação pautada na disciplina do corpo como assevera Durrant (2008):

Nas escolas, o castigo físico é administrado como penalidade por uma transgressão feita por um aluno [...] os rótulos dos castigos corporais variam entre as culturas e dentro delas. Pode ser chamado de tapa, palmada, paulada, chibatada, tapa na cabeça, varada, ficar amarrado, ficar de joelhos, socar, esmurrar ou bater [...]. A força pode ser aplicada de muitas formas ao corpo da criança (DURRANT, 2008, p. 57).

Enfim, a violação de corpos e mentes infantis estão postas como algo iminente dentro das civilizações existentes. Não importando se ricas ou pobres, se pretas ou brancas ou de qualquer etnia. A violência existiu e ainda existe e os lares e ambientes onde supostamente a criança está segura, é um dos palcos principais de tais acontecimentos.

A violência doméstica é descrita por Guerra (2005, p. 32) como:

- [...] interpessoal;

- [...] um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- [...] um processo de vitimização que às vezes se prolonga por vários meses e até anos;
- Um processo de imposição de maus-tratos à vítima, de sua completa objetualização e sujeição;
- Uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente como pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;
- Tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

Temos, portanto, aí inúmeros indicativos de que a violação de corpos e mentes infantis ocorrem no contexto do convívio diário da criança no qual quando não é pelo abuso do poder e autoridade sobre a criança é pela rede de confiança que exerce sobre a mesma.

Guerra (2005) declara ainda que a criança está constantemente submetida ao poder dos adultos, mas deixa claro também que sua sujeição é sob a condição de cuidado e proteção.

A criança, em nossas sociedades, está constantemente submetida aos adultos. Sejam eles pais ou mestres, têm a tarefa de alimentá-la, vesti-la, propiciar-lhe educação, mediar suas relações com a sociedade. A criança é socialmente dependente do adulto, e sua inferioridade física e a necessidade na qual ela se encontra de viver num mundo inteiramente concebido pelo adulto e para o mesmo obrigam-na a se submeter a ele, [...] (GUERRA, 2005, p. 94).

Essa sujeição, no entanto, requer do adulto compromisso e gerência da vida infantil de modo a garantir-lhe um ambiente de desenvolvimento saudável e seguro. Proporcionando satisfação pessoal e social de tal maneira que o ambiente doméstico possa ser para ela a rede de relações que contribuirá de forma eficaz para seu desenvolvimento.

Apesar da necessidade de cuidado, afeto e segurança que o lar deveria proporcionar à criança, é sabido que em muitos casos ocorre uma realidade oposta, tornando-se o lar o ambiente mais inseguro e impróprio para o crescimento destas.

A constituição brasileira traz em seu artigo 226 parágrafo 8º uma referência da atenção que a família deveria dar à criança no sentido de amparar e protegê-la contra qualquer tipo de violência no âmbito de suas relações. O artigo 227 sugere que a criança está sob tutela da família, da sociedade e do Estado, tendo estes o dever de promover segurança, bem-estar, proteção e desenvolvimento seguro e sadio para elas, assegurando punição para aqueles que negligenciarem tal dever.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 8º. O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Isso nos leva a compreender que embora tenhamos uma legislação que aponte os caminhos para o cuidado e o respeito com a vida infantil, é verdade que tal lei é burlada e muitas crianças foram e ainda são expostas aos mais diversos tipos de situação desde o constrangimento até as mais variadas formas de violação de seus corpos e mentes como possível ver nos debates aqui feitos.

SEÇÃO III

A PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM JORNAL IMPRESSO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CAMINHOS CONSTRUÍDOS PARA ORGANIZAÇÃO DAS FONTES

Nesta seção apresentamos o caminho metodológico de nossa investigação. Trata-se de dissertação de Mestrado, que tem como objeto de estudo os discursos sobre a violência contra a criança no início do século XX em Belém do Pará, e suas reflexões na educação e nas políticas de assistência e proteção à infância. Pretendemos investigar e analisar a violência contra a criança e seus reflexos educativos sobre a criança no período em tela.

A busca se deu por meio de pesquisa exploratória nos principais arquivos da cidade de Belém nos quais aos poucos fomos definindo as fontes a serem utilizadas. Pois inicialmente a intenção era prosseguir com a temática da mortalidade infantil, atividade que já vinha sendo desenvolvida ao longo do percurso acadêmico como graduanda do curso de Pedagogia da UFPA e bolsista da iniciação científica (2012 – 2016).

A pesquisa exploratória se deu em três diferentes *lócus* de coleta de dados, por cerca de um ano, de modo que fosse possível garimpar os documentos a saber: (1) Biblioteca Arthur Vianna⁴; (2) Arquivo Público do Pará⁵ e (3) Centro de Memória da Amazônia⁶. Nestes *lócus* de coleta de dados foram encontradas e catalogadas as fontes que iriam integrar o *corpus* da pesquisa e estas foram classificadas da seguinte forma: (a) matérias de casos de violência contra criança no Jornal A Folha do Norte⁷; (b) registros de denúncias e laudos médicos de violência contra criança na Chefatura de Política do

⁴ Biblioteca Artur Vianna é uma das mais importantes bibliotecas públicas do estado do Pará. Foi fundada em 1846 em espaço anexo ao Lyceu Paraense, hoje ocupado pelo tradicional Colégio Estadual Paes de Carvalho. A biblioteca abriga um acervo documental de livros, revistas, periódicos, jornais, filmes etc. Seu acervo atrai muitos pesquisadores na busca de fontes para construção de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

⁵ Arquivo Público do Pará é uma das principais instituições arquivistas do Pará, pois guarda documentação do período da Colônia e Império. No Arquivo há aproximadamente quatro milhões de documentos entre documentos avulsos e códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos que compreendem o tempo e espaço dos séculos XVII e XX.

⁶ Centro de Memória da Amazônia (CMA) pertence à UFPA e abriga, no seu interior, documentos diversos, sobretudo criminais, oriundos das varas criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O CMA é hoje um importante centro documental do antigo arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que cedeu a guarda de seu acervo a UFPA. O acervo é composto em grande parte por processos criminais que foram transitados e julgados pela justiça do Pará.

⁷ A Folha do Norte (1896-1974) foi um dos mais importantes jornais da história da imprensa no Pará. Era um jornal que circulava na capital do Pará e por onde os leitores acompanharam acontecimentos regionais, nacionais e também internacionais. Trouxe em suas páginas a vida política do estado, defendendo o Partido Republicano Federal, liderado por Lauro Sodré, e fazendo oposição à política de Antônio Lemos, do Partido Republicano no Pará.

Estado do Pará⁸; e por fim, (c) casos de violência contra criança em Processos Judiciais do Tribuna de Justiça do Estado⁹.

A seleção das fontes, a delimitação temporal da pesquisa, por meio da investigação exploratória, primeira etapa da pesquisa, a catalogação dos dados achados, o inventário com as fontes encontradas convergiu para que a temática da violência contra a criança viesse a ser o principal foco de análise deste estudo. Importante dizer que a fonte privilegiada para análise foram as notícias veiculadas pelo Jornal Folha do Norte.

As notícias sobre violência contra a criança, inventariadas neste estudo, convergiram os caminhos de investigação para os discursos ideológicos imbuídos no Jornal A Folha do Norte, que no período tratado, foi um dos principais veículos de comunicação da região e também um dos mais importantes.

Por se tratar de um periódico de circulação local e regional, a Folha do Norte se configurava como um elemento que noticiava o cotidiano da população da capital e dos interiores, além de trazer notícias nacionais e internacionais, da realidade imediata daquela população, contendo cunho político deliberado, haja vista o Jornal ter aproximações com o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e por Paes de Carvalho (PINHEIRO, 2013, p. 24).

Daí a importância da análise do discurso neste estudo, pois abordar o tema da violência contra a criança, com base na teoria discursiva bakhtiniana, tendo o Jornal escrito como fonte, sugere uma compreensão acerca dos discursos ideológicos contidos neste, e nos permite entender que o universo de signos, descritos por Bakhtin, cuja materialidade é carregado de sentidos “físico-material”, expressa uma compreensão mais ampla acerca das notícias veiculadas e do cunho ideológico tomado pelo instrumento investigado.

Na descrição da escrita desta seção, tomamos os discursos ideológicos bakhtiniano como ferramentas úteis para análise, discussões e interrogações trazidas pelo olhar lançado sobre as notícias encontradas no Jornal A folha do Norte sobre os casos de violência cometida contra a criança e suas infâncias.

⁸ A Chefatura de Polícia do Estado do Pará foi criada para atuar na segurança e anteder às denúncias de violência que ocorriam na cidade e em regiões próximas. No caso das crianças, houve um papel significativo no combate à criminalidade infantil e no atendimento de denúncias de violência contra criança que contidamente eram verificadas.

⁹ Processos Judiciais do Tribuna de Justiça do Estado são documentos da justiça que foram transitados e julgados pela comarca de Belém. No acervo deste arquivo há um número significativo de processos que foram julgados sobre violência contra criança no início do século XX.

3.1.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E MANEJO DE DOCUMENTOS

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, o levantamento das matérias jornalísticas microfilmadas do início do século XX, no setor de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, no Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR); cuja seleção obedeceu ao critério de identificação de notícias que trouxesse em seus títulos conteúdo que tratasse de violência contra a criança, o que tornaria as buscas menos densa, haja vista a dificuldade no manuseio e mesmo o acesso aos jornais microfilmados por conta das máquinas que se tem disponível para a consulta dos rolos de filmes¹⁰.

Além das buscas feitas na Biblioteca Pública Arthur Vianna, foram feitas investigações no Arquivo Público do Pará – onde encontramos documentos de diversas ordens, porém, os que chamaram a atenção em decorrência dos registros sobre violência contra a criança, foram os registros de denúncia da Chefatura de polícia do Estado, nos quais encontramos cerca de 27 casos de denúncia de violência de suas mais diversas ordens, mas principalmente de defloramento e espancamento.

Outro *locus* de investigação fora o Centro de Memórias da Amazônia (CMA) no qual conseguimos ter acesso aos processos judiciais de casos de violência contra a criança – estes por sua vez exigiram um tempo maior de investigação, haja vista o CMA está passando, no período, por reformas internas e reorganização e tratamento de seu acervo. Encontramos muitos casos referente ao tema pesquisado, contudo, houve dificuldades no manuseio das peças – muitas em estado de deterioração em virtude do armazenamento e pelo tempo, obviamente.

Destacamos a questão do manuseio das peças, considerando que são peças de um período longínquo, todos são de arquivos públicos, são disponibilizados para a leitura diária por pesquisadores dos mais diversos campos de conhecimento que buscam encontrar nos arquivos subsídios documentais para seus estudos e pesquisas.

Desta forma, evidenciamos as dificuldades no setor de obras raras do CENTUR muito em virtude do inconveniente no acesso as máquinas que reproduzem os microfilmes, pois recorrentemente estão em manutenção – no tempo em que estive no local apenas três funcionavam para um público amplo, como mencionado anteriormente.

¹⁰ As máquinas ofertadas para os pesquisadores no setor de Obras raras da Centro Cultural estão em estado que necessitam constantemente de manutenção. Fato que recorrentemente impossibilitava a agilidade na busca das notícias, pois a necessidade de revezamento de equipamento com outros pesquisadores, por vezes, se fazia necessário.

O Arquivo Público do Estado foi um dos ambientes com maior tranquilidade para a busca de fontes, pois disponibilizam um arquivo bem organizado e um acervo de fácil acesso, com peças bem tratadas, apesar de muitas apresentarem marcas do tempo, o que dificultou a compreensão em alguns momentos, devido a forma como eram escritas, letras rebuscadas e termos nem sempre comuns.

O Centro de Memória, como frisei antes, foi um dos lugares com maior dificuldade, pois foi necessário adentrar os arquivos, ainda não catalogados, e garimpar documentos que estavam dispostos em diversas caixas de papelão e sem categoria de delitos/crimes/varas enfim, foi o ambiente onde tivemos a maior dificuldade para acessar as fontes que tratam da violência contra a criança. É um ambiente com um acervo muito amplo e rico, mas que precisa de um tratamento mais específico no que tange a organização, inclusive de acesso, pois qualquer usuário podia manusear as caixas com documentos, sem previa orientação ou critérios para o manuseio e conservação dos mesmos.

Outro ponto a ser observado diz respeito à necessidade de tomar familiaridade com o modelo de investigação proposta. A indefinição na busca das fontes foi elemento negativo, pois o tempo poderia ter sido poupado se bem definido as categorias a serem trabalhadas, a tipologia de violência entre outros detalhes, que hoje, conseguimos vislumbrar com mais clareza.

De outra forma, tendo-se como objetivo primeiro encontrar registros de crimes contra a criança – o que foi nosso primeiro objetivo de investigação, por isso a ida ao CMA, nos fez deixar de poupar um tempo considerável e nos perdemos no universo de documentos que os espaços citados nos ofereceram e incorremos em um envolvimento com um vasto quantitativo de fontes e que não atendia as expectativas e acabamos não sabendo, em determinado momento, trabalhar com a quantidade de documentos encontrados e convergir para um fim específico – definir foco de análise, o que posteriormente foi solucionado, com base nas orientações da Professora Laura e da banca de qualificação na pessoa da Professora Tatiana Pacheco e Professor César Castro, aos quais agradeço muito.

3.1.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Metodologicamente esta pesquisa de dissertação de mestrado é de cunho documental. Apolinário (2009) compreende que se pode denominar de documento qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa

servir como material a ser consultado, explorado, analisado, isto é, que apresente consistência para ser utilizado para fins de estudo ou prova, podendo ser escritos, numéricos ou estatísticos, os de reprodução de som e imagem, e os documentos-objeto.

Na pesquisa documental, as ações dos investigadores que fazem uso de documentos estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos, cujas escolhas incidem diretamente sobre os resultados do estudo.

Sá-Silva et al (2009) dizem que quando um pesquisador utiliza documentos com a finalidade de extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, criticando, analisando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguindo etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas e, por fim, elabora sínteses. Portanto, a investida ora proposta para a investigação documental que compõe este estudo faz-se importante, pois propõe-se a investigar fontes que reverberam maneiras e propostas de pensar a história da infância em suas múltiplas facetas.

Para tanto, o Jornal, como fonte documental, surge neste estudo como argumento para a problematização, um elemento a ser questionado, haja vista sua construção estar imbuída de sentidos e significados do tempo e espaço de sua elaboração, como sugere Dutra (2010, p. 147) ao dizer que [...] como quaisquer textos, os da mídia se constroem sobre arcabouços sócio-históricos preexistentes, ou seja, há uma intencionalidade predefinida que estabelece em suas raízes relações diretas com outros textos.

Desta forma, Santos (2017) corrobora com esse debate ao declarar que todo texto advém de outras vozes.

[...] compreendemos a ideia de que todo texto advém de outras vozes, e que não há “originalidade” e “ineditismo” em um texto, pois quando realizado no processo de enunciação, este pode se caracterizar por reprodução de outros textos e, ao mesmo tempo dialogar com novos textos no processo de interação verbal (SANTOS, 2017, p. 134).

Entendemos assim que os documentos são construções textuais nos quais operam as marcas do tempo, do espaço e da cultura vivida. É apontado como um campo de batalha na produção das práticas discursivas e que não traz a prova da verdade sobre um acontecimento, mas tem em si elementos que reverberam intencionalidades de sujeitos.

Assim, é importante refletir que a mídia é uma tessitura formal das múltiplas vozes que se imbricam no processo de comunicação social, integrando-se nos enunciados dos sujeitos dos discursos, de modo que este possa designar juízo de valor aos enunciados e

estabelecer a relação dialógica, já que tanto o emissor quanto o receptor do discurso, participam de forma conjunta para a construção do sentido do discurso como apontam Brait e Melo (2005),

[...] um processo de interação “ativa”, quer dizer, não está no horizonte de sua formulação o clássico diagrama espacial da comunicação fundado na noção de transporte da mensagem de um emissor para um receptor, bastando, para isso, um código comum. Para Bakhtin ‘Todo discurso só pode ser pensado, por conseguinte, como resposta. O falante, seja ele quem for, é sempre um, contestador em potencial (BRAIT e MELO, 2005, p. 156).

À vista disso, temos a linguagem como um ato interativo e a construção textual está envolta de fórmulas “anônimas inscritas na linguagem” que desembocam com as combinações e inversões de outros textos, como lembra Stam (2013, p. 226) ao dizer que em seu sentido mais amplo, o dialogismo intertextual se refere às possibilidades infinitas e abertas produzidas pelo conjunto das práticas discursivas de uma cultura [...].

Temos assim uma dualidade expressa na construção formal do texto que dá vida ao documento, signo ideológico, na dinâmica do discurso que materializa o texto em sua intertextualidade.

Desta forma, os documentos possuem realidade histórica, produzida, organizada, selecionada. Assim, entende-se que as notícias trazidas pelo Jornal, ora investigado, são documentos que falam de um contexto singular, de uma amalgama que sugere discrição, confidencialidade, que em geral, não é posto em evidência, nesse caso os ambientes domésticos, caracterizado neste estudo, como o *locus* da violência contra a criança.

E Le Goff (2003) assevera a importância da interrogação dos documentos, que constituem-se como práticas que interferem na construção de acontecimentos, moldando hábitos, fixando formas de ser e construindo e sustentando saberes.

Isso nos leva a saber que a pesquisa histórica se configura como uma prática investigativa que busca elucidar, de modo satisfatório, questões provocadas em diferentes contextos históricos. E na investida proposta, a elucidação é concebida na tessitura de textos e enunciados discursivos que trazem a violência cometida contra criança, como uma construção histórica arraigada no seio social desde seus primórdios, e tem no ambiente doméstico um criadouro para a propagação deste fenômeno (LISBOA, 2012, p. 242).

Neste sentido, vem a produção textual jornalística, imbuída de suas ideologias, próprias do tempo e condição sócio-histórica em que fora construída, refratar a realidade

da infância por meio da palavra e apontar caminhos que desvele a condição social da criança num contexto de transformação política, social e econômica.

Portanto, quando os casos de violência contra a criança surgem nas notícias veiculadas pela Folha, vimos o discurso presente de um contexto em que o sujeito é vítima de um sistema segregacionista e excludente em que o adulto exerce sobre a criança ação dominadora sem, contudo, ponderar que esta tem “seu papel de sujeito social exercitando sua autonomia” no bojo da relação adulto criança.

Santos (2017) coaduna com este pensamento quando diz que

[...] a infância vista numa perspectiva de categoria permanente e em constante desenvolvimento, não se tem mais a compreensão de que ela é uma antecipação para a fase da vida adulta. Tal afirmação se consolida a partir da ideia de que a infância está em consonância com as mudanças históricas e sociais dentro das estruturas organizacionais às quais pertencem, portanto às crianças cabe o direito da individualidade, com suas marcas e singularidades elas serão capazes de desenvolverem-se, transformarem-se (SANTOS, 2017, p. 142).

Logo, a infância surge como um conjunto de seres humanos que tem características próprias (MÜLLER, 2007, p. 18) e assume o lugar de sujeito no construto social como sujeito falante que adere a linguagem como elemento da construção dialógica dentro deste contexto de mudanças.

O Jornal opera nesta investigação como produto capaz de nos levar a essas compreensões dada a materialidade de suas produções e a relevância que assume em face do resgate do contexto histórico investigado e na própria compreensão da construção social do sujeito.

Assim sendo, Pádua (1996) orienta que toda atividade voltada para a solução de problemas ou um conjunto de conhecimentos que auxilie na compreensão da realidade, é pesquisa. Sob tal perspectiva, compreendemos que para a efetivação de uma pesquisa é necessário que se trace os caminhos investigativos de modo que estes possibilitem a elucidação total ou parcial daquilo que fora delineado como questão de investigação pelo estudo proposto.

Deste modo, compreendemos que pesquisa não é algo simplório ou comum, mas uma prática que exige compreensão acerca do problema investigado, compromisso com a instituição e com a sociedade de onde aflui o problema investigado, portanto, é necessário que se utilize métodos científicos de modo a construir caminhos que levem à

busca de respostas das questões propostas e não simplesmente procurar a verdade, tal como assegura Lakatos e Marconi (1996).

O percurso metodológico de investigação e elaboração da pesquisa exige alguns cuidados. Para tanto, é necessário que alguns caminhos sejam observados e percorridos, por exemplo: 1) planejar as etapas a serem desenvolvidas; 2) definir os problemas de pesquisa; 3) definir caminhos metodológicos; 4) ter um referencial analítico para compreensão dos dados coletados bem como o tratamento das fontes; 5) discricção e comprometimento do pesquisador; 6) apresentação dos resultados obtidos no percurso investigativo.

O que vimos fazendo ao longo do texto é justamente trilhar esses caminhos com vistas a apontar os resultados suficientes e necessários para esta pesquisa, por termos em mãos uma gama significativa de fontes que podem suscitar novos olhares que possam vir dar continuidade ao que se tem investigado neste estudo.

3.1.3 DEFINIÇÃO DAS FONTES

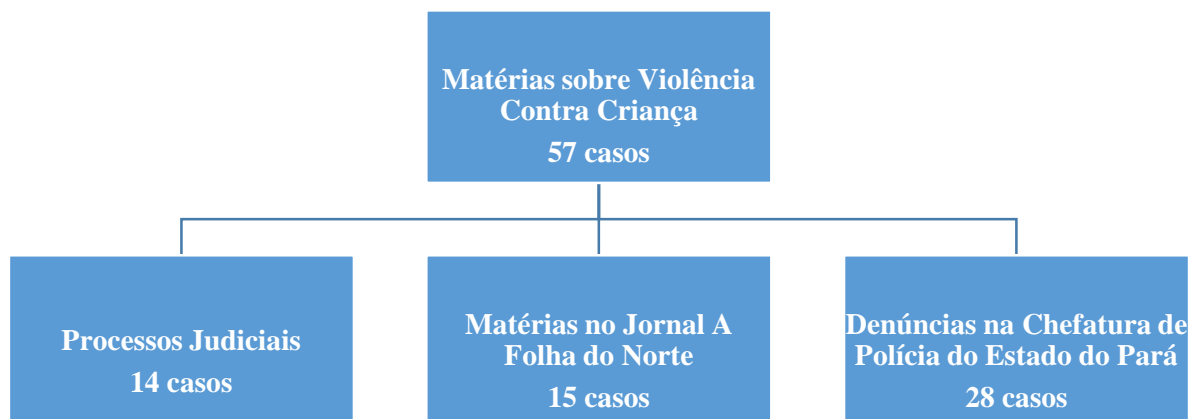
A partir de tais fontes que se definiu as categorias de trabalho com a intenção de ampliar o debate acerca da violência contra a criança no início do século XX que estava sob a égide do ideário Republicano recentemente instalado no Brasil.

O levantamento exigiu cuidado na catalogação dos documentos, assim como de elementos discursivos que estabelecessem relação diretamente com o tema Violência contra a criança.

Do levantamento feito a partir dos dados catalogados nos três espaços da pesquisa exploratória encontramos 57 matérias de casos de violência contra criança, sendo 14 casos em Processos Judiciais, 15 casos em matérias do Jornal A Folha do Norte e 28 casos de denúncia no documento de Chefatura de Polícia do Estado do Pará.

Do levantamento inicial foi possível perceber a dimensão do estudo e da relevância dele para a historiografia da Infância na Amazônia Paraense. (Figura 1).

Figura 1: Levantamento das matérias de Jornais sobre a Violência Contra Criança

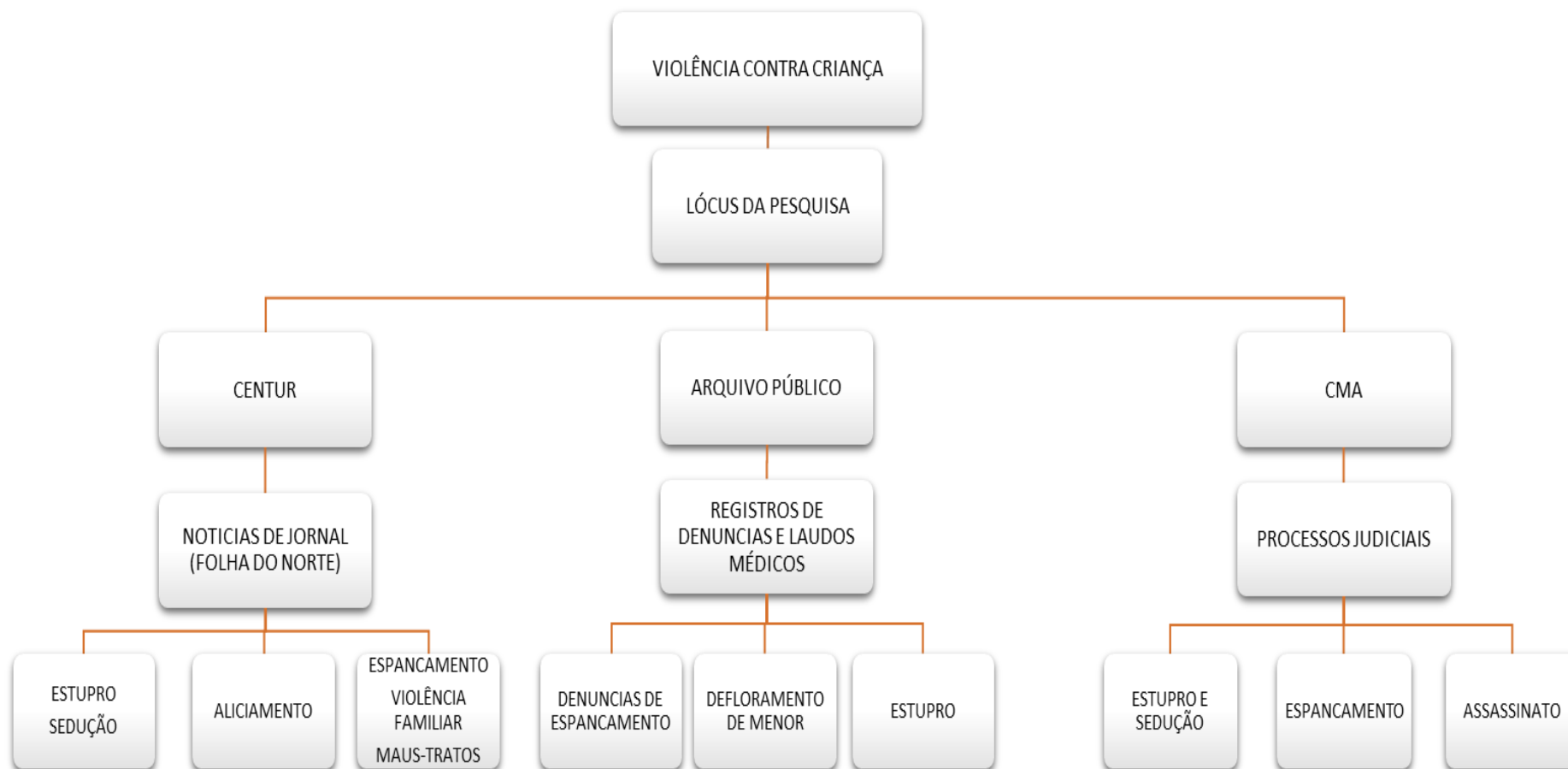


Fonte: Elaborado pela autora deste estudo, 2018.

Compreendemos que seja importante reiterar que dos achados nas buscas para a construção do corpus deste estudo, foram coletados os dados que compõem os casos dos processos judiciais e os da chefatura de polícia, contudo, estes não serão utilizadas no processo de análise.

Em um segundo momento catalogamos os 57 casos de violência contra criança por tipologia de violência. As violências encontradas foram: defloramento, infanticídio, estupro e sedução, rapto, homicídio, espancamento, abandono, maus tratos, aliciamento e abuso sexual. As tipologias de violência contra a criança estão assim distribuídas conforme figura 2 a seguir:

Figura 2:Dados sobre as tipologias de violência contra criança nas fontes documentais



Fonte: Elaborado pela autora deste estudo, 2018

A catalogação dos dados permitiu-nos observar que havia um número significativo de notícias de jornal bem como processos de que tratavam a questão da violência contra a criança.

Uma das fontes de investigação fora o jornal Folha do Norte no qual encontramos, em diferentes seções – haja vista não haver uma organização em cadernos de notícias, uma quantidade expressiva de matérias que notificavam a violência na capital, sobretudo contra a infância; outra fonte fora os processos judiciais, fonte que revela alto índice de violência cometida contra menores de idade e suas mais variadas formas.

No terceiro momento catalogamos os 43 casos de violência contra criança para compor o *corpus* da pesquisa, isto é: 15 casos encontrados no Jornal e 28 nos documentos da Chefatura.

Apresentamos os dados sobre as 15 matérias do Jornal A Folha do Norte sobre violência contra criança no início do século XX, especialmente os anos de 1900 a 1911, obtidos na Biblioteca Artur Viana. Os dados foram descritos nos seguintes aspectos: mês e ano; notícia e título da matéria; categoria; acusado; vítima; local do delito e breve descrição das matérias. Ver tabela 1 (apêndice 1)

Na tabela 2 (ver apêndice2) apresentamos as 28 matérias sobre casos de violência contra criança que obtivemos na investigação das denúncias de violência na Chefatura de Polícia do Estado do Pará. Para catalogação das matérias sobre violência contra criança destacamos: mês e ano; denúncia/delito; vítima; autor e local do delito.

Em um quarto momento realizamos a revisão de literatura, mediante o levantamento e leitura de artigos, livros, dissertações e teses sobre a violência contra a criança, conforme mencionado na introdução deste estudo. Etapa esta que se estendeu em todo processo de construção, pois recorrentemente houve a necessidade de retomar a bibliografia a fim de compreender melhor o objeto investigado.

Lakatos e Marconi (1996) afirmam que a pesquisa bibliográfica tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Desta forma, a retomada da bibliografia fez-se importante neste processo de construção em três áreas do conhecimento: (1) violência contra a criança; (2) história da infância e (3) política de assistência e proteção à infância. No campo da história da infância nacional destacamos: Venâncio (2010), Marcos Cesar Freitas (2016), Gondra (2002), Rizzini (2011), Nascimento (2008), Moysés Kuhlmann (1998), por fim, na área da política de assistência e proteção à infância no Pará, destacamos: Artur Viana,

Alves (2016), Guimarães (2017), Pinheiro (2013), Pacheco (2008) e entre outros que foram de extrema relevância para a construção deste estudo.

3.1.4 O USO DO JORNAL COMO FONTE DOCUMENTAL

A iniciativa de trabalhar com a pesquisa documental tendo como fonte o jornal Folha do Norte destaca a importância e a relevância de se atuar com uma fonte documental desta natureza, qual seja, a do jornal impresso – neste caso o objeto microfilmado. Atuamos com a iniciativa de análise do discurso midiático objetivando extrair dele informações através da investigação, exame e o uso de técnicas apropriadas para seu manuseio e análise como propõe Sá-Silva et al. (2009).

A natureza da investigação proposta sugere o uso da fonte documental, principalmente pelo tempo histórico investigado, o que justifica o uso de documentos nesta pesquisa, tanto pela natureza do objeto como pela riqueza de informações que deles se pode extrair e resgatar, possibilitando a ampliação de compreensões acerca do fenômeno da violência contra a criança.

Cellard (2008, p.295) corrobora conosco nesta discussão ao pontuar que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Ou seja, com essa indicação é preciso arguir neste estudo acerca da importância de adentrarmos a questão do uso do Jornal como documento relevante para o desvelamento do contexto historiográfico da violência contra crianças no Estado do Pará, pois foi um importante veículo de comunicação e notificação das mais diversas situações ocorridas no Estado, no Brasil e fora dele.

O jornal como documento histórico reserva temas importantes sobre o desenvolvimento da região, pontua fatos políticos e econômicos e se revela, em muitos momentos, como um suporte para as denúncias daquilo que vinha ocorrendo na capital do Estado bem como em municípios vizinhos.

Sosa (2007) aponta a imprensa como um campo fértil de trabalho no que concerne a questões políticas e sociais. Revela ainda a natureza ideológica das fontes impressas,

sugerindo que a imprensa escrita, neste caso o jornal, serviria de fonte para a história política e suas implicações com outros campos do conhecimento.

O discurso jornalístico obedece, como já referendado anteriormente, às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados (SOSA, 2007, p. 14).

Portanto, é fundamental que se considere a temporalidade do texto escrito bem como o viés ideológico ocupado por este.

Sob a perspectiva de Bakhtin (2009, p. 49), o discurso jornalístico impresso poderia ser considerado como um gênero discursivo, por conter um “repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica”, caracterizando-se como uma “forma de discurso social”.

Dada a abordagem, da violência contra a criança, trazida pelo jornal A Folha do Norte, o temos como um gênero discursivo, que por ser uma fala social em uso e com repertórios próprios, vai estar em diálogo com as palavras dos sujeitos. Expondo deste modo um valor apreciativo sobre a violência doméstica contra a criança.

Pinheiro (2013, p. 22) pontua que o Jornal enquanto um dos principais veículos de informação da imprensa escrita, permite que se alcance certa compreensão da maneira de agir e pensar de uma dada sociedade, dada a importância que ele assume na formação da opinião pública.

Vale ressaltar que na construção dos fatos jornalísticos não estão presentes apenas os elementos objetivos, mas também os subjetivos de quem produz as matérias. Deve-se considerar, por exemplo, o interesse do próprio jornal, compreendendo, como orienta Faraco (2009, p. 25) ao dizer que “Todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto.”

Daí o interesse em trabalhar as matérias com a análise do discurso, pois privilegiamos neste cenário um viés político e ideológico da informação como fonte do conhecimento e também como suporte de denúncias das violências sofridas por crianças das diferentes camadas sociais existente em Belém no período proposto.

A tentativa é fazer com que a linguagem apresentada nas matérias sobre violência contra a criança traduza o mais objetivamente possível o texto de sua real significação, o da denúncia, mostrando-se, a imprensa, como porta voz da sociedade.

Lapuente (2015, p. 6) sugere que

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico).

Dessa forma, pode-se entender que os impressos jornalísticos não podem ser considerados como instrumentos de comunicação neutros ou isentos, deve-se, portanto, observar que estes atendem interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos, indo muito além da simples informação.

Silva (2013, p. 112) nesta mesma perspectiva corrobora com a discussão quando pondera acerca da mídia enquanto agente do diálogo no contexto de formadora de opiniões.

[..] pensar sobre os sentidos que a mídia produz sobre a violência [..] é também considerar que, para além de uma concepção ingênua de mídia, apenas com agente social da informação, desinteressada e neutra, que apresenta os fatos tais como a realidade os cria; faz-se importante proceder a análise desse discurso midiático enquanto ideológico, imbuído de interesses e valores que ao propor as notícias como o faz, expressam, sobretudo, uma tomada de posição perante as questões sociais. E, uma vez que a violência [...] esteja sendo tecida enquanto fenômeno social por esta mídia, compreender o modo como esta se materializa pelas matérias jornalísticas, e o porquê de o ser de tal forma, configura-se uma atitude cautelosa e justificável, não só para uma melhor compreensão da violência [...], mas principalmente, do próprio funcionamento da mídia enquanto articuladora de sentido e partícipe da construção da realidade social.

Neste contexto, o Jornal paraense apresenta também o cunho de sustentação de grupos políticos, como bem sugere Luft (2005) ao considerar que as relações políticas sempre nortearam a imprensa paraense, como nos casos do Jornal a Folha do Norte e a Província do Pará, dois dos principais veículos de comunicação na capital no período investigado.

Porém, segundo Cruz e Peixoto (2007), em nossas práticas de pesquisa não devemos utilizar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas.

3.1.5 TRATAMENTO ANALÍTICO DO *CORPUS*: O DISCURSO BAKHTINIANO

O *corpus* da pesquisa é tratado com base nas análises discursivas de Mikhail Bakhtin e visa apontar os discursos presentes nas diferentes fontes encontradas para o estudo proposto.

Seu pensamento tem características versáteis que possibilita, dentro do campo da análise discursiva, uma multiplicidade de interpretações e compressões, haja vista a eficácia da contribuição que seu pensamento pode dar aos mais diferentes campos do conhecimento.

A ideologia é uma categoria central nos estudos de Bakhtin. Para este autor, os fenômenos ideológicos são definidos pelo conjunto das leis sociais e econômicas e, como a ideologia é materializada no discurso, estes possuem sentido e conteúdo ideológico, pois estão associados a um contexto e a um grupo social determinado.

Para este teórico, dentro do contexto de socialização, é possível ao sujeito a interação e a produção de discursos e interpretações dentro do espaço dialógico, o que não é possível sem socialização – [...] Todas as nossas relações como nossas condições de existência – como nosso ambiente natural e contextos sociais – só ocorrem semioticamente mediadas. Vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações (FARACO, 2009, p. 49).

Assim, Bakhtin (2009) pressupõe que “todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN, 2009, p. 45).

A noção de comunicação como ação dialógica passa a conceber a linguagem como um ato interativo, social, histórico e ideológico. A comunicação humana será entendida como um processo de construção coletiva que se dá pela inter-relação entre o locutor e o outro, propiciando um entrelaçamento de várias vozes discursivas.

Neste sentido Pinheiro coaduna com a teoria bakhtiniana ao pontuar que a linguagem passa a ser tratada como “social, viva, dinâmica, ideológica e interativa” (PINHEIRO, 2013, p. 69).

[...] isso porque as significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único e atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais (FARACO, 2009, p. 51).

Faraco (2009) pontua ainda que a dimensão axiológica da linguagem é parte inalienável da significação da palavra viva, portanto, “é, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação [...]” (BAKHTIN, 2009, p. 37).

Portanto, entendendo a linguagem como mediadora entre os sujeitos e a realidade e dos sujeitos entre si, Bakhtin configura a comunicação enquanto produtora de sentido em que a realidade sempre se representa a partir de um lugar valorativo por meio de signos, os quais coincidem com o domínio do ideológico. O verdadeiro lugar do ideológico, para Bakhtin (2009), é o material social particular de signos criados pelo homem.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (BAKHTIN, 2009, p. 31).

Sendo assim, a palavra permeia todo ato ideológico, ou seja, os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos não podem operar sem a participação do discurso interior, por isso que os índices de valor com características ideológicas constituem índices axiológicos com pretensões ao consenso social e é pelo consenso social que estes são externados no material ideológico.

O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. Por certo, todos esses índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O índice de valor é por natureza *interindividual* (BAKHTIN, 2009, p. 46).

Desta forma, a teoria e análise dialógica do discurso bakhtiniano, subsidia o destaque dos sentidos produzidos pelas matérias de jornal sobre violência contra a criança, ao considerar que tais sentidos são tecidos nas relações que se estabelecem entre os discursos veiculados pela mídia e a propósito do universo sógnico sob o qual se manifesta.

Destacam-se as contribuições bakhtinianas como arcabouço teórico-metodológico de análise e interpretação dos dados dessa pesquisa, por se partilhar da sua compreensão de linguagem enquanto elemento básico capaz de entender o homem e as relações que este estabelece na construção da realidade; por estar além de um instrumental voltado apenas para a transmissão da informação, mas por seu sempre manifesto conteúdo ideológico (ALVES, 2006).

Entendemos à luz do discurso em Bakhtin que as fontes documentais tratadas neste estudo revelam discursos implícitos e explícitos, materializados nos textos escritos, que revelam muito da cultura e da ideologia sobre o sujeito criança, alvo das ações daqueles por meio dos quais o discurso ganhou dinamismo, assumindo a forma polifônica, permitindo que o dialogismo entre os agentes da história se fizesse possível dando a conhecer aquilo que vivera e que fora pensado sobre a e para a criança num determinado contexto histórico.

As fontes indicam que havia um discurso perene acerca da situação da criança no Estado e que se disseminou um tratamento determinado para as crianças acometidas de violência com políticas de assistência e proteção à infância em risco.

Para Bakhtin (1988) todo discurso é produzido a partir de enunciados discursivos em que há um jogo de dialógico entre os atores, portanto, há um jogo de sentidos nestes diálogos que compreende e determina a ação do sujeito. Para este autor o enunciado, na maioria das vezes, é social, e, portanto, determinado pelas ações do sujeito em face do jogo de sentidos presentes nos enunciados. Sendo assim, pretendemos analisar as fontes a partir dos aspectos discursivo de Bakhtin: o discurso ideológico com significado e sentido.

SEÇÃO IV

DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE

4.1 DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS NOTÍCIAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE

Abordar a violência praticada contra a criança no início do século XX, nos remete a um tempo em que esta temática assumia uma abordagem peculiar, dada a maneira de a sociedade da época lidar com as várias categorias de violência praticadas contra a criança, ora indignando-se com os atos violentos empreendidos contra “crianças indefesas” e cobrando punição severa contra os agressores, ora justificando condutas violentas como práticas “educativas” capazes de manter “em ordem a sociedade”, evidenciadas nas notícias veiculadas pelo Jornal A Folha do Norte, objetos desta análise.

É sabido que os sujeitos assumem um posicionamento em face dos discursos enunciativos de modo a posicionar-se em face da realidade vivida, portanto, inscrevem nas palavras, nos acentos valorativos, as mudanças sociais (FARACO, 2009).

Assim, práticas e ações tidas como normais passam a assumir um novo corpo em face das mudanças adotadas pela cultura de determinada época, como no caso da sociedade paraense nos finais do século XIX e início do século XX que, embora carregando as marcas culturais herdadas da sociedade colonial, almejava a “gloria” das sociedades industrializadas, tendo na criança de então a esperança de um futuro glorioso, daí a necessidade de proteção e correção da mesma, para cumprir o papel ao qual tinha sido destinada.

Aqui há uma valoração do sujeito criança, assumido no processo de sua construção, sob o olhar do outro, sem, contudo, atribuir-lhe suas particularidades e singularidades enquanto sujeito de direitos, como sugere Sarmento (2002. p. 4).

A intervenção médica, com base nos conhecimentos referente ao saneamento e à higiene, era aplicada a todos os seguimentos da sociedade e em todas as classes sociais, uma vez que as questões ligadas à infância vinculavam-se mais fortemente nos discursos nacionalistas, no sentido de que a criança era apontada como o “futuro da nação”. Para tanto, era necessário que os assuntos que envolvessem a infância, sobretudo os cuidados com a criança, tivessem um pouco mais de atenção. As oligarquias paraenses, juntamente com as autoridades políticas, investiam nas ligas saneadoras (política higienista¹¹) no sentido de remodelar os cuidados com a saúde e higiene da sociedade, defendendo o

¹¹ A política higienista surge no Brasil no século XIX, uma medida que corroboraria com o ideário de desenvolvimento da nação. A política tinha como principal intenção trazer hábitos tidos como saudáveis no tocante à educação e a higiene dos corpos (VIANNA, 2016. P. 22).

ensino de novos hábitos higiênicos, já que consideravam a falta de higiene o principal problema da população no processo de desenvolvimento nacional. Viana (2016) corrobora conosco nesta discussão ao destacar que,

Os preceitos de higiene no Brasil estavam intrinsicamente ligados aos ideários desenvolvimentistas logo, tudo que fosse torto, desviante, baixo, era alvo da intervenção, pois o modelo europeu é que embalava o sonho de progresso da nação. Portanto, casas caindo aos pedaços, pedintes, ambulantes, mendigos e outros não podiam fazer parte do cenário das cidades, pois o que se queria era uma pátria essencialmente salubre, educada e higienizada, capaz de acompanhar o desenvolvimento dos países ricos e eliminar suas mazelas sociais (VIANA, 2016, p. 24).

Percebe-se a partir de então que a havia preocupação com o desenvolvimento social da Capital assim, a intervenção jurídica, forte aliada nas ações empreendidas para a transformação do meio urbano, assume efetivo papel no modo como as crianças vão se constituindo em sociedade chegando em muitos momentos a definir o destino de muitas crianças, abandonadas pelas famílias, consideradas enjeitadas e desafortunadas.

Destarte, tanto um quanto outro assumiram protagonismo no papel de assistência educativa junto às famílias das crianças. Haja vista a sociedade paraense do início do século XX estar inteiramente absorta pelas ideias de desenvolvimento, o que fazia com que, especialmente, a elite da época, se voltasse para a criança, como é possível ver nos estudos de Pinheiro (2013), França (2017) e outros.

Os preceitos de higiene permeavam as ações sociais, filantrópicas e de assistência nas principais capitais e centros urbanos do país¹². Deste modo, as ações higiênicas eram implantadas mais facilmente para as camadas sociais menos favorecidas, pois, uma vez entregues à filantropia, havia possibilidade de formação futura como se vê nas políticas higienistas. Sendo assim, Rizzini e Pilotti (2009) destacam que

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que travava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à

¹² Em Belém do Pará, nos finais do século XIX e início do século XX, foram criadas várias instituições educativas que objetivavam abrigar meninos e meninas desvalidos como uma política higienista de evitar a criminalidade e o abandono de crianças que de certa maneira era incompatível com o ideário de civilidade.

vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia [...] (RIZZINI E PILOTTI, 2009, p. 22).

As políticas de higiene e prevenção se materializaram nas ruas e cidades com as ações dos médicos e sanitaristas, pois a intenção delineada era higienizar e disciplinar os membros das camadas menos favorecidas com o intuito de “limpar” as cidades. Havia preocupação com a saúde, por ser o Brasil dependente da economia externa, precisava se mostrar salubre e pronto para receber novos investidores, do mesmo modo que deveria zelar pelos seus portos, canal principal do desenvolvimento econômico (PINHEIRO, 2013).

Com vistas a produzir mudanças de comportamento na população brasileira, uma verdadeira cruzada higiênica mobilizava médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados, de alguma maneira, à causa da instrução pública. E nesta empreitada, as crianças eram alvo importante dos higienistas que consideravam “a infância como a idade de ouro para a higiene mental” (MELO; NASCIMENTO et al. 2012). Neste sentido, a criança passa a ser o campo promissor dos higienistas que já não se preocupavam apenas com a saúde física, mas também com a saúde mental, por isso a constante intervenção das autoridades sanitárias nos âmbitos escolar e familiar.

[...] o retrato do Brasil era pintado com pinceladas fortes e mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte. Para eles, era urgente integrar essas populações nos marcos da nacionalidade e da cidadania, conferindo-lhes condições para a melhoria da própria vida [...] (PONTE, 2007, p. 76).

Na intenção de erradicar as epidemias e endemias que manchavam a constituição de nação forte e produtiva, os agentes governamentais, aliados a investidores cujo interesse se concentrava no desenvolvimento econômico e político do Estado, passam a investir nas ligas saneadoras para que a capital paraense¹³ acompanhasse o desenvolvimento das demais capitais do Brasil. Imbuídos por sentimento renovador,

¹³ Nos finais do século XIX a cidade de Belém do Pará vivia um neste cenário higienista que doentes, velhos, escravos e crianças que se encontravam nas vias públicas esmolando ou em situação de abandono incomodavam o grande reformador Antônio Lemos, ao ponto de estabelecer algumas medidas radicais de higiene, como por exemplo, a limpeza na cidade com a retirada dessa população pobre das vias públicas. Lemos tinha a intenção de fazer uma cidade mais salubre aos olhos dos estrangeiros. Houve então uma política de fiscalização com a atuação de agentes municipais na educação da população tanto que se estabeleceu a criação de “instituições civilizadoras” para abrigar crianças pobres e desvalidas e o asilo de mendicidade para acolher os velhos e indigentes.

campanhas de limpeza e saneamento foram largamente difundidas na capital paraense com a intenção de “limpar” os centros da cidade.

Os sentidos assumidos neste contexto de cuidado e atenção são diversos, pois o ser frágil, dócil, carente de cuidado e zelo, ganhava destaque, não nos modos de desenvolver-se para a vida, mas para cumprir um papel que lhe fora designado por outros, que o constituía como elemento-chave para a ascensão da nação. Daí o foco na higienização, medicalização das vidas e na educação pelo trabalho e para o trabalho, sim, pois as crianças eram, em sua maioria e especialmente as das camadas mais baixas da sociedade, educadas para servir à pátria.

Portanto, os movimentos e ligas saneadoras da cidade de Belém ideavam uma educação pautada na higienização de mentes e corpos que independia do querer do sujeito e/ou de sua família. Era uma ação arbitrária que fora assumindo cotidianamente um caráter moralizador aceitável como nos assegura Viana e Alves (2016) em seus estudos acerca da Infância em Belém.

As contradições ideológico-sociais ecoavam fortemente nos signos presentes nesta cultura que se materializava entre um presente e um passado recente, especialmente diante da necessidade de educar a criança, caro objeto da atenção social e política da época, uma vez que esta passava a assumir o papel de agente promissor da ordem e progresso social como salienta Pilotti e Rizzini (2011).

Sob esta ótica, a sociedade paraense avançava em meio ao caos social que se instalara no Estado em decorrência dos avanços industriais, que trazia consigo mazelas sociais e abandono, sobretudo das camadas pobres da sociedade, caracterizada pelas famílias operárias e imigrantes, que somavam um quantitativo significativo da sociedade paraense como descrevem Viana e Alves (2016).

Os Jornais da capital do Estado frequentemente traziam as informações das diversas situações ocorridas na cidade e no interior. Estes assumiam lugar de destaque no seio social, haja vista serem um dos principais veículos de comunicação da época.

Compreendendo que os enunciados têm sempre uma dimensão avaliativa, expressando sempre um posicionamento social valorativo (FARACO, 2009, p. 47) que ideologicamente assume posição em face da cultura, os jornais, neste caso especialmente, o Folha do Norte, do qual extraímos as notícias acerca da violência contra a criança na região, também assumia uma posição nesta trama.

São notícias que evidenciam a realidade social da época, mas que embebida pela ideologia temporal, identificada nos discursos presentes, trazem os significados e sentidos empregados sobre o sujeito criança em Belém do Pará no período em tela.

As notícias encontradas no Jornal Folha do Norte assumem as vozes dos adultos sobre as crianças e suas infâncias, que concebiam nas ações de assistência, saúde e educação, o meio para se modelar homens e mulheres que deveriam ser saudáveis e civilizados.

Nas notícias jornalísticas, os discursos sobre pobreza surgem como elementos que dão sentidos aos enunciados propostos sobre a criança diante da sociedade, do papel atribuído social e culturalmente a estas, pois suas raízes são marcadas pela homogeneização da infância.

Logo, a criança exposta nas matérias estava longe de vir a ser o ideal planejado e idealizado pela sociedade da época, pois recorrentemente apresentava o caráter de frágil, doente e, como presente em muitos enunciados, abandonada pelo poder público.

Vimos emergir, portanto, o discurso sobre a pobreza, em que, especificamente, a criança e as mães pobres surgem enquanto principais sujeitos, tornando-se alvos de diferentes discursos ideológicos.

Infância e criança são tomadas aqui como palavras e signos vivos, materializados no tempo e no espaço, sendo construídos e manipulados por sujeitos que estavam numa constante arena de disputas ideológicas, atribuindo sentidos e significados à saúde, educação e assistência.

As notícias apresentadas apontam discursos ideológicos que anunciam e denunciam os constantes casos de abuso contra a criança nas instituições e por diferentes agentes institucionais – família e polícia, especialmente – que se tornam incompletos e ineficientes, no qual reclamam recorrentemente à ação das autoridades públicas para a resolução dos casos.

A análise das notícias está fundamentada nas teorizações bakhtinianas sobre o discurso, por considerar as dimensões dialógicas e ideológicas na produção dos significados e sentidos presentes nos discursos, haja vista a importância dada à linguagem por Bakhtin e seu círculo, em suas diferentes dimensões.

Assim, portanto, uma análise que privilegia não apenas a linguagem em seu sentido estrito ou gramatical, mas em suas dimensões sociais, culturais e ideológicas, pois está integrada à vida e possui historicidade. Por isso assume um sentido muito mais amplo

e adere as noções de sujeito ativo que privilegia a linguagem em uso, o discurso, e não apenas os aspectos formais e abstratos da linguagem.

Para Bakhtin e seu círculo o discurso ganha destaque por ser a forma de manifestação do sujeito, por ser o signo vivo, dinâmico e em movimento em relação com os acontecimentos históricos, sociais e culturais como indicado por Faraco (2009), ou seja, é o discurso vivo e concreto, a materialidade do discurso, carregada da complexidade enunciativa, impregnada de sentido, de emoções de juízos de valor e ideologias.

De acordo Brait (2010), são nas relações dialógicas que podemos estudar os significados e sentidos dos discursos dos sujeitos e suas visões de mundo e seu ponto de vista em determinado momento histórico, pois é a realidade dialógica da palavra que coloca o sujeito, linguagem e cultura em relação, evidenciando as formas naturais de se perceber a realidade social.

Brait (2005) informa-nos que no campo de disputa ideológica só é possível compreendermos os diálogos sociais estabelecidos entre os sujeitos se estes se transformam numa arena de confrontos e disputas ideológicas, na qual se dá a escolha dos discursos que serão possuídos pelos sujeitos como seus ou não, num ato de rejeição.

O dialogismo, como uma das categorias que permeia este estudo, é uma das formas de compreensão do comportamento verbal dentro do contexto de interação e determinações sociais, pois Bakhtin (2003, p. 348) aponta a vida como dialógica por natureza. Logo, viver significa interrogar, ouvir, responder, concordar etc.

Neste aspecto, os discursos do jornal sobre a violência contra a criança foram abalizados em toda sua dialogicidade, ou seja, em toda relação com a situação social e histórica que envolve a produção discursiva e dialógica do sujeito e do seu caráter ativo e responsivo neste processo, em que vive as experiências, as interpreta, e lhes dá sentido nas relações que estabelece no meio social imediato.

O sentido para Bakhtin e seu círculo adquire a característica de resposta dada às perguntas no diálogo (FARACO, 2009, p. 49). É o modo como se vê o mundo materializado nas palavras, e a amalgama das experiências precedentes e ulteriores que se imbricam e materializam as formas de se compreender as vivências sociais.

É no sentido que se encontra o conteúdo valorativo das experiências de que fala Faraco (2009) e, estes são múltiplos e inesgotáveis. Podemos compreender então que o sentido é sinônimo da vivência e das interações sociais, pois o “dado puro não pode ser realmente experienciado”, é aquilo que se transforma em conteúdo da experiência, pois

toda vivência está voltada para um sentido, que não é atribuído ao objeto em si, mas ao que representa como valor para o sujeito (FARACO, 2009, p. 49).

O discurso é visto em seus encadeamentos sociais, com significados e sentidos que refletem a realidade. É no processo de interação social que o conteúdo do signo se constrói, reflete e refrata a realidade, tornando-se verdadeiro ou falso, pois, para Bakhtin (1997, p. 95) “[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc”.

Sendo assim, a palavra permeia todo ato ideológico, e todas as manifestações da criação ideológica são banhadas no discurso e não podem ser isoladas e nem podem ser totalmente separadas dele (PINHEIRO, 2013, p. 69). Assumindo-se como que num campo de disputas tornando-se próprios do sujeito “[...] aí eles se tornam de certa forma índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os assimila como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual” como sugere Bakhtin (1997, p. 45).

A ideologia é uma categoria central nos estudos de Bakhtin. Para este autor, os fenômenos ideológicos são definidos pelo conjunto das leis sociais e econômicas e, como a ideologia é materializada no discurso, estes possuem sentido e conteúdo ideológico, pois estão associados a um contexto e a um grupo social determinado.

Assim, Bakhtin (1997, p. 371) sugere que não pode haver enunciado isolado. “Ele sempre pressupõe enunciados que o sucedem ou antecedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último”.

Sendo assim, compreendemos que os discursos se formam num processo de interação com o discurso dos outros, “[...] nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros” (BAKHTIN, 1997, p. 294). Desta forma, o discurso do outro é carregado de valores que induzem as produções discursivas do sujeito. Deste modo, os discursos são formados no processo dialógico de comunicação refletindo um sobre o outro.

Deste modo, compreendemos que a palavra isolada do contexto sócio-histórico, é incapaz de produzir sentido. Antes, é necessário que se considere o caráter vivo e dinâmico da linguagem para se compreender os discursos em seus sentidos e significados, pois são as relações dialógicas que produzem sentido.

Sendo assim, tomamos como referencial de análise a categoria bakhtiniana de sentido e significado para a análise discursiva das peças encontradas no Jornal Folha do Norte.

As notícias foram categorizadas nos seguintes eixos:

1. Sentidos e significados das práticas de violência contra a criança;
2. Relação criança e sociedade no âmbito institucional; e
3. Tipos de violência e suas intercessões com as questões de gênero, idade e condições socioeconômicas.

4.2 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

Na trama social construída a partir da perspectiva jornalística, alguns discursos foram elementares na tessitura social em que a infância era protagonista.

Segundo Brait (2010), os sentidos e significados, a partir das teorizações bakhtinianas, só podem ser compreendidos quando articulados à história, cenário onde o sujeito se define nas relações sociais com o outro, pela linguagem.

Por definição, o jornal impresso assume um caráter plural diante da sociedade, haja vista ser um veículo de comunicação em que os enunciados discursivos eram reverberados cotidianamente e onde as disputas políticas, sociais e ideológicas se travavam corriqueiramente.

Dado o caráter moralizador da educação, assumido no período investigado, o jornal constantemente aponta notícias de cunho social, moral e educativo, haja vista os discursos impregnados nas notícias estarem permeados de alusões acerca da criança como ser frágil, dócil, indefeso e carente da atenção e cuidados sociais e políticos, duas das principais autoridades, representativas, daquele momento histórico.

É sabido que os discursos são construções históricas que produzem sentido e constituem sujeitos. Portanto, muitos são os discursos acerca da criança e suas infâncias, e deveras são usados para a construção destes na cultura e as formas como são percebidos e compreendidos historicamente.

Questões culturais, políticas e históricas são fundantes nesse processo, pois com esta compreensão é possível adentrar nos discursos do Jornal, tendo este como um sujeito produtor de cultura, imerso num mundo de significados e práticas que permeiam a visão de mundo, tanto do sujeito, produtor da notícia, quanto do receptor desta, haja vista estar este imbricado nos aspectos culturais, sociais e ideológicos do meio em que estava inserido.

É importante compreender que o Jornal é um veículo que não está destituído de significados e sentidos e que, portanto, em suas abordagens, assume uma posição

valorativa diante da realidade vivida e se posiciona social, política e culturalmente em face das realidades vividas e produzidas no contexto das notícias investigadas.

Considerando que a opinião da imprensa dialoga em certa medida com as divisões da opinião pública, esta assume, em muitos momentos, o caráter de denunciador das mazelas sociais vividas pelas crianças e suas famílias na capital do Estado do Pará e seus interiores. Imediato observa que na intencionalidade de produzir a notícia, o Jornal avoca, em dado momento, a intenção de agir sobre as crenças do leitor e suas representações sobre o mundo social (IMEDIATO, 2013, p. 71).

Tal realidade é percebida nos casos trazidos pela Folha, que denunciam em seus discursos a violência vivida pelas crianças em diferentes contextos sociais.

A fim de apreciar os sentidos e significados dos discursos emergidos das notícias veiculadas pela Folha acerca da violência contra a criança, apresentaremos duas notícias. A primeira delas – Um monstro – é referente a uma criança de 4 anos de idade, de nome Felicidade, que sofrera violência sexual, por parte de um membro da infantaria estadual, vindo a contrair uma IST.

A criança na matéria é apontada como a vítima que sofre de forma selvagem. O discurso aponta para o agressor como um agente cruel e selvagem que criou uma situação de credibilidade e confiança diante da família da vítima, atraindo a afeição da criança, com vistas a praticar a selvageria, percebida pelos pais dias depois, quando notaram os sinais de crueldade, como descrito na matéria, passando a interrogar a criança acerca do ocorrido.

Dias depois a criança, descrita como infeliz menina, teve o quadro de saúde agravado e sua família a levou para a Santa Casa de Misericórdia para ser tratada da doença, contraída pelo ato de violência praticado pelo agressor, ato que o Jornal denomina de “vulgar monstruosidade”, termo que sugere um sentido de familiaridade com o ocorrido. É possível que outras notícias como esta pudessem ter chegado ao conhecimento do redator do Jornal que, ao descrever a notícia, toma o ato como algo detestável, odioso e passível de penalidades.

A notícia ganhou proporções maiores a ponto de um dos auxiliares da Folha ter sido encaminhado à casa da família da vítima, onde esta fora ouvida e pôde relatar a violência sofrida, como se vê, “[...] mandamos um dos nossos auxiliares à casa de Turbau e lá ouviu ele, da bôcca da propria victima, a narração balbuciante do nefando crime, com todas as suas particularidades[...].

No discurso do Jornal está explícita a indignação diante do caso, mas também é expresso o fato da insegurança, nas palavras do redator, ao dizer que “não apelamos para ninguém. Tão ruim vão os tempos que o monstro é, ainda, capaz de ser galardoado”. Sugerindo assim que a impunidade diante dos fatos era tão recorrente, que já não apelavam às autoridades – quem sabe talvez por ser o “criminoso” um oficial e por isso, possivelmente, nada lhe ocorresse.

Um importante aspecto observado nesta notícia é que a criança, embora vista como assujeitada à crueldade do agressor, teve a possibilidade de construir o sentido das coisas que vivenciou num determinado contexto social. Sim, pois de acordo com Lajolo (2011) a criança era vista, ainda neste tempo, como um sujeito destituído de fala, para a qual a credibilidade não era assegurada, contudo, neste caso a infeliz menina, usando o termo cunhado pelo Jornal, fora ouvida – ato que denota que houve um protagonismo da criança na construção do diálogo com o Jornal.

Outro importante aspecto observado no discurso do Jornal é sobre a impunidade diante da violência em que crianças estavam expostas e, por que não dizer, a sociedade?! Sim, pois uma das falas do Jornal retrata justamente a incerteza com que tal situação seria conduzida. Houve a especulação de que o agressor poderia vir a ser “galardoado”, ou seja, é possível que diante do “crime”, no discurso jornalístico, o criminoso pudesse ainda ser recompensado, o que justificava a possível preocupação do Jornal diante do ocorrido em não apelar para ninguém – implicitamente, porém, se percebe um apelo à sociedade.

A segunda notícia diz respeito a uma criança vítima de espancamento seguido de tentativa de assassinato. O caso aconteceu na cidade de Belém no bairro de Nazaré. A agressora e a vítima moravam em um cortiço, lugar social aonde se reproduzem e circulam imaginários da violência e da degradação moral por ser habitado, em geral, por famílias de pouca condição econômica e educacional. A agressora era conhecida por ter o temperamento violento, como descreve a notícia e por ter a índole ruim, causando sempre desconfortos entre os moradores do local como podemos acompanhar na notícia.

Ignez Maria Francisca é criatura de perversos instintos. No cortiço em que mora, á travessa Quintino Bocayuva, todos lhe conhecem a mascibilidade do genio e a índole ruim [...]. Hontem, a terrível megera insurgiu contra uma pobre creança, filha de Ignacia Cardoso da Fonseca, também locatária do cortiço, e que não conta mais de 2 annos e meio. Não se satisfez somente a maldade de Ignez com o ter dado na pobre creança; derramou lhe em cima um bocado de querosene e quis deitar lhe fogo. Gritou a mãe por socorro e os inquilinos acudiram a valer a victimasinha, em quem a polícia fez corpo

de delicto, verificando a existência de inúmeras contusões. A delinquente foi presa (NOTÍCIA DA FOLHA - PERVERSA. ABRIL DE 1900

A narrativa da notícia revela uma pessoa aparentemente desequilibrada e violenta, pois sem razão aparente a agressora acaba desferindo golpes de violência contra a criança, uma pessoa com menos de 3 anos de idade, indefesa

A agressão é confirmada pelo corpo de delito que fora feito na criança com a confirmação de várias contusões pelo corpo da vítima, como declara a notícia.

É importante enfatizar a dimensão ativa destes sujeitos na construção dos significados das suas experiências, pois para Bakhtin (2009), os discursos dos sujeitos sobre dada realidade envolve um processo complexo de troca, de interação, que os coloca na posição de seres ativos e responsivos em suas interações dialógicas, ao exercerem a escuta, a réplica, ao emitirem um sentido que pode estar de acordo com os modelos sociais ideais, neste caso, de homens e mulheres que estão presentes nos diversos meios informacionais e com os quais interage, ou então, produzir um novo sentido discursivo do que aprendeu sobre os gêneros.

4.3 RELAÇÃO CRIANÇA E SOCIEDADE NO ÂMBITO INSTITUCIONAL

[...] o laço social elementar só se forma quando os indivíduos inserem em suas mentes um modelo da ordem social. Ninguém se importa qual lado da estrada é a regra para os que guiam, mas todos querem que exista uma regra. O conceito segundo o qual as instituições contam, desde o início, com um autopolicimento, é mais convincente do que o conceito que afirma que todos os problemas se dispersam, quando a escala é suficientemente pequena (DOUGLAS, 2007, p. 55 e 56).

Historicamente, a criança vem se constituindo enquanto ser social sob os aspectos do atendimento a ela dispensado. As concepções acerca da criança e suas infâncias corroboram significativamente para que a identidade infantil, como ser peculiar e plural, possa se engendrar no seio social em que esta está inserida.

A participação das instituições no desenvolvimento do sujeito criança se fez notório, dado o contexto investigado, pois as instituições – família, grupos sociais, religiosos, assistenciais e tantas outras – corroboraram social e culturalmente para a produção das identidades infantis ao longo dos séculos.

A história da criança e da infância no Brasil, é atravessada pelas mazelas sociais advindas da negação dos direitos fundamentais para o seu desenvolvimento e formação. Cuidado e proteção são inerentes a estas, pois essa fase da vida requer alguém que lhes forneça cuidado, atenção, educação e proteção, de modo que possa aprender a conviver em sociedade (PINHEIRO, 2017, 31).

Ao considerar que a função primeira da instituição¹⁴ era cuidar, proteger e educar a criança, suas raízes foram baseadas em três pilares fundamentais, a saber: o caritativo, o filantrópico e o assistencial. Esses três pilares, por assim dizer, ancoraram toda a ação de proteção, cuidado e assistência às crianças, definindo a história da criança do período quinhentista ao final do século XIX, época em que a concepção de infância fora definida pela igreja católica, no Brasil (DEL PRIORE, 2000, p. 12).

Os estudos de Chambouleyron (2000) suscitam que foi com a chegada dos portugueses ao Brasil que a educação ganhou seus marcos, pautada nos padrões religiosos jesuíticos motivados pela expansão da fé católica, que tinham como principal objetivo a domesticação dos nativos, com vistas à formação de uma nova cristandade, de modo que se tornassem um povo agradável a Cristo.

De acordo com Chambouleyron (2000), a organização religiosa se estabeleceu como uma ordem docente que tinha suas bases pautadas na rigidez educacional e formação ancorada no castigo e disciplinamento.

A criança ganha visibilidade no contexto nacional brasileiro em face das altas taxas de mortalidade no século XVII, quando muitas crianças eram abandonadas nas ruas e becos das cidades, sendo devoradas por animais ou mesmo vindo a óbito em decorrência das intempéries que o abandono pudesse oferecer, como sugere Nascimento (2008).

Por serem em grande número, aquelas crianças, frutos de relações ilícitas (extraconjugal ou antes do casamento), o abandono só aumentava. Tal ação suscitou medidas como a criação da roda dos expostos¹⁵, pois a fé cristã não admitia que as crianças morressem sem o batismo, pois se cria na “danação da alma”, ou seja, havia a necessidade de se acolher a criança e batizá-la antes que viesse a morrer.

¹⁴ Aqui se faz referência às instituições como entidade e organização, como por exemplo a família, a religião e as instituições educativas formais – escolas, creches, asilos e outros.

¹⁵ A roda consistia numa peça cilíndrica que, presa à parede ou muro da instituição, girava sobre um eixo central, o qual permitia colocar a criança preservando a identidade da pessoa que a abandonasse.

Assim, foi criada a Roda dos expostos, uma maneira de acabar com o problema e regularizar o abandono e, conseqüentemente, diminuir as taxas de mortalidade infantil e “salvar” a alma dos inocentes (NASCIMENTO, 2008, p. 158).

No início, essas rodas eram encontradas nas Santas Casas de Misericórdia e as crianças abandonadas eram criadas e educadas na fé cristã. Esse atendimento à criança pequena era fundamentado na fé cristã, piedade e caridade – por isso é denominado caritativo.

As crianças que sobreviviam à falta de “‘fortuna e de família’, aos poucos cuidados dispensados a elas e às doenças (e seus tratamentos), deveriam ter como destino o trabalho” (NASCIMENTO, 2008, p. 128). Esse era o destino das crianças que eram deixadas nas rodas dos expostos, uma vez que raras foram as crianças requeridas por seus pais. As crianças abandonadas, em geral, eram inseridas ao mundo do trabalho aos 14 anos de idade.

Em capítulos anteriores – capítulo 2 – já discorremos acerca da condição da criança quanto a sua constituição, educação e cuidado. Contudo, é importante ressaltar que a infância foi, em muitos momentos, amparada pela filantropia na forma das instituições de recolhimento, na intenção de preservar a criança da degeneração pelo contato com os “pervertidos”, como menciona Kuhlmann Jr (2002, p. 485).

A miséria era um dos fatores contundentes para o abandono de crianças e as instituições filantrópicas eram então criadas com a finalidade de acolher e educar as crianças para a vida em sociedade, sendo esta educada para o trabalho, de tal forma que viesse a contribuir com o desenvolvimento da nação como observa Rizzini (2011).

O trabalho era, neste sentido, o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido, um indivíduo válido para a sociedade. O resultado que se esperava desse atendimento era, portanto, a produção de “homens úteis e válidos”, capazes de contribuir para a prosperidade da nação (RIZZINI, 2011, p. 232).

Kuhlmann Jr (2002, p. 485 – 486) corrobora com o exposto da seguinte maneira:

As instituições de Beneficência como os asilos ou orfanatos seriam “escolas de prevenção das crianças ainda não pervertidas”. Deveriam ser organizadas de maneira a distribuir as crianças conforme a idade, o sexo, a natureza, o temperamento e as predisposições de cada uma, “segundo observação e classificação feita por exame psicofísico por médicos profissionais”. [...] porque o espírito infantil é aí presa das sugestões do mal, das solicitações da miséria, dos infortúnios do abandono de pais pobres ou indignos. Aqui, deveria se harmonizar a

educação escolar e o ensino industrial ou profissional, de modo que os homens pudessem ganhar a vida pelo trabalho e as mulheres se habilitassem nos trabalhos domésticos e fossem capazes de “gerir uma casa”.

As instituições de assistência e educação assumiram em todo o território nacional, o papel de atender e assistir crianças de modo a torná-las cidadãos livres dos vícios e perigos que a sociedade, marcada pela degradação moral e religiosa, pudesse representar a elas. Foram, portanto, criadas, a partir da iniciativa de diversas instâncias e indivíduos como Igreja, Estado, religiosos, associações caritativas e outros, “que pensaram finalidades e ações específicas para formar os sujeitos que estavam inseridos nos espaços por eles concebidos” (PINHEIRO, 2017, p. 31).

Era uma forma de amenizar o problema do abandono de menores – realidade que perdurou desde a colônia e que suscitava da esfera pública medidas preventivas que viessem manter as “altas virtudes da elite brasileira”.

Sob tal perspectiva, Rizzini (2011) fomenta que havia o interesse de amparar a criança pobre com vistas a expurgar os vícios advindos da sua condição social e assim preservar a nação de futuros cidadãos que poderiam causar dolo para a sociedade.

Assim, assistência e caridade caminhavam juntas no intuito de amparar, sobretudo a criança “filha da pobreza” como pontua Rizzini.

A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos considerados, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção dos desvios e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social (RIZZINI, 2011, p. 22).

Nascimento (2008) pontua que a caridade e a filantropia atendiam tanto as instituições de acolhimento quanto às amas de leite, que muitas vezes acolhiam as crianças pela questão financeira, pois eram pagas pelo governo e/ou por terceiros para manter e cuidar das crianças abandonadas.

Esta mesma autora sugere ainda que a partir de 1850, as Casas de Misericórdia trouxeram para o Brasil as irmãs de caridade, que assumiram a direção e a educação das crianças expostas. O trabalho das irmãs consistia, principalmente, no combate às amas mercenárias e na ampliação da Roda.

Gutierrez (2013) pontua que o controle sobre as amas de leite consistia na preocupação em como essas amas alimentavam aquelas crianças, pois em decorrência de muitos problemas de saúde enfrentados pelas próprias amas, haviam crianças que acabavam sendo acometidas por doenças também.

Gutierrez (2013) argumentava que muitas mulheres que serviam como amas de leite vinham dos baixos extratos sociais, e provocavam no governo e na aristocracia da época, um anseio em cuidar das fontes que pudessem apresentar riscos sociais. Por isso é que

Ao mesmo tempo em que cuidava dos expostos, as ações do governo sobre a cidade e sua população se ampliavam através de um poder que sediava, para controlar e isolar não apenas os grupos perigosos ou em risco, em se tratando dos expostos, mas alcançar o conjunto, o corpo coletivo da população, com uma política de preservação e aumento, identificando e combatendo o que corroía suas potencialidades, o que gerava mortalidade, o que diminuía sua saúde. Assim, os sepultamentos, o lixo, os currais e as doenças epidêmicas que já tinham vacinas foram objetos de um saber e de estratégias de governo expressos no dispositivo da medicalização da cidade e seus habitantes, que buscavam não apenas combater a morte, mas fundamentalmente cuidar da vida (NASCIMENTO, 2008, p. 191 e 192).

No período republicano, a criança ganha novo olhar, pois passa a representar o “futuro da nação”. Portanto, as ações de cuidado e atenção ao sujeito criança ganham destaque na saúde e educação sob a tutela de instituições filantrópicas e caritativas, que “preocupadas com o bem-estar social”, buscavam sanear as cidades com vistas a preparar os caminhos da emergente República ao desenvolvimento industrial.

Neste caminho, as instituições estabelecidas pelo poder público desempenhavam as ações de acolhimento, cuidados de saúde e educação das crianças expostas, pobres e desvalidas, tendo total autonomia para agir de acordo com o pensamento da época em relação à necessidade de sanear a população, podendo inclusive, tomar decisões arbitrárias sobre suas vidas, diante de suas famílias, quando estas eram julgadas incapazes de cuidar e educar tais crianças (RIZZINI, 2011, 135).

Sob este pretexto de proteção e cuidados, observamos a relação estabelecida entre sociedade e criança no final do século XIX e início do século XX, expressa nos discursos dos intelectuais daquela época, refletidos nas notícias do Jornal que foram selecionadas para este estudo, nos quais as crianças eram tidas sempre como pobres, fracas, indefesas e carentes de cuidados, por isso a intervenção da igreja, do poder público – na pessoa dos agentes governamentais, dos agentes assistenciais e caritativos.

Um exemplo singular é a notícia de Janeiro de 1900 que tem como título “Menor espancado”, a qual trata do espancamento de um menor de idade que, em virtude do ocorrido, é conduzido por um homem de nome Manoel Tavares – sujeito que o Jornal não revela quem seja – mas que é apontado como pessoa que age em defesa de um menor abandonado, sim, pois o discurso da Folha enfatiza a ausência do pai e mãe da criança e a vulnerabilidade desta criança diante de seus algozes – especialmente de Cypriana Rodrigues Braga – acusada de espancar barbaramente a criança, que carregava em diversas partes do corpo as marcas da violência aferida pela agressora. O enunciado apresenta ainda que uma atitude deveria ser tomada pela instituição policial que precisaria manifestar-se a respeito do ocorrido.

Rizzini (2011) observa que, às autoridades públicas, se conferia o dever de cuidar e oferecer um destino às crianças destituídas de famílias ou que estivessem sob o poder de famílias que não demonstrassem condições dignas – “capacidade legal e moral” para tê-las sob sua guarda. Assim, portanto, eram encaminhadas para instituições de acolhimento com vistas a garantir um futuro digno e longe dos vícios perniciosos das ruas que representavam perigo para o desenvolvimento da criança e conseqüentemente da nação.

Guimarães (2017) sugere que forjando iniciativas públicas e privadas, o Brasil do século XIX e XX tinha a intenção de moldar a infância no sentido de criar um modelo de criança ideal para a nação.

Nesta investida, a atuação de médicos, juristas, pedagogos, advogados e psicólogos tornou-se ainda mais intensa, pois o propósito era trazer saúde para a população, e o saber científico atuava de forma preponderante por serem os agentes capazes de ampliar a ação de eficácia na promoção da evolução social, uma vez que tais profissionais estavam aptos a imprimir um olhar técnico e científico sobre as questões sociais e políticas da época.

Corroborando com essa discussão, Guimarães (2017, p. 34) assegura que

Problematizar a infância do passado traz à tona o dado de que a criança não foi alvo de estratégias que visavam moldá-la física e mentalmente somente na escola, as ações educativas se deram para além do espaço escolar. Tratar sobre a infância pressupõe-se estar tratando sobre a educação, à medida que esta sempre foi alvo de projetos educacionais. A educação pautada nos preceitos científicos também ocorreu nos hospitais, nas instituições de caridade e assistência e no ambiente domiciliar.

Com isso, vê-se que toda a empreitada social e política que envolveu o discurso sobre a criança e suas infâncias assume um sentido no cenário social que envolve a essência da educação na intenção de torná-la um ser facilmente moldável aos padrões sociais e culturais de cada época.

Por almejamem uma nação civilizada e moderna, as classes dominantes passaram a investir em ações e medidas que pudesse garantir o crescimento econômico e social da nação em construção. E, nesta questão, o saber médico é tomado como um mecanismo que asseguraria a ascensão social desejada pela elite dominante da época.

Sendo assim, a medicina opera por meio da disseminação de práticas de controle e modelação de corpos e mentes. Para tanto, os médicos assumem o papel de educadores para a civilização e, o palco de atuação era todo o cenário social, no qual buscavam imprimir uma educação que teve seu espaço forjado no trato com os corpos e mentes, bem como no espaço público e privado, onde suas ações foram intensificadas.

Desta maneira, os médicos assumiam uma autoridade capaz de intervir na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas (GONDRA, 2010, p. 524), pois estavam presentes e atuantes nos projetos que regulavam até a construção e funcionamento de escolas, e até mesmo casas de moradia.

Guimarães sugere que [...] a partir dos discursos dos médicos do Estado, é possível perquirir as mudanças tomadas nas medidas de assistência e proteção à infância, bem como identificar o contexto econômico, social, ambiental e epidemiológico no qual a criança da República paraense esteve exposta (Guimarães, 2017, P. 36).

Sobre tal assertiva, Gondra (2004) sugere que, na mentalidade dos médicos, especialmente os higienistas, o “fundamental era impedir que o mal se instalasse”, por isso uma série de prescrições sobre higiene foi sendo instalada nos espaços urbanos e rurais, públicos e privados, nos quais as crianças eram alvos comuns, de modo que muitas escolas e instituições de acolhimento no Pará se tornaram campo de atuação dos médicos higienistas e sanitaristas, com vistas a garantir um espaço seguro e saudável para o convívio e desenvolvimento infantil.

Gondra (2002) nos fala ainda da questão da filantropia, mas disserta também sobre a ação médica nas escolas. Os discursos acerca da educação para a população pobre têm como principal alvo a figura da mãe – sujeito a quem era conferida a atenção e o cuidado da criança e, portanto, o dever de promover higiene e educação moral de modo a garantir-lhe um futuro digno, e promissor para a nação.

A intervenção médica nas escolas, hospitais, casas de acolhimento e todos os outros ambientes citadinos eram feitos no intento de promover o bem-estar social e garantir o progresso nacional. Daí a necessidade de assegurar a importância da criação e manutenção de casas de acolhimento capazes de garantir saúde, higiene, educação e formação social e moral para as crianças (GONDRA, 2002. p. 56).

As instituições se propagam nesta discussão como o ambiente do desenvolvimento social, moral e religioso-cristão das crianças, onde nem sempre estas eram educadas com bases humanitárias, mas recebiam uma educação muitas vezes pautada na violência psicológica, física e sexual, reverberada nas ações de agentes que ali estavam postos para inferir cuidado, proteção e educação à criança.

A atuação médica nesses espaços suscitava críticas que se avolumavam e rendiam questionamentos e indignações, pois a maneira como médicos e instituições empreendiam suas ações sobre corpos e mentes que lhes estavam sujeitos, se tornavam invasivas e abusivas, como no caso das meninas deixadas pelo pai no Orphelinato Paraense – estabelecimento educativo criado para abrigar crianças do sexo feminino, pobres e órfãs.

O discurso direcionado ao Orphelinato Paraense na matéria, dá um significado ao leitor de que, embora as autoridades responsáveis pela manutenção desta instituição demandassem um investimento e transmitissem para a sociedade a ideia de que esta era uma instituição educativa séria – pois formava meninas para o casamento e mães de família – não era a primeira vez que denúncias de maus-tratos envolvendo o Orphelinato chegavam à redação do Jornal, que apelava pela investigação dos fatos por parte das autoridades policiais.

No caso em questão, José Ferreira Gomes Tandaia, militar das forças estaduais, cuja esposa havia falecido, encaminhou suas duas filhas ao Orphelinato para receberem auxílio e cuidado durante o período que permanecesse ausente em cumprimento à sua missão militar e que, após encerrado o período de sua missão, ao retornar ao Orphelinato para reaver suas filhas, foi informado de que uma destas havia sido enviada para “servir como criada” na casa de uma família paraense.

A matéria do Folha do Norte, denunciava ainda que as meninas saíam da instituição para atender à elite local como criadas em casas de famílias. Sabemos que parte das meninas do Orphelinato Paraense recebiam uma formação bastante elogiada pelas autoridades. Com toda essa formação qualificada, as meninas do Orphelinato eram muito requisitadas para trabalhar em casas de famílias abastadas da capital paraense.

Daf o discurso enunciativo do Jornal revelar a finalidade escusa assumida pela Instituição de acolhimento, que passou a ser denunciada e criticada de maneira recorrente pela Folha, que imprimia em suas denúncias o sentido de esta Instituição ser violenta e por esta cair em descrédito ao ser tomada como “agencia de creadas”, afastando-se de sua função social que era a de acolhimento caritativo, com vistas a educar e cuidar de meninas – e o que o discurso do Jornal dizia ser: uma “agencia de creadas”.

A construção social da infância colocou a criança numa situação de dependência extrema dos adultos, dependência esta causada primeiro pela constituição frágil da criança em sua condição de autonomia para gerir a própria vida e, segundo, pela sujeição ocasionada pelo adulto, pela estrutura social na qual a criança torna-se subordinada a este quando orientada em suas formas de relação a partir das práticas educativas que possam influencia-las. Para tanto, as instituições se tornaram o berço de muitas práticas que levaram a esse conceito de subordinação, pois os grupos sociais adultos criaram modelos educativos para crianças com o fim de atender seus interesses econômicos e de desenvolvimento. Neste sentido as instituições surgem neste contexto de discussão como objeto que nos ajuda a compreender a ação educativa do adulto sobre a criança neste processo de construção.

Rizzini e Rizzini (2004) discorrem acerca da institucionalização da infância em asilos e internatos – umas encaminhadas pela carência e pobreza social e outras pela cultura da educação institucional longe da família.

Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.22).

Temos assim, a instituição como uma casa de atenção e cuidados com a infância, com vistas a garantir um futuro de qualidade, tanto para os pobres, que eram educados para o trabalho, quanto para os mais abastados. A instituição tinha também o caráter preventivo, pois abrigava pessoas acometidas por doenças contagiosas e que representavam riscos à sociedade, como salienta Pacheco (2017) em sua tese de doutorado:

O modelo asilar de internação de crianças foi o principal instrumento de assistência à infância no Brasil e, também, foi adotado na capital

paraense, tendo as instituições religiosas e filantrópicas como as responsáveis por esses espaços (PACHECO, 2017, p. 99).

No período republicano a educação assumia um fator de regeneração da nação, um elemento importante para a reforma social, daí a importância de instituições de cuidado e atenção às crianças e suas infâncias. A educação configurava-se como um forte aliado no empreendimento político nacional de desenvolvimento social – um instrumento capaz de alcançar o progresso e a civilização do país.

Apesar do reconhecimento e longas considerações sobre a situação da criança na sociedade paraense, surge um sujeito em específico – a política local e seus agentes – que passa a ser alvo dos reclames do Jornal, sendo responsabilizado em alguns momentos e absolvido em outros – como nos casos do prefeito que mantém cativa uma menina e também o caso do intendente que levou a criança que sofria pelos maus-tratos do tio, respectivamente. Deste modo, a política corrupta silente e a assistente moralmente, passavam a ser alvo de veementes discursos veiculados pelo Jornal Folha do Norte.

Os discursos jornalísticos sobre a necessidade de se estabelecer medidas de proteção que abarcasse a assistência e a educação, não eram direcionados apenas à infância, mas a toda a população. O discurso girava em torno, principalmente, das autoridades políticas e assistenciais da época, a fim de que se estabelecessem medidas que assegurassem assistência e proteção da criança em todas as instituições.

Segundo Brait (2010) o falante ou autor de um determinado discurso, apresenta intenções e objetivos no momento de pronunciar determinadas palavras e expor determinados signos conforme o contexto e o grupo social em que está inserido. Por isso, ao apresentar reiteradamente palavras como “infeliz menininha”, “pobre creança”, “menor”, nas notícias veiculadas, o Jornal apresenta uma intencionalidade que aponta para a infância como uma categoria de sujeitos que necessariamente precisavam de atenção.

Na relação criança, sociedade e instituições, observa-se que o sentido adotado nos discursos de médicos, tutores, educadores e do próprio Jornal, estão embebidos da construção histórica que se fez sobre a criança e expressam arbitrariedade nos enunciados propostos acerca do que se definia como atenção, cuidado e educação para a criança e suas infâncias, portanto, denotando a não dialogicidade com o sujeito criança.

4.4 TIPOS DE VIOLÊNCIA E SUAS INTERCESSÕES COM AS QUESTÕES DE GÊNERO, IDADE E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Nesta categoria se enquadram as notícias que tem como temática a violência relacionada ao gênero, idade e condições socioeconômicas da criança. A partir da investigação feita, observou-se que a violência física era a categoria noticiada com maior frequência nas matérias do Jornal. Deste modo, é possível constatar que esta era uma prática exercida de forma recorrente pela sociedade da época.

Os dados nos indicam que o espancamento era uma prática cultural que se disseminou nas primeiras décadas do século XX em razão de uma violência que tinha sua égide atrelada a uma educação controladora e disciplinadora, herança cultural de séculos anteriores, como sugerem Aragão e Freitas (2012, p. 25).

Era comum as famílias estabelecerem medidas punitivas na busca de controlar o comportamento de crianças, sobretudo as que eram consideradas indisciplinadas e de difícil correção. Neste sentido, Charone (2008) destaca que:

O novo conceito de infância veiculado desde o século XV, foi atrelado a um processo de valorização da educação escolar e uma tendência de isolar a criança do meio adulto [...]. É neste sentido que escola, família, eclesiásticos, dentre outros, com o objetivo comum de uma educação disciplinar, irão preparar a criança para uma vida bem diferente daquela até então existente. Agora o aprendizado de regras, normas, a imposição de limites, a correção, a censura e a obediência, serão as bases de sua formação, sempre acompanhadas do olhar adulto, ou melhor, o adulto é o avaliador, aquele que aprova, elogia ou pune as ações infantis (CHARONE, 2008, p. 44, 45).

França (2017, p. 78) complementa dizendo que [...], segundo os padrões e regras de determinada época e sociedade, educar apenas a mente não era o suficiente, mas o corpo, no que diz respeito à saúde e comportamento moral. Deste modo entende-se que a educação era elemento de formação, mas também de regeneração.

A dor física estava diretamente associada ao controle do corpo e, conseqüentemente, da mente das crianças, que para muitos, mostravam-se incorrigíveis. Goés e Florentino (2013, p. 185), ao referir-se sobre as crianças cativas, declaram que o adestramento destas se fazia também pelo suplício, ou seja, a criança era exposta a punições e humilhações.

Uma das notícias – Revoltante – que nos remete a estas reflexões diz respeito a uma criança, do sexo feminino, de 8 anos de idade, oriunda do interior do Pará e que estava sob a tutela de uma família – que o Jornal não revela se tinha algum grau de parentesco com a criança (mas subentende-se que não), pois muitas famílias tinham o

hábito de trazer crianças do interior do Estado para a capital, com a intenção de oportunizar chances de acesso à educação, mas na verdade, muitas daquelas crianças serviriam de criadas nas casas das famílias mais abastadas da capital, como orienta Figueiredo (2013, p. 239, 240).

O enunciado revela os maus-tratos sofridos pela criança na casa onde morava. O discurso do Jornal, descreve a criança como um ser frágil, fraco e indefeso, quando destaca signos como “infeliz criancinha” de “constituição franzina e doentia”, enunciados que revelam os sentidos assumidos pelo sujeito criança nesta questão.

O título da notícia evidencia o sentimento gerado pelo Jornal em face da descrição da maneira violenta e humilhante pela qual a criança era tratada, pois o Jornal descreve que a vítima era submetida aos “mais severos castigos [...] diariamente”, que incluíam “ponta-pés e sôccos” culminando a violência com a obrigação de beber caldos de pimenta preparados pelo próprio agressor.

Após a denúncia das agressões contra aquela criança, o Jornal intima a autoridade policial a assumir o sentido para o qual fora constituída, de proteção à vítima de maus-tratos, quando diz que “denuncia grave como esta, a polícia não a deve deixar passar sem averiguações, para tirar a limpo a verdade e punir o culpado se porventura o houver”.

Interessante pontuar que a criança que sofria esse tipo de intervenção, em sua maioria, era de condição social menos abastada – como no caso daquela criança, advinda do interior do Pará. Tais práticas estavam sobremaneira interligadas ao sistema escravocrata que ainda dominava a consciência de muitos adultos, de que somente pela violência era possível estabelecer a educação das crianças. Além disso, a educação jesuítica contribuiu para disseminação da cultura da prática disciplinar e do uso da violência física para estabelecer o controle sobre a criança, como é possível observar nos estudos de Chambouleyron (2013, p. 63).

De acordo com Rizzini (2011), a punição estava muito ligada à questão da preservação da criança das tentações mundanas às quais estavam expostas. Portanto, a autoridade sobre sua educação era conferida aos adultos que não poupavam esforços para imprimir na criança os aspectos racionais e cristãos, de modo a torná-la disciplinada e dotada de razão.

É importante resgatar a ideia de que a criança neste período é tomada como o vetor do desenvolvimento nacional. Portanto, as mazelas sociais se que se avolumavam em todo o território pátrio precisavam ser combatidas e uma das preocupações estavam em torno do quantitativo de crianças pelas ruas da cidade, que sem cuidado e atenção das

famílias, estavam vulneráveis aos mais terríveis males que as ruas pudessem oferecer, como os vícios e a gatunagem (CORRÊA, 2017, p.).

A capital do Pará, embebida pelo projeto republicano de modernização, investia em ações de proteção e prevenção à vida das crianças. Assim, os princípios de moral, limpeza e higiene foram largamente difundidos pelo poder público da capital com vistas a implementar uma disciplinarização do espaço urbano, no qual o cotidiano das famílias passava a ser regulado.

Nesse contexto, a ação médica e sanitária foi de grande relevância, pois suas medidas e orientações regulavam e orientavam as famílias quanto ao trato com a criança pequena, no intuito de erradicar a decadência moral e social das famílias paraenses. E isso se dava por meio da educação que tinha em suas bases a formação para a cidadania patriótica.

A criança, neste contexto, era vista como um investimento, pois a atenção voltada para ela preconizava adultos produtivos e rentáveis para o Estado, cidadãos capazes de contribuir com a formação moral e econômica da região. Havia na capital, no período indicado, uma vigilância massiva no sentido de garantir a ordem e a segurança das ruas, muito em função da imagem que se prezava por apresentar aos investidores econômicos da capital. E isso fazia com que muitas crianças, tendo a rua como o espaço de brincar, fossem presas por “praças” por estarem a apedrejar mangueiras ou a correr sem destino.

Em muitos casos havia a agressão física, como por exemplo, o trazido pelo Jornal Folha do Norte que chegou a noticiar a prisão de crianças, feita por “praças” (policiais sem graduação ou posto) que faziam com que estas fossem recolhidas às casas de detenção, sob a ação da violência/spancamento, como foi o caso do menor Vasco, conforme notícia de abril de 1900 trazida pelo Folha do Norte:

Vae já ahi a notícia de um espancamento feito por praças na Doca do Ver-O-Peso. Temos a registrar agora outro, relativamente a uns menores que foram presos hontem, ás 10 horas da manhã, no largo de S. João. [...]. Foram chamar a polícia e lá veiu uma patrulha que deteve os menores, levando-os a pranchadas para a estação de segurança. O menor Vasco ficou com a cabeça quebrada (FOLHA DO NORTE, abril de 1900).

Tal notícia nos leva a refletir que a cidade de Belém vivia as contradições das grandes capitais, pois embora imersa no contexto de mudanças, dos avanços econômicos, da modernização arquitetônica, que privilegiava a cultura erudita, que buscava sanear suas ruas e portos na intenção de limpar a cidade que ora atraía ricos e poderosos

investidores, mas que também abria fronteiras para os pobres e menos abastados, que viam na capital do Pará uma oportunidade para que pudessem ter vida mais digna.

Revela também as contradições sociais de uma sociedade, que se inseria no sistema capitalista, onde a violência e a degradação começavam a se avolumar. E que miséria, prostituição e outras mazelas sociais se faziam comuns no cenário de modernização da capital paraense, reflexo do que ocorria nas principais capitais do país, pois as condições sanitárias do Brasil nas primeiras décadas do século XX eram precárias – fato que leva ao surgimento de um movimento de reforma da saúde pública, movimento determinante para a construção de forte ideologia de nacionalidade para a formação do Estado brasileiro e, em razão disso, muitas medidas severas foram tomadas em prol de garantir a salubridade da cidade, o que bem poderia explicar a ação de violência impetrada por vezes sobre as crianças, que a trabalho ou não, fossem encontradas nas ruas.

Tomando este debate a partir das incursões bakhtinianas, é possível dizer que os termos utilizados pelo jornal para descrever a condição da criança em face da violência sofrida, demonstram um certo posicionamento do Jornal investigado diante da situação que vinha ocorrendo com as crianças do Estado.

Considerando que o Jornal é um gênero discursivo que possui intencionalidade, nota-se a presença marcante do discurso ideológico que reveste a questão da violência contra a criança como um problema social, familiar e educacional, como proposto por Müller (2007, p. 99).

Assim, temos nas notícias, duas vertentes das teorias bakhtinianas quanto à intencionalidade da significação mencionada pelo jornal diante dos enunciados propostos, que nos permitem averiguar os significados e sentidos sugeridos pela Folha ao sujeito criança, diante dos problemas enfrentados – como quando a criança mencionada na primeira matéria aqui discutida é ouvida, e pode confirmar que sofrera violência, ao dizer “ser verdade que era espancada e que obrigavam-na a beber molho de pimenta” como é possível acompanhar no trecho seguinte, do discurso emitido pelo Jornal, na continuidade da notícia veiculada pela Folha em Julho de 1900, acerca da criança que fora violentada.

A respeito do facto por nós noticiado hontem, com relação à menor que era espancada, o sr dr. Chefe de segurança mandou o subprefeito do 1º districto ter reconhecimento do facto, tendo esta autoridade feito depositar em sua residência a referida menor, que será apresentada amanhã ao sr. Dr. Juiz de órfãos, para ter o destino conveniente. A referida menor que tem apenas 10 annos, apresenta um ferimento levíssimo na cabeça, já antigo, e ao ser interrogada, declarou ser

verdade que era espancada e que obrigavam-na a beber molho de pimenta (FOLHA DO NORTE, julho de 1900. Notícia: menor espancada. Grifo nosso).

Duas questões importantes são reveladas nesta notícia: a primeira delas é o destino a que seria encaminhada a menina, pois as autoridades, usando do poder que tinham, conduziriam a criança – de acordo com a ideia implícita na notícia do Folha – a um afastamento dos adultos que representavam sua família, porém violaram o dever de cuidar e educar tal criança ao se utilizarem do espancamento empregado sobre a criança; e o encaminhamento desta para o convívio com outros adultos que pudessem vir a conferir-lhe segurança e dignidade de vida por meio de um convívio que lhe pudesse garantir uma perspectiva de futuro.

A outra questão, refere-se ao direito que fora conferido à criança quanto à fala. Observa-se que a criança da notícia teve possibilidade nítida de partilhar de sua aflição diante da autoridade exercida pelo subprefeito no momento da interrogação, o que sugere um reconhecimento dos direitos próprios da criança neste momento histórico. Este fato nos provoca, visto tratar-se de uma criança e mulher, ou seja, duas categorias de sujeitos que historicamente foram vistas muito mais como um agente assujeitado do que necessariamente um sujeito de direitos.

Compreende-se que no discurso empregado sobre a criança, esta é vista como um ator social que emerge num contexto onde o adulto exerce poder e influência sobre mesma, empregando, de acordo com a notícia, castigos físicos severos, sem motivos aparentes.

Ao expressar-se, para testificar acerca da violência sofrida, a criança ganha um novo olhar, qual seja, o de sujeito de direitos que assume nessa trama social o intercurso do discurso, produzido a partir de um sentido próprio daquilo que vivera.

Os discursos, segundo Bakhtin (2009), são vistos como produção de sentido, que conferem a materialidade a estes a partir da dialogicidade estabelecida entre sujeitos, como no caso da menina e seus interlocutores, que por meio do diálogo estabelecido, permitem a materialidade da compreensão do fato ocorrido com a garota.

Pacheco (2008, p. 125) sugere que

Reconhecer a criança como um ator social é percebê-la e se relacionar com ela como um sujeito de direitos, um sujeito concreto, que ao interagir com o outro produz cultura, dá significado às suas experiências

e expressa os seus pontos de vista sobre assuntos e temas que vivenciam.

Portanto, a participação de tal criança nessa trama social, revela a condição de desigualdade em relação ao adulto, a fragilidade dela em face da crueldade exercida pelos seus tutores – representantes familiares – mas também aponta a criança como sujeito produtor de cultura que, apesar da crueldade da violência sofrida, não se dissolveu no mundo dos adultos, mas manteve suas características próprias.

Empregar a categoria do discurso com sentido e significado no que foi revelado nas notícias sobre a violência contra a criança quando a Folha do Norte destaca termos como “menor”, “barbaramente”, “perversos instintos” “terrível megera” “pobre criança”, “victimasinha” “infeliz”, “creancinha”, “franzina”, revelam a intencionalidade discursiva que vai além do sentido dicionarizado das palavras, mas demonstram, antes de tudo, o modo como estas eram vistas e concebidas pela sociedade da época. Isso revela, nas palavras de Bakhtin, que

Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um texto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções (BAKHTIN, 1988, p. 100).

Tal afirmativa evidencia que a palavra assume, neste contexto, uma dimensão que demonstra a fragilidade e impotência das crianças diante de seus algozes. Reflete também a materialidade histórica da construção dos sentidos aferidos pelo jornal ao sujeito criança que, nesta abordagem, é vista como o elemento indefeso, submisso e recorrentemente tido como frágil e carente da atenção e dos cuidados do outro, quer sejam pais ou tutores – físicos ou institucionais.

Outro signo recorrente no enunciado proposto, refere-se à idade e ao sexo da criança. Nota-se que a violência era disseminada indiscriminadamente contra meninas e meninos, contudo, é perceptível nas notícias trazidas, que as violências do tipo sexual eram mais recorrentemente noticiadas envolvendo meninas, o que não indica que meninos não pudessem ter sofrido com esse tipo de violência.

Por outro lado, evidencia-se que a violência física era mais frequente contra meninos, é sabido, porém, que as meninas assim como os meninos eram alvo deste tipo

de violência também – como descrito na discussão feita anteriormente – todavia, não eram noticiadas com a mesma frequência com que se noticiavam os casos contra meninos.

Pode ser que tal questão esteja ligada a organização social da diferença sexual feita entre homens e mulheres, construída ao longo da história, como sugere Joan Scott (1995), pois historicamente homens e mulheres foram estereotipados e a questão ganhou proporções tais que a mulher fora diagnosticada como o ser dócil, sensível e delicado que deveria ser mantida sob o controle e cuidado de seres responsáveis e protetores que designassem a essas mulheres uma condição de vida pautada na obediência e submissão, ao passo que o homem deveria ser o mantenedor e provedor do lar, exercendo a masculinidade viril.

Interessante seria trazer o debate acerca da feminilidade e masculinidade para que os questionamentos acerca do tema pudessem nos dar subsídios para debater mais acuradamente a situação do quantitativo de violências cometidas contra a mulher na infância, adolescência ou fase adulta, mas compreendemos que essa discussão pode ser travada em outro momento, pois embora a abordagem sobre a violência contra a criança suscite a questão do gênero, não vamos nos deter de maneira aprofundada sobre ela.

Louro (1997, p. 17) sugere que “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito [...]”, logo, a invisibilização feminina ao longo da história, permitiu que a construção social da mulher se fizesse sob a égide da dominação masculina. À mulher cabia o papel de mãe, esposa, dona de casa, tendo sua educação, inclusive, pautada desde a tenra idade para os fins domésticos.

Tendo em vista que o século XIX foi marcado pela hegemonia patriarcal, estendendo-se ao século XX, é evidente que o papel feminino ficasse num plano de desigualdade reverberante em relação à masculinidade ou sexo influente. Neste processo, as mulheres eram vistas como reprodutoras da espécie humana e responsáveis pelo desenvolvimento físico desta, além de cuidar/administrar a casa e servir irrestritamente a seus senhores, figurados em seus pais, irmãos e esposos.

Num cenário cuja educação era negada à mulher pelo simples fato de ser do gênero feminino, desassociar-se deste contexto era sinônimo de subversão às ordens sociais e, por essa razão, eram postas à margem da sociedade, tornando-se desta maneira vítimas do preconceito que insistia em ignorar a presença feminina para a construção da história. Smith (2003) nos permite perceber isso quando descreve o pensamento de um dos

personagens de seu livro: “[...] Se as mulheres não fossem deliberadamente mantidas sem instrução, [...] “poderíamos vê-las avançar na mesma condição dos homens”.

Condicionada à segregação social e à marginalidade, essa mulher não tinha direito de exercer sua subjetividade, sobretudo quando o assunto era a educação, pois numa sociedade em que as portas e janelas eram fechadas e onde as mulheres letradas eram consideradas como fator de risco social, desconstruir essa ideia certamente não era tarefa fácil.

Guacira Louro (1997) descreve que a constituição feminina é uma construção, e partindo da visão pós-moderna a que estamos inseridas/os, é possível afirmar que a mulher é constituída social e historicamente feminina, ou seja, suas características são pré-definidas. Porém, na sociedade em questão, observa-se que havia uma rejeição pela ação concomitante da mulher com os homens nas ruas. Tal afirmativa se solidifica ao retomarmos os debates anteriores em que à mulher cabia a educação dos filhos e o cuidado do lar¹⁶, inclusive a formação, como nos lembra o caso das meninas do Orfelinato Paraense, que tinham a educação exclusivamente voltada para as prendas domésticas e a maternidade.

As mulheres paraenses, assim como muitas de outras regiões, estavam ainda sob a hegemonia masculina, pois havia no cenário social, político, cultural e educacional forte tendência à superioridade masculina, tanto no que diz respeito às capacidades intelectuais, como de autoridade, prerrogativa contestada por Nísia Floresta (1989) quando afirma que mulheres e homens possuem as mesmas capacidades, e que se os espaços públicos fossem dados a cargo das mulheres, essas os assumiriam com muito mais eficácia, pois saberiam governar com “equidade e respeito homens e mulheres”.

O certo é que havia um abismo existente entre a realidade dual das mulheres e dos homens, onde um e outro estavam, respectivamente, sob a ação de dominação e dominador, sob as quais suas identidades como sujeitos históricos foram forjadas.

Há uma caracterização acerca da violência contra a mulher nos mais distintos âmbitos sociais, evidenciando que esta ainda é alvo de segregação de gênero. A violência contra a criança do sexo feminino é apontada como constante nas fontes investigadas neste estudo e os números identificam meninas como principal alvo deste tipo de violência, o que nos permite compreender a masculinidade no papel do

¹⁶ Quando tratamos a questão do higienismo foi observado que a ação médica era de educação para as mães para que estas pudessem cuidar de seus filhos garantindo-lhes um ambiente saudável para seu desenvolvimento.

homem/marido/pai/irmão, como aquele que detém o poder “legal” sobre suas esposas/irmãs/filhas, inclusive o direito ao controle pela violência física. A família e o Estado são denunciados como aparelho de guerra, a primeira protegida pelo silêncio sobre o que ocorre “entre quatro paredes” e outro pelo uso e, às vezes desuso do poder e autoridade conferidos às instituições que tinham nos mais diferentes agentes, instrumentos de ações violentas contra a criança paraense.

No excerto acima, vimos que de maneira incisiva, a carga ideológica da mulher como cuidadora e do homem como provedor, revelam os efeitos da ideologia dos papéis conferidos a homens e mulheres no contexto social, haja vista os sentidos atribuídos a cada sujeito estar intrinsecamente ligado à construção dos sentidos e das experiências destes sujeitos com o mundo nas relações dialógicas, pois as experiências dos sujeitos revelam a ideologia construída sobre os papéis sociais de homens e mulheres. Tal *insight* nos faz lembrar que, como sugere Bakhtin, as vozes sociais ecoam nos sujeitos dando subsídios para que seja possível explicar a realidade.

Deste modo, podemos dizer que a presença do maior número de casos de violência sexual noticiada pelo Jornal se justifica quando demarca a mulher como um sujeito social e moralmente dependente dos cuidados e atenção do homem.

Sendo assim, observou-se que a violência sexual contra meninas apresentava duas principais características, quais sejam:

1) violência sexual com conjunção carnal, praticada contra crianças, sobretudo, acima de 12 anos de idade e, em geral a solução para esse tipo de violência era o casamento, como mostra a notícia intitulada “Notícias do interior” que desvela o desfecho da ação cometida por Silvio Furtado, tido no discurso jornalístico, como “seductor de baixíssima espécie”, como podemos acompanhar:

Sr. Redactor: - Perante a justiça criminal desta villa está sendo processado pelo crime previsto no artigo 264 do código penal, Vicente da Silva Furtado, seductor de baixíssima espécie, a quem a sociedade sã desta terra se acha inteiramente revoltada.

Faz cinco ou seis annos que este indivíduo, ainda casado em primeiras núpcias, prostituiu uma moça de nome Maria, filha de um pobre Portuguez de nome José Magalhães, que aqui vive ha muitos annos.

A seducção de Maria deu-se em uma das vezes que ella estava de visita á esposa de Vicente, em seu Sítio no igarapé Panema.

Sabedora logo do facto, e [ilegível] de desgostos, essa senhora poucos mezes depois faleceu, ficando assim Vicente livre para melhor continuar na senda de [ilegível] torpeza.

Perseguido pelo pobre Portuguez e aconselhado por alguns amigos, resolveu o criminoso casar-se com a infeliz Maria. Isto fez, mas apenas

religiosamente, escaçando o acto civil até hoje, apesar das solicitudes do pai de sua victima que desejava ardentemente a legalidade desta união.

Uma vez casada Maria levou para sua companhia a menor de suas irmãs, Marianna, e esta succumbio também ás seducções de Vicente, facto de que a Justiça pública se ocupa actualmente.

Furtado, para escapar á acção da lei, teve a coragem de aconselhar a seu filho para, em audiência, dizer-se autor do crime.

Assim não se deu, porem.

Interrogado, João, banhado em pranto, confessou ser seu pae o autor do delicto, confissão que também fez Marianna.

Tal é Sr. Redactor, o facto revoltante que actualmente preocupa o espirito da população desta villa.

Queremos ver qual a conclusão que a Justiça pública dá ao processo instaurado contra o miserável seductor das duas irmãs.

Cremos que será de maneira a desagravar a moralidade desta pacifica e florescente villa (FOLHA DO NORTE, abril de 1900).

A proposta enunciativa do Jornal revela o sujeito masculino como um agente moralmente desacreditado, mas apresenta a condição feminina como fraca e relegada à vergonha social, pois o pai da vítima se esmera para que o casamento de ambos se faça, pois, havia a questão social em jogo, visto que uma moça não deveria ficar solteira nestas condições, pois havia uma conduta social e jurídica para isso, como sugere Abreu (2013, p. 296).

Algumas questões podem ser ponderadas a partir desta notícia. A primeira delas refere-se à condição da mulher em sociedade, pois pertencer a uma família pobre e ser exposta à vergonha do defloramento, sinalizava o “meio viciado e a devassidão” em que fora criada a criança, a falta de “honra e de educação” e que por conseguinte estavam sujeitas a inclinação para a “malícia e liberalidade”, trazendo consequências desastrosas à moral da família, da igreja e do Estado (ABREU, 2013, p. 288).

Nota-se que no detalhamento feito pelo redator quanto à denúncia que lhe fora chegada, são evidentes os sentidos e significados acerca da condição feminina e masculina, pois no enunciado a menina é descrita como pobre e indefesa, quando o Jornal traz o termo “infeliz Maria”, fato que sugere uma condição de inferioridade para pessoas do sexo feminino.

Ao sugerir que Vicente só havia aceitado se casar com Maria para que o pai da mesma o pudesse “deixar em paz”, o enunciado indica a ideologia social construída sobre o sujeito do sexo masculino, revelando sua suposta superioridade, pois embora tivesse cometido um crime, como sugere a notícia, ainda tinha liberdade para continuar casado, mesmo tendo cometido um ato socialmente condenável, pois mesmo o homem agindo de

má fé, ao seduzir a Maria e posteriormente sua irmã, trair a esposa e provocar-lhe a morte – uma vez que a notícia traz a causa da morte sendo decorrente da tristeza pela traição – ser desonesto ao contrair um casamento – aparentemente ilegítimo, pois não havia um efeito civil para este – o tal “criminoso” estava livre para continuar a “torpeza” como sugere a notícia.

Os discursos deixam evidente a diferença entre homem e mulher, e também reforçam normas e condutas sobre um e outro. Homens, definidos como fortes em sua biologia e superioridade social, e as mulheres fracas, frágeis, vulneráveis. Todos estes signos revelam a índole do sujeito e as intenções ardilosas – e mesmo inescrupulosas – de tal agente, como descreve a notícia.

Para a sociedade paraense o que prevalecia sobre o caráter de uma moça era o casamento e a honra (virgindade), pois neste período a virgindade era algo que em determinados aspectos definia seu caráter (ABREU, 2013, p. 300), por isso, talvez, o caso tivesse alcançando proporções maiores, ganhando destaque na notícia do Jornal e, por isso também, a preocupação e o interesse do pai de Maria em fazer com que o suposto criminoso casasse com sua filha, pois além de pobre, estaria sujeito à vergonha social. Este tipo de discurso possui uma força ideológica que repercute nos modos preconceituosos que socialmente se concebe o caráter de mulher.

2) Violência sexual sem a conjunção carnal, era em geral, praticada contra crianças do sexo feminino com idade inferior a 12 anos de idade, que na maior parte dos casos incorria em processos judiciais ou intervenção policial imediata, quando a consternação da família da vítima ecoava na voz do redator do jornal, que assumia o sentido de agente porta-voz social, como demonstra a notícia “Um monstro”, apresentada a seguir.

Há coisa que só por dever de officio se ventila, e a que segue é uma delas. O hespanhol Paulo Turbau, morador á travessa 22 de junho nº 187, é casado com Cecilia Gomes Turbau, hespanhola também, e tem uma filhinha de 4 annos de idade, de nome Felicidade, além de outra, de 2 annos e meio. [...] Turbau morou, há mezes atraz, junto da casa nº. 244, onde reside um membro da infantaria estadual, Perciliano – ao que nos dizem, - e Felicidade, amimada por ele, creou-lhe afeição. Perciliano é casado também, e, enquanto sua esposa lidava nos quefazeres domésticos, attrahia a creança á alcova e abusava da sua inocência, com a mais revoltante maldade. A pobre menina veiu a sofrer com selvageria, e seus paes só dias depois, tomando-a ao collo, é que notaram os signaes da crueldade. Felicidade, como já dissemos, é muito inteligente e falante e, interrogada, contou, na sua meia língua, que quem lhe tinha feito aquillo era o *homem de ao pé* [...] como a infeliz

menina chamava ao seu algoz [...] o estado da criança, entretanto, piorou, e por modo tal, que Turbau levou-a á Santa Casa [...] sabedores deste facto, que revela tão vulgar monstruosidade, mandamos um dos nossos auxiliares á casa de Turbau e lá ouviu ele, da bôcca da própria victima, a narração balbuciante do nefando crime, com todas as suas particularidades. Não apelamos para ninguém. Tão ruins vão os tempos que o monstro é, ainda, capaz de ser galardoado (FOLHA DO NORTE, Janeiro de 1901)

Já discorreremos em outro momento acerca deste caso, contudo, faz-se necessário a retomada deste, pois se circunscreve na trama desenvolvida aqui como uma notícia que gerou uma aparente revolta e indignação por parte do redator da notícia e também por trazer a natureza social e política que envolvia as questões de violência na capital paraense.

Do material levantado nos diferentes arquivos da cidade de Belém tivemos os processos judiciais, que não fizemos uso para esta discussão, porém, vale salientar que muitas questões apontadas nas páginas arroladas nos processos dizem respeito aos abusos que sofreram crianças e adolescentes da região metropolitana. Eram recorrentes os casos de sedução, defloramento e/ou mesmo o estupro. Casos que muitas vezes não iam adiante em virtude da natureza do denunciador, em geral famílias constituídas por pessoas do sexo feminino e/ou pobres financeiramente.

Tal justificativa se faz relevante para a discussão deste caso por nos levar a compreensão de que o agente que empreendeu o ato violento contra a criança pertencia ao grupo militar do Estado e por essa razão, talvez, a possibilidade de não vir sofrer qualquer penalidade jurídica naquele momento.

Abreu (2013) salienta que embora houvesse uma política disciplinar para assuntos como estes, haviam casos que dependiam de interpretações e jurisprudência, ou seja, embora o Estado se preocupasse com a honra feminina, como descreve a autora, é possível que muitos casos tenham sido negligenciado pelas relações políticas e sociais estabelecidas entre estes agentes, o que poderia gerar uma compreensão distorcida acerca do caso, como por exemplo, muitos casos vistos nos processos judiciais, quando a família era responsabilizada pelo não cuidado da honra de suas filhas.

Desta forma, a família e/ou a jovem que quisesse alcançar o *status* de ofendida, teria que articular um discurso convincente sobre sua honestidade (BAREU, 2013, p. 292). Assim sendo, é coerente perceber a preocupação do redator do Jornal quando este sugere que diante da situação em que se achavam era bem possível que o agressor ainda fosse louvado pelo ato de crueldade cometido contra a criança.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O estudo ora apresentado nos permitiu compreender a infância não apenas como uma fase biológica da vida, mas também como construção social, cultural e histórica (LEITE, 1997. p. 43), ao analisar os discursos empreendidos para a formação da criança e de suas infâncias - base social da linguagem humana - premissa entendida por Bakhtin como fundamental para a construção social do homem, enunciação que nos leva a cabo das considerações acerca da violência contra a criança e suas infâncias, denunciadas pelas páginas de um dos Jornais mais importante da Região Norte do Brasil no início do século XX, a saber, o Folha do Norte, notícias que reverberaram os significados e sentidos assumidos pelos atores da violência contra a criança no contexto de mudanças sociais e econômicas pelo qual passava a capital paraense no período investigado.

A compreensão da infância por meio das vozes materializadas na imprensa paraense, precisamente no Jornal Folha do Norte, evidencia as concepções discursivas – por meio dos significados e sentidos adotados pelos sujeitos em questão – acerca da infância na região e revelam a importância de se ter o Jornal como fonte de investigação para compreensão da infância, pois este se institui como um espaço pedagógico – onde a educação pode ocorrer por ser um veículo de comunicação social no qual os sujeitos tem possibilidade de interação, haja vista que pelo processo de circulação e veiculação das notícias é possível estabelecer diálogos com os interlocutores e daí (re)significar a própria realidade, como no caso das inúmeras denúncias apresentadas pelos leitores da Folha sobre as mazelas vividas pela infância da região, com vistas a alcançar respostas das autoridades que também eram leitoras do Jornal.

Sobre a situação da violência contra as crianças no Brasil se tem um vasto panorama conceitual. A violência é algo que perpassa toda a história humana e seus efeitos sobre as crianças são vistos ao longo do tempo e em longa escala, sendo um fenômeno global. Estudos como de Freitas (1997), Rizzini (2011), (2004), Del Priore (2000) e outros, asseguram que houve um tempo de trevas para a infância, pois além das mazelas sociais derivadas das condições climáticas e da falta de políticas públicas de assistência social, como no caso de instituições de acolhimento, por exemplo, havia também os casos das violências imputadas pelos agentes que deveriam ser os sujeitos da proteção e da educação para a vida e para o desenvolvimento, como nos apontou Guerra (2005) em seus estudos acerca da violência contra a criança no contexto da violência intrafamiliar.

A conjuntura de desenvolvimento nacional delineou um novo horizonte para a infância, um desenvolvimento pautado no discurso da homogeneização da infância que, na tentativa de promover a unidade, a organização e a regulação dos sujeitos em prol da harmonia social, expandiu modelos e métodos de cuidado e tratamento para com a infância no sentido de tornar oculta a realidade destes sujeitos históricos, sociais e culturais.

A intervenção médica foi um dos pilares muito utilizados na época, historicamente ocupando lugar de destaque junto à infância e sua condição no bojo das mudanças sociais, devido sua forte intervenção nas práticas e cuidados com as crianças, sua educação e a educação das mães, especialmente.

Observou-se, contudo, que apesar dos esforços empreendidos por médicos e juristas em defesa da infância, as mazelas sociais vividas nos anos anteriores à República, foram alargadas com o crescimento populacional das capitais em desenvolvimento no país, fato que acarretou um intenso fluxo de imigrantes e, conseqüentemente, uma infinidade de pestes e epidemias decorrente das péssimas condições de moradia e saneamento enfrentadas pelas populações da época, sobretudo as camadas sociais mais baixas – que em sua maioria eram mais cruelmente afetadas.

Todas essas questões eram veiculadas pelo Jornal Folha do Norte, assim também como a violência contra a infância, o qual cotidianamente atingia um extenso público, difundindo de diferentes maneiras as ideologias nacionalistas da época em questão. Desta forma, podemos destacar o papel social e educativo do Jornal enquanto produtor de cultura, pois as notícias estavam permeadas das ideologias sociais, políticas, culturais e históricas daquele dado momento, o que nos leva a entender que pela perspectiva social educativa da interação entre os sujeitos, os discursos ideológicos sobre a violência contra a criança se revelavam como reflexão da realidade, vivências e experiências destes com a realidade vivida.

Nesse processo de estudar a infância, muitas questões foram suscitadas e, na tentativa de atende-las, observou-se que muitas demandas referentes aos cuidados para com a criança, o trabalho infantil, a higiene, os acidentes, a violência física, as tragédias e a educação foram largamente divulgados pelo Jornal.

Os dados apresentados e analisados à luz do discurso bakhtiniano, nos levam a compreender que a violência contra a criança fora, em muitos momentos, admitida como um mecanismo adotado como medida disciplinadora para o bem do desenvolvimento e educação da criança. A discussão histórica sobre o tema revela que era comum às famílias

e instituições estabelecerem medidas punitivas na busca de controlar o comportamento de crianças, sobretudo as que eram consideradas indisciplinadas e de difícil correção.

A discussão acerca da violência familiar, feita no capítulo primeiro, revela que a dor física, provocada por diferentes tipos de castigos e instrumentos para este, estava diretamente associada ao controle do corpo e, conseqüentemente, da mente das crianças, que para muitos mostravam-se incorrigíveis.

A discussão teórica nos permitiu constatar que o período republicano, embora tomado de um interesse pelo desenvolvimento social e econômico com bases europeias, estava imerso nos problemas herdados da colônia e império, como por exemplo, o abandono de crianças. Este estava diretamente relacionado à miséria, ao analfabetismo e à desestruturação familiar (o termo versa sobre as questões financeiras, sobretudo, e não a forma de constituição das famílias), que proporcionavam no início do século, em Belém, uma população de crianças pobres, desassistida de políticas públicas que atendessem adequadamente essa demanda infantil.

Na intenção de manter o ambiente citadino salubre e atrativo aos investidores e políticos que residiam e transitavam pela capital, as crianças que habitavam e/ou trabalhavam nas ruas, fruto do abandono social e familiar ou mesmo por necessidade de auxiliar no sustento das famílias, que em geral eram muito numerosas, eram apreendidas pelas autoridades policiais e encaminhadas para o Juiz de Órfão, que determinaria o destino da criança. Estas eram enviadas para instituições educativas ou, dependendo do delito/transgressão, poderiam ser encaminhadas ao presídio São José para cumprir pena imposta pelas autoridades.

Os sujeitos infantis viveram um momento histórico permeado pela voz do outro que ia lhes constituindo como sujeito e os moldando aos padrões sociais almejados para o desenvolvimento da nação. A criança paraense se anunciava como o outro, em muitos casos sem voz, embora em muitos momentos reconhecida como ator social capaz de afirmar sua singularidade, como nas vezes em que se percebe a voz das crianças, em sua autodefesa, nas notícias trazidas pelo Jornal.

Ao nos levar à reflexão da realidade de muitas infâncias no início do século XX, o Jornal nos apresenta a necessidade de retirar a criança do silenciamento, não por nossas vozes, mas por meio das próprias experiências e pelas possibilidades de [re]visitar tais realidades, dialogando com as notícias e compreendendo os sentidos e significados amalgamados nos diferentes enunciados propostos pela Folha acerca do sujeito criança, os quais atribuíam importância às suas experiências como sujeito social.

Os modelos idealizados para a infância, incompatíveis com a realidade da época, nos convidam a questionar os discursos e práticas que colocavam a criança como o futuro da nação, haja vista o grande número de situações que discrepavam com o idealizado, como no caso das constantes violências a que estavam expostas as crianças.

Ao analisar as notícias sobre violência, notamos alguns sentidos estáveis como a ação policial e médica na averiguação do grau de violência cometida contra a criança, pois a mobilização de tais autoridades conferia-lhes o sentido, construído historicamente, e que se reproduziam nas ideologias das características que são tidas como próprias destes sujeitos, tais como: a) autoridade para punir e manter a ordem social e b) determinar os níveis de bem estar ou não de cada indivíduo, respectivamente.

Portanto, as matérias sobre violência contra a criança, veiculadas pelos jornais, mobilizavam não somente as autoridades policiais para constatar a veracidade da denúncia, mas também as autoridades médicas que avaliavam o grau de violência que as crianças estavam a sofrer.

Dentre as violências sofridas pelas crianças destacamos:

1) A violência física, que tinha no espancamento e maus tratos, algumas de suas formas mais comuns, atreladas, em geral, à violência doméstica, perpetrada por familiares e pessoas próximas às crianças, inclusive praticadas dentro de instituições de acolhimento e educação de crianças, dado que chama bastante atenção, pois muitas crianças, vítimas deste tipo de violência, não tinham, aparentemente, nenhum grau de parentesco com os agressores, como por exemplo, o caso da menina que era obrigada a beber caldos de pimenta.

A exposição da criança ao trabalho, realidade vivida por muitas famílias paraenses e de imigrantes, indicam que a criança que estava em condição de trabalho infantil era a mais vulnerável ao espancamento. Muitas ficavam constrangidas diante dessa violência que tinham como agentes da agressão tanto as famílias, como aqueles que as tinham como funcionários de serviço, ou mesmo os transeuntes e praças (policiais), quando sua atividade laboral tinha como lócus as ruas da cidade.

Em notícia veiculada pela Folha do Norte, encontramos uma denúncia sobre o Orphelinato Paraense, instituição de acolhimento para meninas em Belém. O discurso direcionado ao Orphelinato Paraense na matéria do Jornal Folha do Norte, dá a devida dimensão dos maus tratos perpetrados contra a criança em instituições educativas para meninas, que em alguns casos, à revelia da família, eram entregues para terceiros para

trabalharem, o que muitas vezes gerava, no local para onde eram levadas, a violência física por meio de castigos corporais, imputados por aqueles que as tinham como criadas.

Embora as autoridades policiais demandassem um investimento e transmitissem para a sociedade que o Orphelinato era uma instituição educativa séria, pois formava meninas para o casamento e mães de família, haviam muitas meninas que eram encaminhadas para trabalhar em casas de famílias da capital, uma prática que perdurou por muito tempo em Belém. Outras denúncias já haviam sido feitas ao Jornal acerca dos maus tratos que sofriam tais meninas.

A matéria denunciava ainda que as meninas saíam da instituição para atender a elite local como criadas em casa de família. Sabemos que parte das meninas do Orphelinato Paraense recebiam uma formação bastante elogiada pelas autoridades e não era adequado o uso de violência, uma vez que as denúncias de maus tratos das educandas colocavam em cheque a credibilidade da instituição para a sociedade paraense.

2) outro aspecto que se pôde observar foi a violência sexual, que em geral era cometida contra meninas, contudo, se ponderou que meninos também pudessem sofrer com tal violência, todavia não encontramos nenhum caso que divulgasse a violência sexual contra meninos no Jornal investigado.

A violência sexual atingia meninas de diferentes idades, como o caso da criança com apenas 4 anos de idade, de nome Felicidade, que sofrera violência sexual, por parte de um membro da infantaria estadual, vindo a contrair uma IST, e o outro caso refere-se a uma menina de 12 anos de idade pertencente ao interior do Estado a quem a notícia sugere ter sido “prostituída” pelo agressor. Ambos casos chegaram ao Jornal, e este por sua vez, fez ecoar as notícias que geraram comoção e revolta em seus leitores, e mesmo no redator, como sugerem os discursos do Jornal.

A primeira delas suscitou, por meio do discurso empreendido pelo jornal, a ação das autoridades civis, com o descrédito por parte do redator – haja vista ser o agressor membro da infantaria – e este sugerir que o crime ficaria impune, e o segundo caso, que teve o casamento como resolução para o problema, muito embora o acusado tenha violado a irmã da vítima também, e, talvez por essa razão, estivesse sendo julgado. Recorre a mesma autoridade, porém com vistas a manter a ordem e os bons costumes do lugar onde ocorrera tal ato, uma preocupação clara do denunciador.

Nas primeiras décadas do século XX as autoridades policiais recebiam muitas denúncias de menores que sofriam de abuso sexual e que exigiam daquelas autoridades policiais a prisão do acusado e a comprovação da tentativa contra o pudor. Nestas

denúncias de defloração, encontramos geralmente a história de meninas pobres com trajetórias de vida muito semelhantes: a sedução, o envolvimento amoroso e a promessa de casamento. A virgindade e o valor agregado a ela, como estratégia para atrair um bom casamento, se tornava uma grande armadilha de promessa.

No final do século XIX e início do XX, a honestidade feminina estava intimamente vinculada à sua conduta sexual regrada e isso era requisito da honra familiar a ser defendida pelo homem, razão pela qual o pai da menina de 12 anos requerer que o agressor se casasse com sua filha. Em um contexto arraigado de valores morais, a mulher honesta era aquela virgem enquanto solteira, fiel quando casada e casta ao tornar-se viúva para o resto da vida.

3) havia ainda a violência cometida contra a criança recém-nascida e/ou com poucos anos de vida. Destacamos o infanticídio parental que em sua maioria estava diretamente relacionado ao estado puerperal da mulher. O estado puerperal é o conjunto de perturbações psicológicas e físicas que acometem à mulher em razão do parto, de maneira que, após o parto, a mãe pode ou não vir a sofrer, assim, nem sempre o estado puerperal é uma consequência do puerpério. Havia ainda o infanticídio em razão de muitas mulheres na condição de pobreza não conseguirem criar seus filhos, que por vezes eram fruto de relações consideradas ilícitas, por serem concebidos fora do casamento ou antes deste.

É importante ressaltar que os fatores que favoreciam o infanticídio e o aumento de crianças abandonadas estavam *ligadas à prostituição, à miséria, à condição precária das mulheres, à falta de trabalho, ao abandono pelos homens (pais/maridos), etc.* O abandono e morte de crianças recém-nascidas se caracterizava como uma calamidade social, mesmo o Estado adotando medidas de saneamento que visavam educar as mães para uma boa educação e higiene de seus filhos e, conseqüentemente, a preservação da saúde destes.

As fontes dão uma ideia clara de que a educação da criança pobre estava arquitetada sob a égide da violência que utilizava o castigo corporal, moral e psicológico como uma educação para controlar e disciplinar a criança. Além disso, a violência física na forma de espancamento e maus tratos eram recorrentes em razão de uma cultura educativa que ainda estava atrelada ao sistema patriarcal. A perversidade do adulto se mostrava incondicionalmente praticada como uma educação disciplinar, e a criança malcriada deveria ser corrigida.

As fontes apontam ainda que a violência sexual se tornara uma das violências contra a criança mais barbaramente praticada nas primeiras décadas do século XX. Os altos índices de casos de defloramento de meninas demonstram que o comportamento feminino no início do século XX costumava ser avaliado segundo seu comportamento na esfera sexual, ou seja, no terreno da sexualidade, onde a mulher era representada como um objeto, realidade lamentável da mulher pobre e excluída da sociedade e que estava sujeita às violentas investidas dos homens que lhe prometiam o casamento.

O fenômeno da violência contra a criança merece um tratamento mais abrangente por parte dos pesquisadores da Educação, pois há uma incipiência de estudos que desvelem as várias formas de violência que se disseminaram no contexto da educação no Pará, as quais estão atreladas à questão de gênero, idade, condição socioeconômica e de raça, e que podem suscitar discussões que incidam em ações práticas para a construção do sujeito criança no contexto da História da Infância no Pará.

FONTES DOCUMENTAIS

Dados das tipologias de violência contra criança em matérias do Jornal Folha do Norte 1900 a 1901.

| MÊS ANO | NOTÍCIA/ TÍTULO | CATEGORIA | ACUSADO | VÍTIMA | LOCAL DO DELITO | DESCRIÇÃO DA MATÉRIA |
|---------------------------|-------------------------|--------------|-----------------------------|-------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Janeiro 1900 | Menor Espancado | Espancamento | Cypriana Rodrigues Braga | Abilio José de Lima (menor de 12 anos) | Belém | Manoel Tavares foi hontem, ás 6 horas da tarde, apresentar á policia o menor de 12 annos Abilio José de Lima, filho de Raymundo Caetano de Lima e Thomazia Maria da Conceição, ambos ausentes, o qual fora espancado barbaramente pela mulher de nome Cypriana Rodrigues Braga. Abilio apresenta contusões em várias partes do corpo. A policia vae providenciar a respeito. |
| Fevereiro 1900 | Crime | Infanticídio | Desconhecido | Criança recém nascida | Belém | Lindolpho Malaquias do Rosário, [...] encontrou flutuando hontem à tardinha, [...] o cadáver de uma criança recém-nascida, de côr branca. |
| Março 1900 | Orphelinato Paraense | Maus-tratos | | Órfãs internas | Belém (Outeiro) | <i>(Denuncia de maus tratos e comercio de menor interna)</i> Grave denuncia nos chega respeitante o Orphelinato, e já é a segunda que recebemos contra esse estabelecimento de caridade, onde a vida das pobres órfãs nem sempre deriva em mar de rosas. [...] Tal como vae é que não pode continuar o Orphelinato, e se o nobre intuito que presidiu sua criação já está desvirtuado, melhor será trocar-lhe o nome, dando-lhe o mais cabível de – agencia de creadas. [...] Quando foi do embarque do contingente militar que o Pará mandou a Canudos, o praça José Ferreira Gomes |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------|------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | <p>Tandaya, que para ali seguia, obteve do sr. Dr. Paes de Carvalho, [...], a entrada de suas duas únicas filhas no Orphelinato. [...] tendo estado a servir em um destacamento do interior, ha cerca de 3 mezes, ao voltar, [...] indo vel-as só uma lhe apareceu, a menor, dizendo esta já ter sahido a maior. [...] Tandaya falou a respeito com a superiora, irmã Tita Armellini, e esta informou-o de que a menor era serviçal em uma casa de família fóra da cidade, dando-lhe um cartão em que apresentava o pobre homem, dizendo ser ele o pae da menina em questão.</p> |
| <p>Março 1900</p> | <p>Para que serve a Politica</p> | <p>Estupro</p> | <p>Americo Mnesdes Coutinho (Intendente)</p> | <p>Uma menor</p> | <p>Chaves</p> | <p>Por ter rapitado e ter insidido no artigo 221 do cod. Penal , está sendo processado na comarca de chaves o respectivo intendente municipal, Americo Mendes Coutinho. Ao ser encontrada a menor na casa de seu raptor, que não a queria deixar ir, a mãe daquela, [...] cahio de chineladas a valer no rosto do chefe do governo municipal chaviense.</p> <p><i>(Há uma outra notícia ratificando o artigo no qual é acusado o intendente, ou seja, é o cod. 264 e não 221 como publicado)</i></p> |
| <p>Março 1900</p> | <p>Um homem terrível (sedução)</p> | <p>Aliciamento</p> | <p>Francisco de Salles (padrasto)</p> | <p>Uma menor</p> | <p>Belém</p> | <p>[...], o Francisco de Salles meteu-se de comubinato com a Francisca Mello de Lima, [...]. A chica possuía e ainda possui uma filha de nome Joanna Costa por quem se enamorou o Salles, e que delle, para dizer a verdade completa, também se enamorou. Penetrou na pouca vergonha a chica, e o seu primeiro passo foi pôr na rua o Salles. Este não quis ir, fez lambança, jurou, berrou, mas foi sempre.</p> |

| | | | | | | |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------|---------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | [...] Travaram disputa, e o seductor, entre palavras, prometeu que havia de carregar-lhe a filha – ao que annua, em lágrimas, a Joanna. [...]. |
| Abril 1900 | Barbaridade | Espancamento | Tio | 10 anos | Mosqueiro | O subprefeito da villa de Mosqueiro apresentou hontem ao dr. Chefe de segurança o menor de 10 annos de idade Antonio Paes de Almeida, orphão de pae e mãe que alli reside em companhia de seu tio Alfredo Paes, que o maltrata barbaramente. |
| Abril 1900 | Notícias do interior | Estupro | Vicente da Silva Furtado | menina | Ponta de Pedras | Sr. Redactor: - Perante a justiça criminal desta villa está sendo processado pelo crime previsto no artigo 264 do código penal, Vicente da Silva Furtado, seductor de baixíssima espécie, a quem a sociedade sã desta terra se acha inteiramente revoltada. <i>(Vicente além de Seduzir Maria fez ainda o mesmo com sua irmã, também menor).</i> |
| Abril 1900 | Espancamento de menores | Espancamento | Patrulha de policiais | Menino | Belém | Vae já ahi a notícia de um espancamento feito por praças na Doca do Ver-O-Peso. Temos a registrar agora outro, relativamente a uns menores que foram presos hontem, ás 10 horas da manhã, no largo de S. João. [...]. Foram chamar a polícia e lá veiu uma patrulha que deteve os menores, levando-os a pranchadas para a estação de segurança. O menor Vasco ficou com a cabeça quebrada. |
| Abril 1900 | Perversa (Espancamento de menor seguido de tentativa de assassinato) | Espancamento | Ignez Maria Francisca | 2 anos e meio | Belém | Ignez Maria Francisca é criatura de perversos instinctos. [...]. Hontem, a terrível megera insurgiu contra uma pobre creança, filha de Ignacia Cardodo d Fonseca, também locatária do cortiço, e que não conta mais de 2 annos e meio. Não se satisfez somente a maldade de Ignez com o ter dado na pobre creança; derramou lhe em cima um bocado de querosene e quis deitar lhe fogo. Gritou a mãe por socorro e os inquilinos |

| | | | | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | acudiram a valer a victimasinha, em que a policia fez corpo de delicto, verificando a existência de inúmeras contusões. A delinquente foi presa. |
| Abril 1900 | Notícia | Aliciamento | Antonio Joaquim Godinho | Delfina Gomes Garcia (7 anos) | Belém | Foi hontem preso por tentar contra o pudor de Delfina Gomes Garcia, de 7 annos de idade, filha de João Gomes Fernandes, morador numa cocheira do largo da Trindade, o Portuguez Antonio Joaquim Godinho. |
| Mai 1900 | Menor Espancado | Espancamento | Martinha Julia d'Oliveira | 6 anos | Belém (natural do Rio Xapury) | O sr. Manoel Gomes de Carvalho, morador à travessa Ruy Barbosa, n. 12, communicou hontem á policia que diariamente é espancado, barbaramente, o menor Raymundo, de 6 annos de idade, filho de Maria Laura, moradora. Moradora ao rio Xapury, que estava em poder de Martinha Julia d'Oliveira, residente à rua da Industria, n.117. a autoridade mandou buscar Martinha e o menor espancado à sua presença. Os médicos verificaram a existência de diversas escoriações em diversas partes do corpo da creança. Interrogada Martinha, disse que as sevicias foram devidas a uma queda que o menor dera. O dr. Chefe de segurança deu ao menor o conveniente destino. Martinha fo em seguida posta em liberdade. |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|---------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Julho 1900</p> | <p>Pelas creanças</p> | <p>Abandono</p> | <p>Angela</p> | <p>Uma menor</p> | <p>Belém</p> | <p><i>(Denúncia feita ao jornal)</i>. Em uma casa à estrada Conselheiro Furtado [...] reside em companhia de uma mulher de nome Angela, uma pobre creancinha, cujo estado de lastimável condição physica abranda a penas os mais duros corações.</p> <p>A pobre pequenina sente os horrores da fome, e se pede pão da-lhe (ilegível) algos pancada.</p> |
| | <p>Revoltante (espancamento de menor)</p> | <p>Espancamento</p> | <p>-----</p> | <p>10 anos</p> | <p>Belém (proveniente do Mapuà)</p> | <p><i>(Denúncia feita ao jornal)</i>. Trouxeram ao nosso conhecimento o seguinte facto que reclama da policia averiguações, pois revela grande dose de perversidade e provoca a mais justa indignação das pessoas que o têm assistido e aqui vieram denuncial-o: na casa n. 32 á rua dos Tupinambás, mora, em companhia de uma mulher, uma menor de nome Alsira, de 8 annos de idade e que veio do Mapuà. Os mais severos castigos são infligidos a essa criança diariamente. Depois de espancada pelo dono da casa, é obrigada a ajoelhar-se e nessa posição ainda apanha ponta-pés e sôccos. E como se tudo isso não bastasse, o “carrasco”, na expressão de um dos denunciantes, às vezes abriga-a, sob ameaça, a beber caldos de pimenta que perversamente prepara. A infeliz criancinha, de constituição franzina e doentia, bebe à força e depois, expulsa, vae para o fundo do quintal chorar por muitas horas, até que a chamem, às vezes para ser submetida a novo castigo.</p> <p>Denuncia grave como esta, a policia não a deve deixar passar sem averiguações, para tirar a limpo</p> |

| | | | | | | |
|-------------------------|-----------------|--------------|--------------------------------------------|---------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | a verdade e punir o culpado se porventura o houver. |
| Julho 1900 | Menor Espancada | Espancamento | ----- | 10 anos | Belém (proveniente do Mapuà | A respeito do facto por nós noticiado hontem, com relação à menor que era espancada, o sr dr. Chefe de segurança mandou o subprefeito do 1º districto tem reconhecimento do facto, tendo e sta autoridade feito depositar em sua residência a referida menor, que será apresentada amanhã ao sr. Dr. Juiz de órfãos, para ter o destino conveniente. A referida menor que tem apenas 10 annos, apresenta um ferimento levíssimo na cabeça, já antigo, e ao ser interrogada, declarou ser verdade que era espancadas e que obrigavam-na a beber molho de pimenta. |
| Janeiro 1901 | Estupro | Um Monstro | Perciliano (membro da infantaria estadual) | 4 anos | Belém | Há coisa que só por dever de officio se ventila, e a que segue é uma delas. O hespanhol Paulo Turban, morador á travessa 22 de junho n° 187, é casado com Cecilia Gomes Turbau, hespanhola também, e tem uma filhinha de 4 annos de idade, de nome Felicidade, além de outra, de 2 annos e meio. [...] Turbau morou, há mezes atraz, junto da casa n°. 244, onde reside um membro da infantaria estadual, Perciliano – ao que nos dizem, - e Felicidade, amimada por ele, creou lhe afeição. Perciliano é casado também, e, emquanto sua esposa lidava nos quefazeres domésticos, attrahia a creança á alcova e abusava da sua inocência, com a mais revoltante maldade. A pobre memina veiu a sofrer com selvageria, e seus paes só dias depois, tomando-a ao collo, é que notaram os signaes da crueldade. Felicidade, como já dissemos, é muito inteligente e falante e, interrogada, contou, na sua meia língua, que quem lhe tinha feito aquillo era o <i>homem de ao pé</i> [...] como a infeliz menina chamava ao seu algoz [...] o estado da creança, entretanto, peiorou, e por |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | <p>modo tal, que Turbau levou-a á Santa Casa [...] sabedores deste facto, que revela tão vulgar monstruosidade, mandamos um dos nossos auxiliares á casa de Turbau e lá ouviu ele, da bôcca da própria victima, a narração balbuciante do nefando crime, com todas as suas particularidades. Não apelamos para ninguém. Tão ruins vão os temos que o monstro é, ainda, capas de ser galardoado</p> |
|--|--|--|--|--|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo, 2018. Dados do Jornal Folha do Norte 1900 a 1901 – Biblioteca Artur Vianna.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: História das crianças no Brasil. DEL PRIORE, M. (org.). São Paulo: Contexto, 1999.
- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: História das crianças no Brasil. DEL PRIORE, M. (org.). São Paulo: Contexto, 2013.
- ALVES, L.M.S.A. VIANA, C.R. A morte de anjinhos: análise da mortandade infantil no Pará nos livros perpétuos no Cemitério de Santa Isabel (1909-1914). In: VIII ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2015, São Luís. Anais...São Luís, 2015.
- ALVES, Laura M.S.A; ARAUJO, Sônia M.S. Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912). Porto: Universidade do Porto, 2006.
- APPOLINÁRIO, F. Dicionário metodológico científico: uma guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. Revista Conjectura, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio-ago/2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- BAKHTIN, M. Questões de Literatura e estética. Aurorosa Bernardini, et al (trad.). São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRAIT, B; MELO, R. de. Enunciado/ enunciado concreto e enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: contexto, 2005.
- BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARONE, Tatiana do Socorro Pacheco. Significados e sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do ensino fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. 1. Ed. Belo Horizonte: autentica editora, 2017.
- CORSARO, William A.. *Sociologia da Infância*. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

- DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil, São Paulo: Contexto, 1995.
- DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil, São Paulo: Contexto, 1999.
- DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil, São Paulo: Contexto, 2000.
- FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Linguagem e Diálogo*: as ideias de linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FIGUEIREDO, Aldrin M. Memórias da Infância na Amazônia. In: PRIORE, Mary
- FREYRE. Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 52. ed. Revista. São Paulo: Global, 2013.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GUERRA. V. N. A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 2005.
- GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da S. Os discursos dos médicos do Estado do Pará (1929 – 1954): Saúde, Assistência e Educação da Infância e da maternidade. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- GUTIERRES. Damiana Valente Guimarães. No colo da ama de leite: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças na província do Grão-Pará no século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de pós-Graduação em Educação, 2013.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KUHLMANN JR, Moisés. Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, P. 229-250.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MÜLLER, Fernanda (org.). *Infância em Perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez, 2010.

MÜLLER, Verônica Regina. *Histórias de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção Infância e Educação)

NASCIMENTO, A. C. A sorte dos engeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume–FINEP, 2008.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Da rua à fábrica: a condição infantil na república Perspectiva; r. CED, Florianópolis, 8 (15):91-125, Jul/Dez. 1990. Disponível em: < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lg5Ix4X0oxYJ:https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9120/8462+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> >. Acesso em: março 2018.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. *Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)*. 2017. 250 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação.

PÁDUA Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa Abordagem teóricoprática*. Campinas: Papyrus, 1996.

PARADA, Maurício. *Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo*. In: *História do corpo no Brasil*. DEL PRIORE, Mary, AMANTINO, Marcia (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

PINHEIRO Wellington da Costa. *A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de pós-Graduação em Educação, 2013.

PINHEIRO Wellington da Costa. *O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de pós-Graduação em Educação, 2017.

RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Fabio Pestana. *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*. In: *História das crianças no Brasil*. DEL PRIORE, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 1999.

- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. Companhia das letras, 1995. Disponível em: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro_-_a_formação_e_o_sentido_do_Brasil.pdf. Acesso em: março de 2018.
- RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: estudo de antropologia da civilização. 6. Ed. Petropolis: Vozes, 1979.
- Porto Alegre: Mediação, 1998 (sorte dos enjeitados).
- RIZZINI, Irene. O Século Perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido*: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- RIZZINI, Irma; PILOTTI, (orgs.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil, São Paulo: Contexto, 1999, p. 210-230.
- SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. In: História das crianças no Brasil. DEL PRIORE, M. (org.). São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, Sônia Maria Fernandes dos. Criança, cinema e educação: os discursos sobre a infância em produções cinematográficas brasileiras. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”, Projeto POCTI/CED/2002. Disponível em: <http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos>. Acesso em: 10/09/2018.
- SÁ-SILVA. Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com>> ISSN: 2175-3423. Acesso em: março 2018.
- STEARNS, P. N. A infância. São Paulo: Contexto, 2006.
- STEARNS, N. Peter; *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2013.
- TAVARES, Isabel Cristina. As crianças brasileiras: um pouco da sua história. s. In: Esboço para uma história da escola no Brasil: algumas reflexões libertárias. PEY, Maria Oly (org). Rio de Janeiro, Achiamé, 2000

APÊNDICE A**Dissertações mapeadas no estado do conhecimento ordenadas por ano de publicação**

OLIVEIRA, Michelle Araújo de. Concepções de infância e educação nos discursos do periódico A Escola – revista oficial de ensino do Pará (1900 a 1905). 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

MORAES, Julianne Caju de Oliveira Souza. Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso.

CORRÊA, Liliane da Silva França. A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

SANTOS, André Araujo dos. Quem ampara a infância trabalha pela pátria: filantropia e puericultura no Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia (1903-1923). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Feira de Santana.

CASTRO, Avelina Oliveira de. “Crias do abuso na Amazônia”: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

PINHEIRO, Wellington da Costa. A infância nas páginas de jornal: discursos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

CAPODIFOGGIO, Ioná Vasques. Infâncias e Políticas Públicas: um estudo sobre o enfrentamento à violência doméstica contra crianças. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Livia Sousa da. Os discursos do jornal impresso O Liberal sobre violência escolar em Belém (2001-2010). 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

LIMA, Yara Yonara da Silva. Nas trincheiras do enfrentamento: um estudo de caso: percepções e práticas docentes voltadas para a criança vítima de violência doméstica. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

SILVA, Sandra Monica da. Violência Social e Relações de Poder: crianças e adolescentes nos entreatos da violência doméstica. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

MARIANO, Hêlvio Alexandre. A infância e a lei: o cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela, o trabalho e o abrigo. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MACEDO, Lilian Magda de. Sentidos e significados atribuídos por familiares envolvidos com o Conselho Tutelar. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis, UNESP.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações BDTD/IBICT e CAPES

APÊNDICE B

Teses mapeadas no estado do conhecimento ordenadas por ano de publicação

PESSOA, Alba Barbosa. Pequenos Construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1954). Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará.

COSTA, Irlena Maria Malheiros da. “Eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra”: O “abuso sexual infantojuvenil” em múltiplos contextos. 2017. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia (UFBA).

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Os discursos dos médicos do estado do Pará nas “Teses de Doutorado ou Inaugurais” (1929-1954): saúde, assistência e educação da infância pobre. 2016. 320 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará.

GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Lurine. Abuso incestuoso infantil: o poder judiciário garante a proteção integral da criança vítima?. 2016. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará.

BRETAN, Maria Emília Accioli Nobre. Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação: elementos para a prevenção vitimal. 2012. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). 2011. Tese (Doutorado).

DOSSI, Ana Paula. Violência contra a criança: formação, conhecimento, percepção e atitude de profissionais da saúde e da educação. 2009. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Fonte: Banco de Teses e Dissertações BDTD/IBICT e CAPES